

Conta Satélite
da Economia Social
Social Economy
Satellite Account
2016

Inquérito
ao Trabalho Voluntário
Survey on Volunteer Work
2018

PORTUGAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Cooperativa para a Economia Social

COLEÇÃO DE ESTUDOS DE ECONOMIA SOCIAL N.º 10
Conta Satélite da Economia Social / Social Economy Satellite Account 2016
Inquérito ao Trabalho Voluntário / Survey on Volunteer Work 2018
CASES (sob autorização do INE – Instituto Nacional de Estatística)

Impressão:
Tiragem: 1000 exemplares
ISBN: 978-972-9424-57-1
Depósito Legal: 461953/19



CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
Rua Américo Durão, n.º 12-A, Olaíias
1900-064 Lisboa
(+351) 213 878 046/7
www.cases.pt
cases@cases.pt

Casa António Sérgio - Biblioteca (Lisboa)
Travessa Moinho de Vento (à Lapa) n.º4
1200-728 Lisboa
(+351) 213 955 118
casa.antserg@cases.pt

Conta Satélite
da Economia Social
*Social Economy
Satellite Account*
2016

Inquérito
ao Trabalho Voluntário
*Survey
on Volunteer Work*
2018

APRESENTAÇÕES

7

*A Conta Satélite da Economia Social 2016
e o inquérito ao trabalho voluntário 2018*

Francisco Lima

9

*The 2016 Social Economy Satellite Account
and the Survey on Volunteer Work 2018*

Francisco Lima

13

*A Conta Satélite da Economia Social 2016
e o Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018*

Eduardo Graça

17

*The Social Economy Satellite Account 2016
and the Survey on Volunteer Work 2018*

Eduardo Graça

21

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016
SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2016

25

*Terceira edição da CSES: a economia social
representou 3,0% do VAB em 2016*

27

*SESA third edition:
social economy accounted for 3.0% of GVA in 2016*

73

INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2018
SURVEY ON VOLUNTEER WORK 2018

119

Inquérito ao Trabalho Voluntário
Carla Ventura

121

Survey on Volunteer Work
Carla Ventura

125

*Em 2018, 695 mil pessoas com 15 ou mais anos
participaram em atividades voluntárias sem remuneração*

129

*In 2018, 695 thousand people, with 15 years or more,
engaged in volunteer activities*

157

Anexo
Appendix

183

APRESENTAÇÕES

A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016 E O INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2018

Francisco Lima

Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE)

A Resolução do Parlamento Europeu sobre a Economia Social, de 19 de Fevereiro de 2009, sublinhou que “a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica”.

A Comissão Europeia e os Estados Membros foram, assim, convidados a prepararem contas satélite que permitissem melhorar a visibilidade das entidades da economia social.

Reconhecendo a relevância crescente desta temática, e em resposta a solicitações de vários utilizadores, o INE, em parceria com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, elaborou, desde 2013, três edições da Conta Satélite da Economia Social (CSES), para os anos de referência 2010, 2013 e 2016.

A CSES e a sua continuidade decorrem da necessidade de avaliar, de forma exaustiva, a dimensão económica e de identificar as principais características das entidades da Economia Social em Portugal. Esta necessidade foi inscrita na Lei de Bases da Economia Social, de 8 de maio de 2013, segundo a qual “deve ainda ser assegurada a criação e manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”.

A concretização das três edições permitiu uma melhoria progressiva do projeto, com uma equipa técnica mais experiente, a resposta a críticas e sugestões de diferentes utilizadores (nacionais e internacionais), o acompanhamento de desenvolvimentos metodológicos no plano internacional e o surgimento de outras contas satélite, nomeadamente cultura, desporto, mar e setor de bens e serviços ambientais.

Desde a primeira edição, a CSES abrange a totalidade das entidades da Economia Social. Portugal é dos poucos países com uma visão alargada deste setor, contemplando instituições sem fim lucrativo, cooperativas e associações mutualistas. Adicionalmente, desde o início foi privilegiada uma conceção modular da conta, que permite ter informação segmentada pelos diferentes grupos da economia social, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e, como novidade da edição de 2016, para entidades com outros estatutos especiais (ONGA, ONGD, ONGPD, entre outras). Esta modularidade da CSES permite lidar de forma adequada com a heterogeneidade do setor, facilitando a comparabilidade internacional do projeto.

A “originalidade” da CSES portuguesa tem sido notada internacionalmente e apontada como boa prática. Este projeto já foi apresentado nas Nações Unidas, na OCDE, no Eurostat e noutros organismos da Comissão Europeia.

Na presente edição da CSES é ainda explorado o cruzamento com novas fontes de informação administrativas, que possibilitou extravasar o âmbito tradicional de uma conta económica, para incluir informação adicional de caracterização das entidades da economia social, nomeadamente em termos de data de constituição, outras formas de prestação de trabalho/ caracterização do emprego e benefícios fiscais.

O trabalho voluntário constitui um recurso fundamental das sociedades modernas. A informação sobre esta temática assume relevância crescente, para decisores políticos e sociedade civil. Respondendo a este interesse, e no intuito de aprofundar ainda mais o conhecimento sobre o setor da economia social, o INE realizou, no 3.º trimestre de 2018, uma nova edição do inquérito ao trabalho voluntário (ITV) que, tal como o inquérito piloto de 2012, constituiu um módulo do inquérito ao emprego, seguindo recomendações internacionais. Com o inquérito de 2018 foram introduzidas algumas adaptações do questionário, acompanhando os desenvolvimentos metodológicos internacionais.

O ITV é uma operação estatística que resulta da articulação de várias unidades orgânicas do INE, de entre as quais se destacam o Departamento de Contas Nacionais, o Departamento de Estatísticas Sociais, o Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação e o Departamento de Recolha e Gestão de Dados, cuja atuação conjunta convergiu para os resultados apresentados nesta publicação.

O ITV permite caraterizar o voluntariado em Portugal, e os resultados confirmam que, em 2018, tal como em 2012, este constitui um recurso de extrema importância nas organizações da economia social.

O trabalho agora apresentado não seria tão rico sem a dedicação dos técnicos e da direção da CASES. Demonstra a importância da relação estreita entre o INE e a sociedade civil para a criação de estatísticas que fomentem o conhecimento da realidade em que vivemos. Finalmente, porque as críticas construtivas permitem melhorar a qualidade e adequabilidade dos produtos estatísticos, o INE agradece todas as sugestões que possam contribuir para valorizar e desenvolver a informação estatística.

THE 2016 SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT AND THE SURVEY ON VOLUNTEER WORK 2018

Francisco Lima
President of Statistics Portugal

The European Parliament resolution of 19 February 2009 on Social Economy stressed that “the social economy plays an essential role in the European economy, by combining profitability with solidarity, creating high-quality jobs, strengthening social, economic and regional cohesion, generating social capital, promoting active citizenship, solidarity and a type of economy with democratic values which puts people first, in addition to supporting sustainable development and social, environmental and technological innovation.”

The European Commission and the Member States were therefore invited to prepare satellite accounts that would improve the visibility of social economy entities.

Recognizing the growing relevance of this theme and in response to requests from various users, Statistics Portugal, in partnership with CASES – Cooperative António Sérgio for the Social Economy, has produced, since 2013, three editions of the Social Economy Satellite Account (SESA), for the reference years 2010, 2013 and 2016.

SESA and its continuity derive from the need to thoroughly evaluate the economic dimension and to identify the main characteristics of social economy entities in Portugal. This need was included in the Social Economy Framework Law of May 8, 2013, which states that “the creation and maintenance of a satellite account for the social economy, developed within the national statistical system” must be ensured.

The realization of the three editions allowed for a progressive improvement of the project, with a more experienced technical team, the response to criticism and suggestions from different users (national and international), the monitoring of methodological developments at international level and the emergence of other satellite accounts, namely in culture, sport, sea and in the environmental goods and services sector.

Since its first edition, SESA covers all entities of the Social Economy. Portugal is one of the few countries with a broad view of this sector, including non-profit institutions, cooperatives and mutualist associations. In addition, since the beginning, a modular account design has been privileged to allow information to be segmented by the different social economy groups, Private Social Solidarity Institutions (IPSS) and, as a novelty of the 2016 edition, for entities with other special statutes (non-governmental environmental organizations, nongovernmental organizations for development, non-governmental organizations for the disabled, among others). This modularity of SESA allows dealing adequately with the heterogeneity of the sector, facilitating the international comparability of the project.

The “originality” of Portuguese SESA has been noted internationally and pointed to as good practice. This project has already been presented at the United Nations, the OECD, Eurostat and other European Commission bodies.

This edition of SESA also explored the intersection with new sources of administrative information. This allowed going beyond the traditional scope of an economic account to include additional characterization information for social economy entities, notably in terms of longevity, other forms of work / characterization of employment and tax benefits.

Volunteer work is a fundamental resource of modern societies. Information on this topic is becoming increasingly relevant for policy makers and civil society. Responding to this interest, and in order to further deepen the knowledge of the social economy sector, Statistics Portugal conducted a new edition of the Survey on Volunteer Work (SVW) in Q3 2018 which, like the Pilot Survey of 2012, constituted a module of the employment survey, following international recommendations. With the 2018 survey some adaptations to the questionnaire were introduced, in accordance with international methodological developments.

SVW as a statistical operation is the outcome of the articulation of several organic units of Statistics Portugal, among which stand out the Department of National Accounts, the Department of Social Statistics, the Department of Methodology and Information Systems and the Department of Data Collection and Management, whose joint action converged to the results presented in this publication.

SVW allows to characterize volunteer work in Portugal and the results confirm that in 2018, as in 2012, this is an extremely important resource in social economy organizations.

The work now presented would not be so rich without the dedication of CASES technicians and management. It shows the importance of the close relationship between Statistics Portugal and civil society in the creation of statistics that foster the knowledge of the reality in which we live in. Finally, because constructive criticism enables us to improve the quality and suitability of statistical products, Statistics Portugal welcomes all suggestions that may contribute to enhancing and developing statistical information.

A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016 E O INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2018

Eduardo Graça

Presidente da Direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

Este livro destina-se a divulgar dois instrumentos estatísticos que não são coisa pouca, quer no caso da Conta Satélite da Economia Social (CSES), com dados de 2016, porque representa um passo relevante na criação de uma série estatística, após a elaboração e publicação das CSES com dados de 2010 e 2013, quer no caso do Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), porque é o prenúncio de futuras e novas iniciativas que permitirão que Portugal, nos planos nacional e internacional, de uma vez por todas, apresente dados estatísticos fiáveis acerca do voluntariado.

Na verdade, a informação é cada vez mais relevante em todas as áreas da atividade humana, permitindo iluminar os caminhos da gestão micro e das políticas públicas. Apesar dos cuidados necessários à leitura da evolução dos indicadores ora apresentados, por efeito de inevitáveis alterações metodológicas, passamos a dispor de mais, e melhor, informação estatística acerca do setor da economia social e do voluntariado.

Este é um trabalho com a qual me rejubilo, não só pelo que representa de avanço no plano estatístico, como pelo fato de resultar de uma parceria frutuosa com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Não se trata, pois, de uma iniciativa pontual ou dispersa. Na verdade, a Lei de Bases da Economia Social (LBES) integra, no seu art.º 6.º, n.º 2, a obrigatoriedade da criação e manutenção de uma CSES.

Acresce que o Decreto-Lei n° 39/2017, de 4 de abril, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n° 282/2009, de 7 de outubro, que criou a CASES, atribuindo-lhe novas competências, em particular, na “prossecução de políticas na área do voluntariado”, na elaboração, publicação e atualização em sítio próprio da “base de dados permanente das entidades da economia social” e na criação e manutenção “de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”.

Este projeto corresponde, desde logo, à concretização do desafio contido na Resolução do Parlamento Europeu de 19 de fevereiro de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010, a qual apela a todos os Estados-membros da União Europeia (UE) que elaborem contas satélite que deem visibilidade estatística à Economia Social.

Sendo embora atribuição legal da CASES, a CSES integra o Plano de Atividades para o Sistema Estatístico Nacional de 2019, sob responsabilidade da autoridade estatística nacional (INE), tendo sido, por essa razão, celebrados, desde abril de 2011, sucessivos protocolos de cooperação entre a CASES e o INE tendo em vista a sua concretização.

Não será arriscado afirmar que, no presente, esta Conta Satélite continua a ser original e única, distinguindo-se de todas as restantes por abarcar, no seu universo de estudo, um perímetro no qual cabem todas as entidades da Economia Social consideradas na LBES.

Acresce que foi concebida como um agregado de subcontas nas quais são tratadas as realidades das diversas “famílias” de entidades da Economia Social, sejam cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações ou outras Entidades da Economia Social, a que acresce o conjunto eclético, em termos da configuração jurídico-formal, das organizações com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Trata-se de uma conta satélite de “vasto espectro”, inovadora, com os riscos inerentes a uma metodologia que se confronta com a necessidade de congregar informação estatística de entidades tão próximas, pelos princípios e valores que encerram e, ao mesmo tempo, tão diversas, nos planos económico e sociológico, nunca antes estudadas de forma tão vasta e abrangente, em particular, no que respeita ao subsector associativo.

Referindo-me, em particular, à Economia Social contemporânea, sabemos que ela é herdeira de uma tradição histórica longa e forte, cuja memória carece

de ser avivada, e que foi durante muitas décadas constituída por uma nebulosa de “famílias” próximas, pelos princípios e valores comuns, mas distantes entre si, no debate e na ação, assim como na relação com os poderes públicos.

Permitam-se que enuncie, de forma breve e esquemática, três possíveis pontes que interligam a questão estatística com a estratégia de desenvolvimento da Economia Social:

- A estatística contribui para o conhecimento, e reconhecimento, do sector da Economia Social – consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) sob a designação de “sector cooperativo e social” – evidenciando o seu peso relevante na economia e sociedade portuguesa;
- A estatística fornece aos poderes públicos informação credível, e certificada, acerca da realidade do sector, respondendo ao desafio contido, de forma certa, numa frase que os franceses vulgarizaram: *“sans chiffres, pas de politique”*;
- A estatística densifica o conceito de Economia Social, aproximando-o da sua realidade operacional, abrindo um espaço para debater o modo e o tempo da confluência de vontades das diversas “famílias” da Economia Social, no respeito pela sua autonomia, assim como às novas realidades emergentes no sector.

O mesmo se aplica à área do voluntariado:

- A estatística contribui para o conhecimento, e reconhecimento, da área, evidenciando o seu peso na sociedade portuguesa;
- A estatística fornece aos poderes públicos informação credível e certificada acerca das práticas de voluntariado, permitindo uma intervenção mais ajustada e abrindo espaço para debater o modo e o tempo que é dedicado à prática do voluntariado, assim como os novos desafios que se lhe colocam.

Após um longo período histórico de vazio no que respeita à reinvenção do conceito de Economia Social, com suas virtualidades e constrangimentos, quer no plano político, institucional, legal, doutrinário, estatístico, económico e ou social, Portugal deu, num curto período de tempo, desde 2010 até ao

presente, um salto em frente, colocando-se, para admiração dos mais atentos ao fenómeno, na primeira linha, não só a nível europeu como mundial.

Em nome da CASES, agradeço o empenho do INE, dos seus responsáveis e técnicos, assim como dos técnicos da CASES envolvidos na elaboração destes instrumentos estatísticos, na expectativa de que prossigamos no próximo futuro e que, para tal, não nos falem nem a força da vontade, nem os recursos para levar adiante, em continuidade, estes projetos tão aliciantes e desafiadores.

THE SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2016
AND THE VOLUNTARY WORK SURVEY 2018

Eduardo Graça
President of CASES

This book is intended to disclose two statistical tools worth mentioning: in the case of the Social Economy Satellite Account (CSES), with data from 2016, because it represents a relevant step in the creation of a statistical series, after the elaboration and publication of the CSES with data from 2010 and 2013; in the case of the Voluntary Labor Survey (ITV), because it is the foreshadowing of future and new initiatives that will allow Portugal, once and for all, to present reliable statistical data on voluntary work.

In fact, information is increasingly relevant in all areas of human activity, allowing to illuminate the paths of micro management and public policy. Despite caution needed in reading the evolution of the indicators presented here, due to inevitable methodological changes, we now have more and better statistical information on the social economy and voluntary work sector.

This is a work I'm proud of, not only because it represents a breakthrough in statistical matters, but also because it results from a fruitful partnership with the National Statistical Institute (INE). It is therefore not a timely or dispersed initiative. In fact, the Social Economy Framework Law (LBES) incorporates, in its article 6, paragraph 2, the obligation to create and maintain a CSES.

In addition, Decree-Law No. 39/2017, of April 4, introduced a first amendment to Decree-Law No. 282/2009, of October 7, which created Cooperative António Sérgio for Social Economy (CASES), giving it new competences, in particular, in “pursuit of policies in the field of voluntary work”, the drafting, publication and updating on-site of a “permanent database on social economy entities” and the establishment and maintenance of a “social economy satellite account developed within the national statistical system”.

This project firstly meets the challenge of the February 19, 2009 European Parliament Resolution on Social Economy – published March 25, 2010 – which appeals to all Member States of the European Union (EU) to elaborate satellite accounts that give statistical visibility to the Social Economy.

Although being a CASES legal responsibility, CSES is part of the 2019 National Statistical System Activities Plan, under the responsibility of the National Statistical Institute (INE). For this reason, successive cooperation protocols have been signed since April 2011 between CASES and INE, in view to its embodiment.

It will not be risky to say that, at present, this Satellite Account is still original and unique, distinguishing itself from all others because it encompasses, in the studied universe, all entities under the Social Economy Framework Law.

In addition, it was conceived as an aggregate of subaccounts, addressing the social economy entities various «families» – cooperatives, mutual societies, mercies, foundations, associations and other social economy entities, plus the eclectic ensemble in terms of our legal-formal design, that of organizations with the statute of Private Social Solidarity Institutions (IPSS).

It is an innovative, “broad spectrum” satellite account, with the inherent risks of a methodology needing to gather statistical information from entities close to one another, by their principles and values, and, at the same time, so diverse, in economic and sociological terms, never before studied so broadly and comprehensively, in particular as regards the associative subsector.

Addressing in particular the contemporary social economy, we know that it is heir to a long and strong historical tradition, the memory of which needs to be revived, for many decades constituted by a nebula of “families” with common principles and values, but distant from each other, in debate and action, as well as in the relationship with the public authorities.

Let me briefly outline three possible bridges linking the statistical issue with the Social Economy development strategy:

- Statistics contribute to the Social Economy sector knowledge and recognition – enshrined in the Constitution of the Portuguese Republic (CPR) under the name of “cooperative and social sector” – highlighting its relevant weight in the Portuguese economy and society;
- Statistics provide public authorities with credible and certified information on the reality of the sector, responding to the challenge contained in a certain say the French vulgarized: “sans chiffres, pas de politique”;
- Statistics densify the concept of Social Economy, bringing it closer to its operational reality, opening a space to debate ways and time in the confluence of wills of the various “families” of Social Economy – respecting their autonomy –, as well in for the emergence of new realities in the sector.

The same applies in the area of voluntary work:

- Statistics contributes to knowledge and recognition of the area, highlighting its weight in Portuguese society;
- Statistics provide public authorities with credible and certified information on voluntary work practices, allowing for more tailored intervention and opening space to discuss both the mode and time devoted to voluntary work and the new challenges ahead.

After a long historical period of void before the reinvention of the concept of Social Economy, with its potentialities and constraints, be it at political, institutional, legal, doctrinal, statistical, economic or social levels, Portugal made, in a short period of time, from 2010 to the present, a leap forward, to the admiration of those most attentive to this phenomenon, placing itself in the frontline of the countries that at European, but also worldwide level, favor the concept.

On behalf of CASES, I appreciate the commitment of INE, its officials and technicians, as well as the CASES technicians involved in the preparation of these statistical instruments, in the hope that we will proceed with the work in the near future and that we do not lack even the strength of and the resources to continue these exciting and challenging projects.

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL
SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT
2016

TERCEIRA EDIÇÃO DA CSES:
A ECONOMIA SOCIAL REPRESENTOU
3,0% DO VAB EM 2016

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), relativa ao ano 2016. O projeto foi desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, no âmbito de um protocolo de colaboração entre estas entidades.

Com a edição de 2016 da CSES, disponibiliza-se informação estatística mais atualizada para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social (ES) em Portugal. As duas edições anteriores da CSES foram relativas aos anos de 2013 e 2010.

As referências metodológicas fundamentais desta edição da CSES foram o manual do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010) e a Lei de Bases da Economia Social. Foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas, de 2018 (com implicações na nomenclatura), e do “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*” do Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC).

Este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma:

1. Principais resultados, incluindo uma análise da relevância da ES na economia nacional;
2. Caracterização dos grupos de entidades da ES;
3. Comparação internacional.

Em linha com a orientação estratégica que vem sendo prosseguida pelo INE, são ainda apresentados subcapítulos com informação complementar sobre as entidades da ES, tendo por base a apropriação de dados administrativos (ex.: Autoridade Tributária e Aduaneira, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais) e cruzamento com informação residente no INE. Assim, este capítulo inclui cinco subcapítulos informativos sobre as entidades da ES: longevidade (com base na data de constituição das entidades incluídas na CSES 2016), caracterização adicional do trabalho [execução de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade, trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA)], análise da ES no contexto da economia portuguesa em 2010, 2013 e 2016, benefícios fiscais e grupos económicos das Cooperativas.

Além desta publicação, encontram-se disponíveis para consulta na página eletrónica do INE (www.ine.pt) uma infografia e um conjunto de quadros com informação adicional sobre a CSES 2016.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2016, 71 885 entidades da ES geraram 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC). A remuneração média (por ETC) nas entidades da ES correspondia a 86,3% da média nacional.

Face a 2013, o número de entidades da ES aumentou 17,3%, o VAB aumentou 14,6%, o emprego remunerado 8,8% e o emprego total 8,5%, registando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional (o VAB cresceu 8,3%, o emprego remunerado 7,2% e o emprego total 5,8%).

A saúde (C) e os serviços sociais (D) foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB e emprego: a Saúde foi responsável por 24,6%

do VAB e 32,1% do emprego remunerado da ES, enquanto os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado da ES, em 2016.

As organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio (A) congregaram quase 47% do total de unidades da CSES, mas representaram apenas 5,0% do total do emprego remunerado e do VAB da ES.

Quadro n.º 1
Distribuição dos principais indicadores segundo
a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor (2016)

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CISFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ⁶ Euros
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
Economia Social	71 885	236 288	234 886	4 819
Economia Nacional	-	4 419 870	3 839 523	162 226
Economia Social / Economia Nacional	-	5,3%	6,1%	3,0%

Numa análise por grupos de entidades da ES (ver Quadro 2), das cerca de 72 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) agregavam 92,9% do total, sendo responsáveis por 60,1% do VAB, 64,6% do emprego remunerado (ETC) e 61,9% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos do número de unidades, de VAB e de remunerações, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de emprego remunerado. As Associações Mutualistas, nas quais se incluem entidades do setor financeiro da economia, foram as entidades da ES que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

Quadro n.º 2
Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016)

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

No que respeita à distribuição do número de unidades da ES por setor institucional, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias constituíram o setor dominante, congregando 91,2% do total de unidades do universo da CSES, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias, com 8,6% do total de unidades.

As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias foram igualmente o setor mais relevante em termos de contribuição para o VAB da ES (71,6% do total), enquanto as Sociedades não financeiras e Famílias e as Sociedades financeiras geraram, respetivamente, 15,4% e 12,9% do VAB da ES, em 2016.

Quadro n.º 3
Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016)

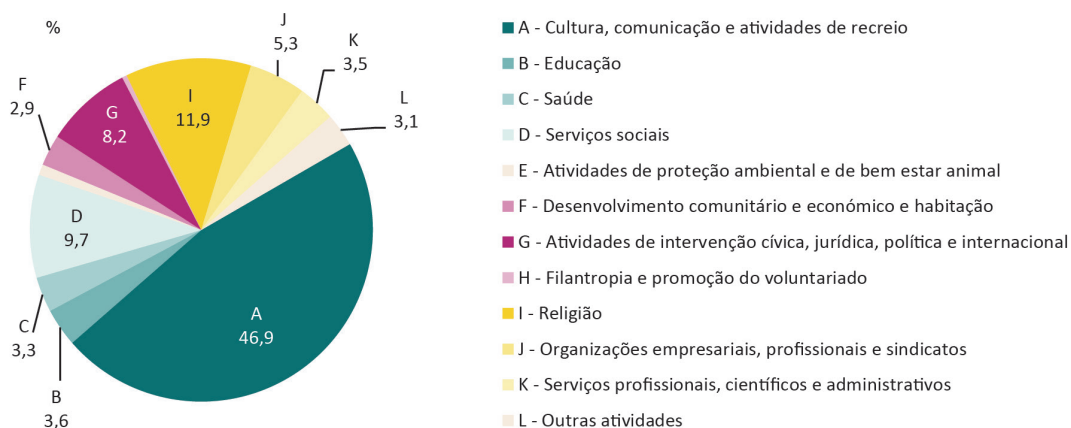
Setor institucional	Unidades	Produção	VAB da Economia Social	VAB da Economia Nacional	VAB da Economia Social no VAB da Economia nacional
	N.º	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	%
Sociedades não financeiras (S.11) + Famílias (S.14)	6 190	2 036	741	124 444	0,6
Sociedades financeiras (S.12)	128	983	620	8 218	7,5
Administrações públicas (S.13)	18	17	10	26 116	0,0
Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)	65 549	5 842	3 448	3 448	100,0
Economia Social	71 885	8 878	4 819	-	3,0
Economia Nacional	-	325 639	162 226	162 226	100,0
Economia Social / Economia Nacional	-	2,7%	3,0%	-	3,0

1.1 COMPOSIÇÃO DO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Em 2016, a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) concentrava 46,9% das unidades da ES, mantendo a preponderância já observada nas anteriores edições da CSES.

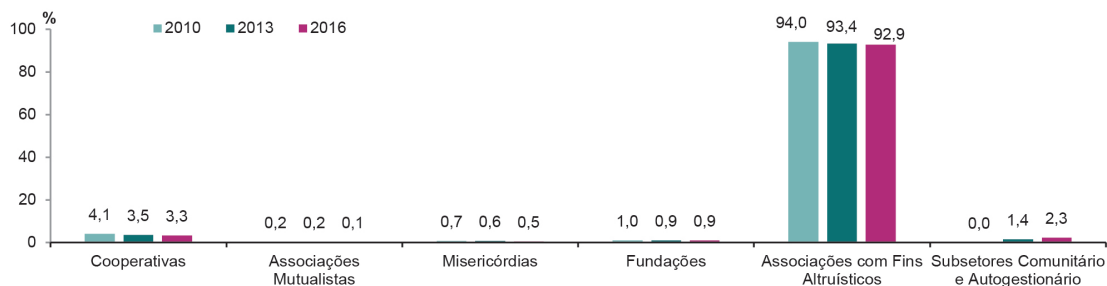
As entidades da religião (I) e dos serviços sociais (D) apresentavam um peso bastante significativo no conjunto de entidades da ES, congregando, respetivamente, 11,9% e 9,7% do total de unidades.

Gráfico n.º 1
Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional
de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)



Na distribuição das unidades por grupos de entidade não se observaram variações significativas face a 2013, mantendo-se a predominância das ACFA.

Gráfico n.º 2
Distribuição das unidades por grupos de entidades



Numa ótica territorial (NUTS II), o Norte detinha 32,6% das unidades da CSES, seguido pelo Centro (25,2%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (23,1%). Analisando a distribuição por NUTS III, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, em conjunto, concentraram mais de 1/3 do total de unidades da ES (34,9%). Apesar do aumento do número de entidades, a estrutura regional manteve-se próxima da observada de 2013, com aumentos ligeiros de importância relativa das regiões anteriormente citadas.

Gráfico n.º 3
Distribuição das unidades por NUTS II

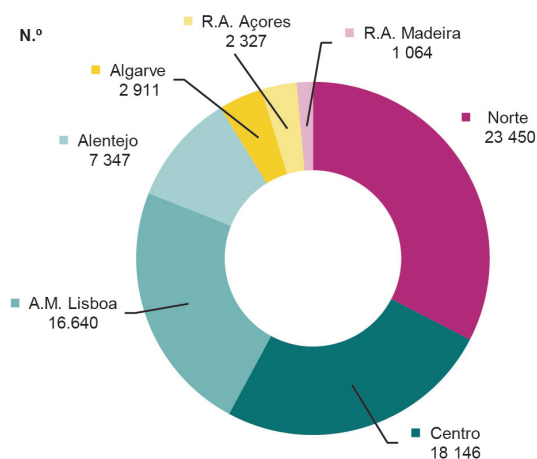
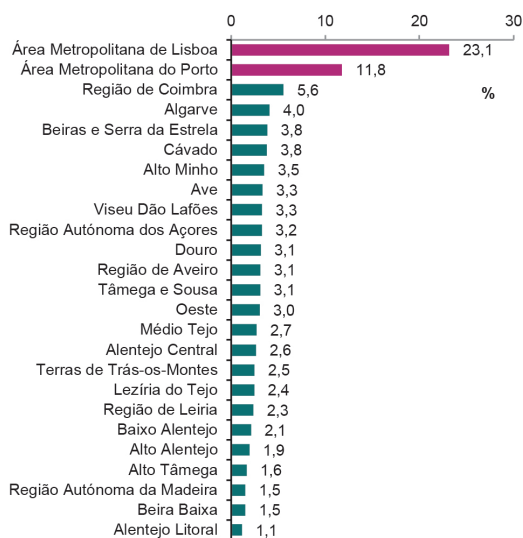


Gráfico n.º 4
Distribuição das unidades por NUTS III

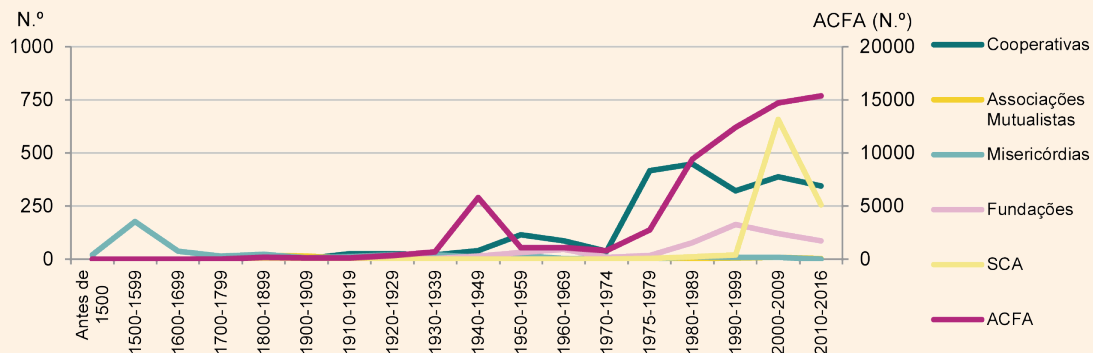


DATA DE CONSTITUIÇÃO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM A CSES 2016

Analisando a informação sobre a data de constituição⁽¹⁾ das entidades da Economia Social que integram o universo da CSES 2016⁽²⁾, verifica-se que:

- As Misericórdias constituem o grupo de entidades da Economia Social com datas de constituição mais recuadas na história, havendo registos desde 1498, com uma abrangência territorial muito alargada (Continente e Açores);
- No século XVII emergiram entidades ligadas à religião cristã (ou à Igreja católica, com maior ou menor vinculação às autoridades eclesiásticas), tais como Irmandades, Ordens e Seminários (integrando estes últimos a componente de ensino/ educação) que, de acordo com a definição jurídica atual, integram o grupo das ACFA;
- Já no século XIX surgiram as Fundações com maior antiguidade no universo da CSES 2016, que prestavam assistência social a grupos específicos, identificados por estas organizações como sendo mais vulneráveis a situações de exclusão na sociedade da época, tais como: crianças órfãs, pessoas invisuais ou em situação de mendicidade, entre outras;
- Ainda na década de 40 do século XIX foram criadas a Associação Mutualista Montepio Geral e, como entidade anexa à mesma, a Caixa Económica Montepio Geral, as quais atualmente constituem as entidades com data de constituição mais antiga no grupo das Associações Mutualistas⁽³⁾ do universo da CSES 2016;
- Na segunda metade do século XIX surgiram as primeiras entidades do grupo das Cooperativas⁽⁴⁾, tratando-se essencialmente de Cooperativas operárias, Caixas Económicas operárias e Cooperativas de consumo;
- As entidades do universo da CSES 2016 com data de constituição mais recente foram as dos Subsectores Comunitário e Autogestionário. Com efeito, apenas no século XX foi (formalmente) criada a primeira organização deste grupo de entidades da Economia Social: uma Levada na Região Autónoma da Madeira.

Gráfico n.º 5
Evolução da data de constituição das entidades
incluídas na Conta Satélite da Economia Social 2016,
por grupos da Economia Social



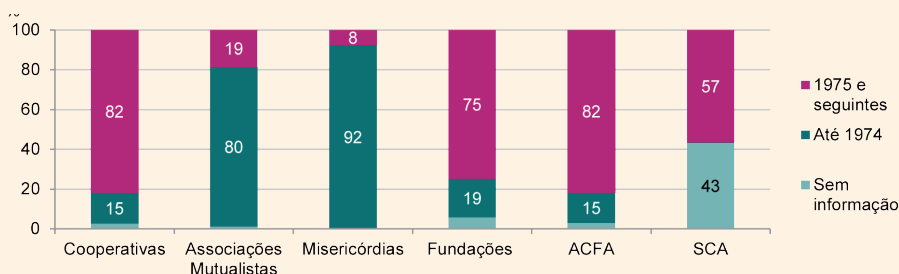
NOTAS

- (1) Fontes de informação: SIUE - Sistema Integrado de Unidades Estatísticas, do Instituto Nacional de Estatística, I.P. e “Quem somos nas Misericórdias (2018)” da União das Misericórdias Portuguesas.
- (2) Note-se que é possível que tenham existido entidades com datas de constituição anteriores às identificadas neste capítulo mas que entretanto tenham cessado atividade. A informação divulgada refere-se apenas às entidades que integram o Universo da CSES 2016, ou seja que estavam em atividade em 2016 e/ou que foram suspensas ou tenham cessado atividade nesse mesmo ano.
- (3) Segundo Álvaro Garrido e David Pereira (2018), “havia alguns montepios que remontavam também aos séculos XV e XVI, a exemplo do *Montepio da Corporação dos Livreiros*, criado em Lisboa em 1460, do *Montepio do Corpo Santo*, instituído em Peniche em 1505, e do *Compromisso Marítimo* de Faro, fundado em 1552. Em rigor, os montepios eram associações de socorros mútuos.” (in: A Economia Social em Movimento. Uma história das organizações, página 116). Ainda segundo estes autores, a partir de 1834 e até ao final da década de 30 surgem várias organizações que seguiam o modelo organizativo e estatutário das associações de socorros mútuos (idem, página 117). Contudo, nenhuma destas instituições consta do universo da CSES 2016, pelo que, se presume que tenham cessado atividade antes de 2016.
- (4) Também no caso das Cooperativas, Álvaro Garrido e David Pereira identificaram organizações com data de constituição mais recuada do que aquelas que atualmente integram o universo da CSES 2016, nomeadamente a Associação de Nossa Senhora dos Prazeres, cooperativa de consumo nascida em Lisboa em 1844.

A análise da data de constituição das entidades incluídas no Universo da CSES 2016 permitiu ainda observar diferenças significativas no ritmo de criação e no percurso dos vários grupos da Economia Social ao longo do tempo.

Enquanto 92% das Misericórdias e 80% das Associações Mutualistas foram constituídas até 1974, 82% das Cooperativas e das ACFA, 75% das Fundações e, ainda, 57% das entidades dos SCA foram criadas depois do 25 de abril de 1974, o que marcou um ponto de viragem para as organizações da ES.

Gráfico n.º 6
Distribuição da data de constituição das entidades incluídas
na Conta Satélite da Economia Social 2016



COOPERATIVAS

A criação de Cooperativas registou um forte impulso no período imediatamente a seguir à revolução de Abril de 1974. Entre 1975 e 1979 foram criadas 417 Cooperativas que ainda hoje mantêm atividade, ou seja, nesse intervalo temporal de apenas 4 anos, surgiram mais cooperativas do que em todo o período que mediou entre 1800 e 1974, quando foram criadas 363 entidades neste grupo da ES.

Embora se observe uma diminuição na constituição de Cooperativas a partir da década de 90, em cada década posterior foram criadas mais de 300 novas entidades.

FUNDAÇÕES

A década de 90 do século XX e a primeira década do século XXI foram aquelas em que se observou maior dinamismo na criação destas entidades ainda ativas, tendo sido constituídas, respetivamente, 163 e 120 Fundações. Com efeito, o número de novas Fundações nestas duas décadas (283 Fundações) superou as constituídas até 1989 (214).

ACFA

Das 5.783 entidades do grupo das ACFA criadas (formalmente) na década de 40 do século XX, mais de 70% correspondiam a Fábricas da Igreja e a Benefícios Paroquiais, o que poderá estar relacionado com a assinatura da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, em 1940, depois dos avanços e recuos no plano jurídico-legal, que se seguiram à Primeira República⁽⁵⁾.

Só na década de 80 do século XX, o número de entidades constituídas no grupo das ACFA (9.407) viria a superar os registos observados na década de 40. O movimento associativo continua em expansão, tendo sido criadas a partir de 2010 mais de 15.000 entidades neste grupo da Economia Social.

NOTA

- (5) Segundo Paulo Fontes (1994), “o Estado Novo, em cuja institucionalização e teorização se empenharam parte das elites católicas, veio consagrar um novo relacionamento do Estado com a Igreja e permitir o reconhecimento de um estatuto jurídico próprio, que a Concordata de 1940 traduziu num acordo de direito internacional, assente na valorização do peso social do catolicismo. Esta evolução era convergente com os esforços da Igreja no sentido de orientar a sua acção predominantemente para os domínios social e religioso, em detrimento da esfera de acção política.” (in *A Acção católica Portuguesa (1933-974) e a presença da Igreja na sociedade*. LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, páginas 61-100).

1.2 VAB

Em 2016, a saúde (C) representou 24,6% do VAB da ES, sendo imediatamente seguida pelos serviços sociais (D), que geraram 24,3% do total de VAB da ES. Refira-se, contudo, que a utilização da nova nomenclatura internacional de referência, das Nações Unidas, que passou a considerar as atividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e as unidades de cuidados continuados, determinou o aumento da importância relativa das atividades de saúde e uma diminuição dos serviços sociais, comparativamente com a CSES de 2013.

Analisando a distribuição do VAB por grupos de entidades, as ACFA concentraram 60,1%, as Cooperativas 12,5% e as Misericórdias 12,4% do total do VAB da ES, observando-se uma inversão de posições entre Cooperativas e Misericórdias, face a 2013.

Gráfico n.º 7
Distribuição do VAB da Economia Social,
segundo a Classificação Internacional
de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor

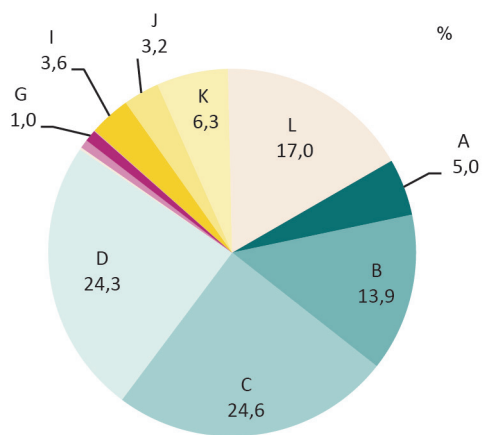
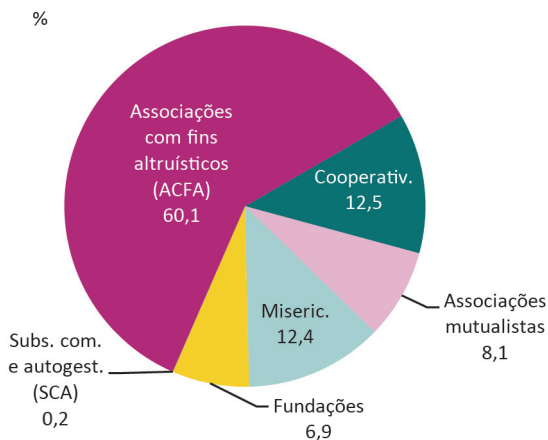
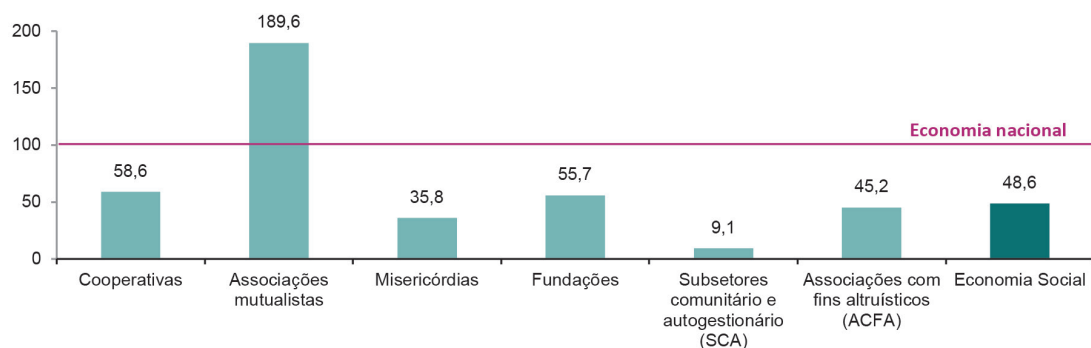


Gráfico n.º 8
Distribuição do VAB da Economia Social,
por grupos de entidades



Tal como em edições anteriores, o VAB por ETC remunerado na ES, com a exceção das Associações Mutualistas, foi inferior à média da economia.

Gráfico n.º 9
VAB/Emprego (ETC remunerado), por grupos de entidades da Economia Social
(Total da Economia = 100)



1.3 REMUNERAÇÕES

Em 2016, os serviços sociais (D) representaram 26,3% do total de remunerações da ES, sendo imediatamente seguidos pela saúde (C) (25,0%) e pela educação (B) (15,2%).

Por grupos de entidades, evidenciaram-se as ACFA (61,9%), seguindo-se as Cooperativas (13,2%), as Misericórdias (12,8%), as Fundações (7,0%), as Associações Mutualistas (4,9%) e os SCA (0,1%).

Gráfico n.º 10
Distribuição das remunerações da Economia Social,
segundo a Classificação Internacional
de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor

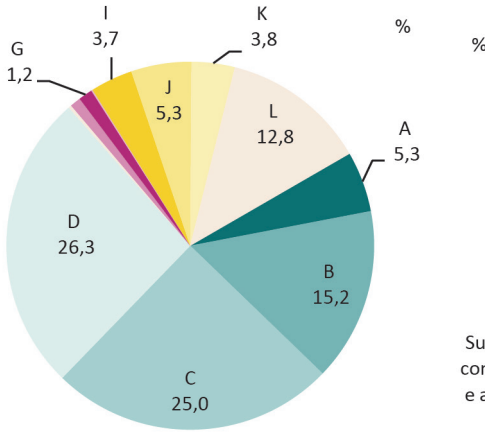
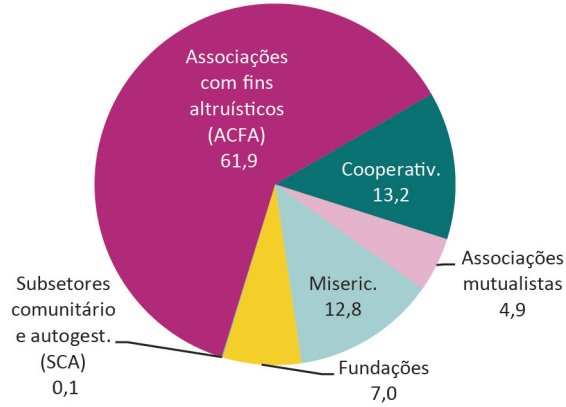
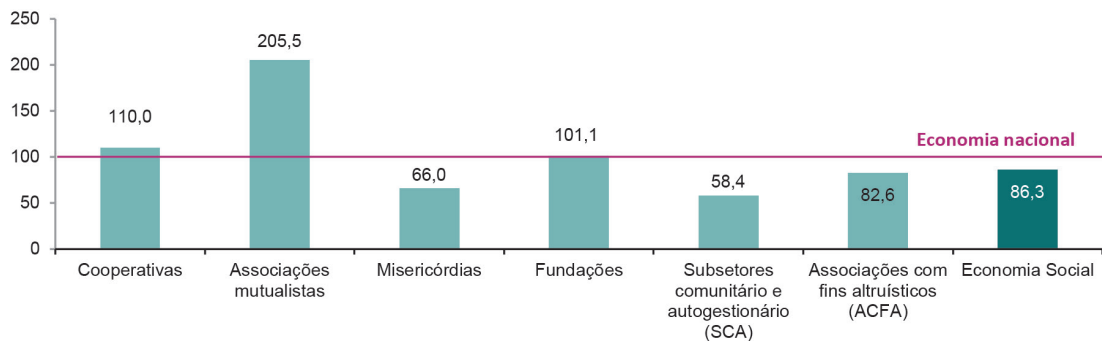


Gráfico n.º 11
Distribuição das remunerações da Economia Social,
por grupos de entidades



A remuneração média (por ETC remunerado da ES) foi inferior à da economia nacional (86,3%), apresentando uma dispersão significativa por grupos de entidades. As Associações Mutualistas constituíam o grupo da ES com a remuneração média mais elevada, seguindo-se as Cooperativas e as Fundações, ambas com remunerações superiores à economia nacional. No extremo oposto encontravam-se as entidades dos SCA, com a remuneração média mais baixa.

Gráfico n.º 12
Remunerações/Emprego (ETC remunerado),
por grupos de entidades da Economia Social
(Total da Economia = 100)



1.4 EMPREGO

Em 2016, 32,1% do emprego remunerado (ETC) na ES concentrou-se na saúde (C), seguindo-se os serviços sociais (D) (29,8%) e a educação (B) (12,7%).

Analisando o emprego remunerado (ETC) por grupos de entidades da ES, as ACFA destacaram-se (64,6% do total). As Misericórdias representaram 16,8%, as Cooperativas 10,4%, as Fundações 6,0%, as Associações Mutualistas 2,1% e os SCA 0,1%.

Gráfico n.º 13
Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

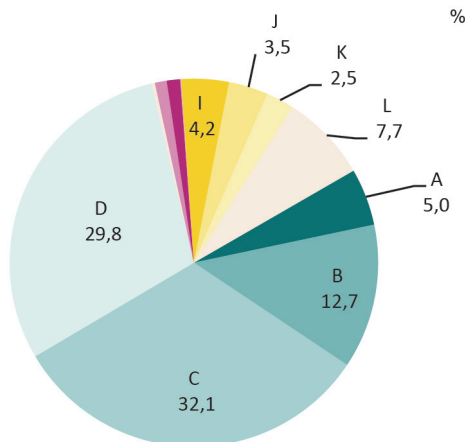
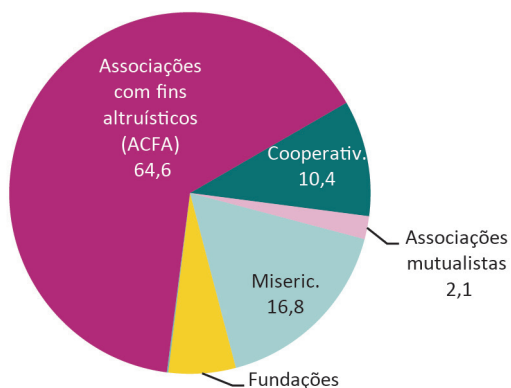


Gráfico n.º 14
Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, por grupos de entidades



CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL DO TRABALHO NA ES: EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS DE PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE EM ENTIDADES DA ES

A prestação de trabalho a favor da comunidade constitui uma medida alternativa à pena de prisão, definida como a prestação gratuita de serviços ao Estado e a outras pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins os tribunais considerem de interesse para a comunidade, nas quais se incluem as entidades da Economia Social.

De acordo com informação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)⁽¹⁾, em 2016 foram identificados, pelo menos, 1.963 indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em 811 entidades do universo da CSES, correspondendo estes a quase 54% do total de indivíduos constantes da listagem remetida pela DGRSP.

Destes 1.963 indivíduos, mais de 90% prestaram trabalho a favor da comunidade nas ACFA e quase 6% nas Misericórdias.

As principais áreas de atividade das entidades da ES que acolheram indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade foram os serviços sociais (45,2% dos indivíduos) a cultura, comunicação e atividades de recreio (30,1%) e a saúde (13,1%). Em conjunto, as entidades destas três áreas de intervenção acolheram cerca de 88% dos indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em organizações da Economia Social.

NOTA

- (1) De acordo com o Relatório de atividades da DGRSP, em 2016, registaram-se 17.288 pedidos de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade. Com o objetivo de quantificar o número de indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em entidades da Economia Social, na sequência de sentença judicial, foi possível obter junto da DGRSP uma listagem com uma amostra das penas/medidas em execução em 2016, que representava cerca de 20% do total de penas/medidas em execução nesse ano. A referida listagem anonimizada apenas identificava as organizações que acolheram 3.646 indivíduos com pena ou medida de prestação de trabalho a favor da comunidade, decretada pelo tribunal.

Gráfico n.º 15
Distribuição das pessoas com penas e medidas que envolveram prestação de trabalho comunitário, por grupos de entidades da ES

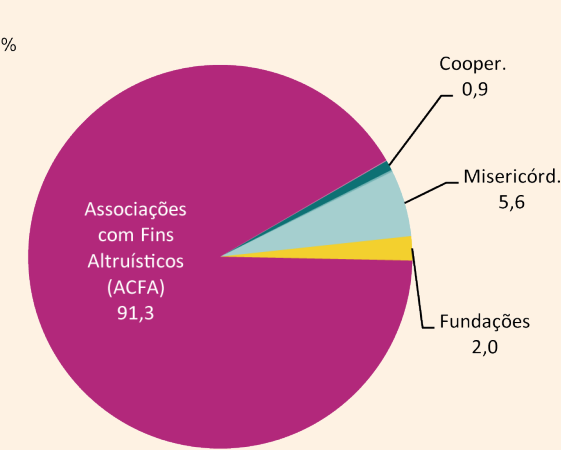
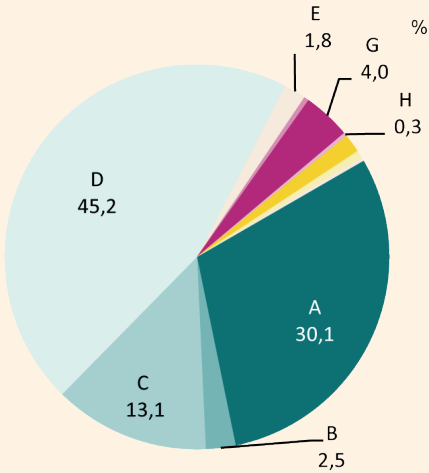


Gráfico n.º 16
Distribuição das pessoas com penas e medidas que envolveram prestação de trabalho comunitário, em entidades da ES, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



Fonte: INE a partir de informação prestada pela DGRSP.

CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL DO TRABALHO NA ES: TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO DE TRABALHO (TPA) EM ENTIDADES DA ES

De acordo com a informação do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP/MTSS)⁽¹⁾, em 2016 foram identificados 10.789 TPA, dos quais 1.808 trabalhavam em entidades integradas no universo da CSES. Ou seja, nesse ano as entidades do universo da CSES congregavam quase 17% do total de TPA identificados no Relatório Único.

Destes 1.808 TPA, 1.220 trabalhavam em entidades detentoras do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), correspondendo a cerca de 11,3% do total de TPA identificados em sede de Relatório Único e a 67,5% do total de TPA em exercício de funções em entidades da Economia Social.

Analisando a distribuição de TPA por grupos de entidades da Economia Social, observou-se que mais de 50% trabalhavam nas ACFA, seguindo-se as Cooperativas e as Misericórdias, que congregavam cerca de 16% do total de TPA das entidades da Economia Social.

Considerando a importância relativa de TPA no número de pessoas ao serviço (NPS) para cada uma das entidades que identificaram TPA em sede de Relatório Único, verificou-se que cerca de 3% do total de NPS das Cooperativas e das Fundações correspondiam a TPA.

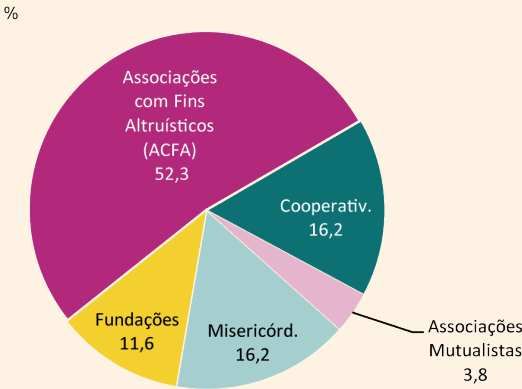
Os serviços sociais congregavam quase 32% de TPA das entidades da Economia Social, seguindo-se a saúde (30,4%) e a educação (15,4%).

Em 2016, as entidades da ES empregavam, em média, 2,7 TPA, embora o valor mais frequente observado fosse de 1 TPA por entidade da ES.

NOTA

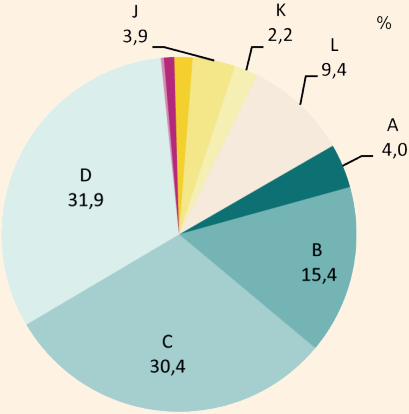
- (1) Inclui todas as empresas com 10 e mais pessoas ao serviço a 31 de dezembro que, no Relatório Único 2016, declararam ter tido trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA).

Gráfico n.º 17
Distribuição de TPA,
por grupos de entidades da ES



Fonte: INE a partir do Relatório Único (GEP/MTSS)

Gráfico n.º 18
Distribuição de TPA,
segundo a Classificação Internacional
de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor

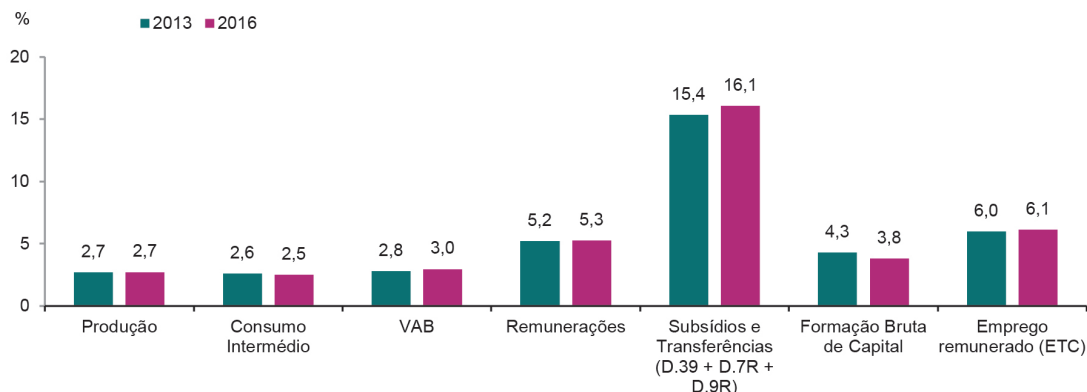


1.5 A ECONOMIA SOCIAL NA ECONOMIA NACIONAL

Em 2016, a ES representou 2,7% da produção nacional e 3,0% do VAB nacional, superando a importância relativa em termos de VAB observada na anterior edição da CSES (2,8% em 2013).

Relativamente às remunerações, o peso da ES no total da economia nacional passou de 5,2%, em 2013, para 5,3%, em 2016. Em linha com a evolução das remunerações, a importância relativa do emprego remunerado (ETC) aumentou de 6,0%, em 2013, para 6,1% do total do emprego remunerado total (ETC), em 2016.

Gráfico n.º 19
Comparação da Economia Social com a Economia Nacional
– grandes agregados



A remuneração média da ES correspondeu a 86,3% da remuneração média da economia nacional (86,4% em 2013), sendo inferior à remuneração média do setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) e das Administrações públicas (S.13).

Analisando o rácio remunerações/VAB, conclui-se que uma parte significativa do VAB da ES se destinava a remunerações (89,7%), percentagem muito superior à observada no conjunto da economia (50,5%).

Gráfico n.º 20
Rem. Média por Setor Institucional
da Economia Nacional
(Economia Nacional = 100)

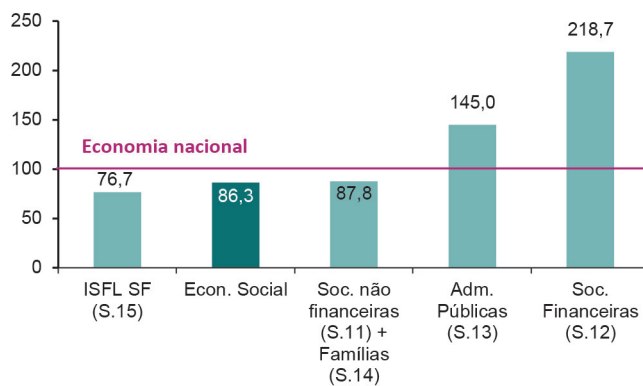
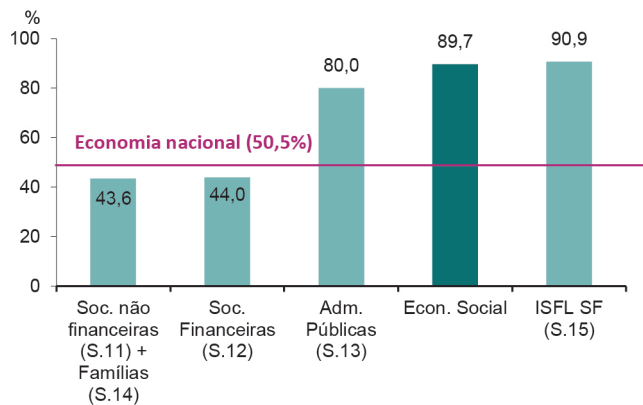


Gráfico n.º 21
Remunerações / VAB, na ES
e Economia Nacional (S.1)



A ECONOMIA SOCIAL NA ECONOMIA PORTUGUESA NAS 3 CONTAS 2010, 2013 E 2016

Na última crise a economia social foi mais resistente
do que o conjunto da economia portuguesa

Apesar de terem sido introduzidas algumas alterações conceptuais e metodológicas nas edições de 2013 e 2016 da CSES⁽¹⁾, face à edição de 2010⁽²⁾, a análise dos principais resultados das três edições da Conta permite contextualizar a importância da ES na economia portuguesa.

Entre 2010 e 2016 o número de unidades que integram o setor da ES cresceu quase 30%, aumentando 10,6% entre 2010 e 2013, e 17,3% entre 2013 e 2016.

Entre 2010 e 2013, a manutenção do peso do VAB da ES na economia nacional (2,8%), o aumento do peso do emprego remunerado da ES no total do emprego remunerado (de 5,5% em 2010 para 6,0% em 2013) e o crescimento da importância relativa das remunerações da ES no total das remunerações (de 4,6% em 2010 para 5,2% em 2013), demonstram a resiliência do setor da ES no contexto da crise económica e financeira que afetou Portugal.

Analisando as taxas de variação, verifica-se que, em 2013 (e face a 2010), o emprego total e o emprego remunerado na ES registaram uma diminuição menos acentuada do que aquela que foi observada na economia portuguesa (respetivamente, 4,6% vs 12,8% e 4,8% vs 13,4%). Em termos nominais, as remunerações da ES registaram um ligeiro aumento (0,4%), que contrastou com a forte redução no conjunto da economia portuguesa (12,1%).

NOTAS

- (1) Consistentes com a base 2011 das contas nacionais e tendo como referência o quadro concetual do SEC 2010.
- (2) Consistente com a base 2006 das contas nacionais e tendo como referência o SEC 95.

Ainda em 2013, a necessidade líquida de financiamento da ES reduziu-se, passando de 570,7 milhões de euros em 2010 para 412 milhões de euros. Para esta diminuição terão contribuído, de forma significativa, as Cooperativas e as Associações Mutualistas que, em conjunto, detinham uma capacidade líquida de 139,3 milhões de euros em 2013.

A Formação Bruta de Capital (FBC) registou uma ligeira diminuição (-2,5% em 2013, face a 2010), que foi menos pronunciada do que no conjunto da economia portuguesa (-28,6%), no mesmo período.

Assim, a evolução das principais variáveis macroeconómicas em 2013, comparativamente a 2010, indiciam que a ES constitui um “amortecedor” de curto prazo em períodos de crise, funcionando em contraciclo para responder a necessidades sociais prementes, que em geral se agravam nesses períodos.

Quadro n.º 4
Principais Resultados da Conta Satélite
da Economia Social 2010, 2013 e 2016,
tendo como referência a economia portuguesa (Contas Nacionais)

	unidade	Níveis:				Tx. de var. (%)			CSES/CN (%)		
			2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016	2010/2016	2010	2013	2016
Número de unidades	N.º	CSES	55 383	61 268	71 885	10,6	17,3	29,8			
VAB	10 ⁶ euros	CSES	4.262,6	4 206,5	4 819,2	-1,3	14,6	13,1	2,8	2,8	3,0
		CN	151.426,0	149 768,4	162 226,13	-1,1	8,3	7,1			
Emprego (ETC)	N.º	CSES	228.124	217 744	236 288	-4,6	8,5	3,6	4,8	5,2	5,3
		CN	4.792.750	4 178 797	4 419 870	-12,8	5,8	-7,8			
VAB/ETC	10 ³ euros	CSES	18,7	19,3	20,4	3,4	5,6	9,2	59,1	53,9	55,6
		CN	31,6	35,8	36,7	13,4	2,4	16,2			
Remunerações	10 ⁶ euros	CSES	3.955,4	3 973,1	4 321,6	0,4	8,8	9,3	4,6	5,2	5,3
		CN	86.814,0	76 279,9	81 854,1	-12,1	7,3	-5,7			
Emprego (ETC) remunerado	N.º	CSES	226.935	215 963	234 886	-4,8	8,8	3,5	5,5	6,0	6,1
		CN	4.138.163	3 582 077	3 839 523	-13,4	7,2	-7,2			
Remunerações médias	10 ³ euros	CSES	17,4	18,4	18,4	5,6	0,0	5,6	83,1	86,4	86,3
		CN	21,0	21,3	21,3	1,5	0,1	1,6			
Remunerações/VAB	%	CSES	92,8	94,5	89,7	1,8	-5,1	-3,4	161,9	185,4	177,7
		CN	57,3	50,9	50,5	-11,2	-0,9	-12,0			
FBC	10 ⁶ euros	CSES	1.109,7	1 081,8	1 107,8	-2,5	2,4	-0,2	3,2	4,3	3,8
		CN	34.874,8	24 913,8	29 318,7	-28,6	17,7	-15,9			
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento	10 ⁶ euros	CSES	-570,7	-412,0	-598,4						
		CN	-15.490,1	3 945,6	1 951,6						

Já em 2016, observou-se na economia portuguesa um aumento dos pesos relativos da ES no VAB (de 2,8% em 2013 para 3,0%), do emprego total (de 5,2% em 2013 para 5,3% em 2016), do emprego remunerado (de 6,0% em 2013 para 6,1% em 2016) e das remunerações (de 5,2% em 2013 para 5,3% em 2016).

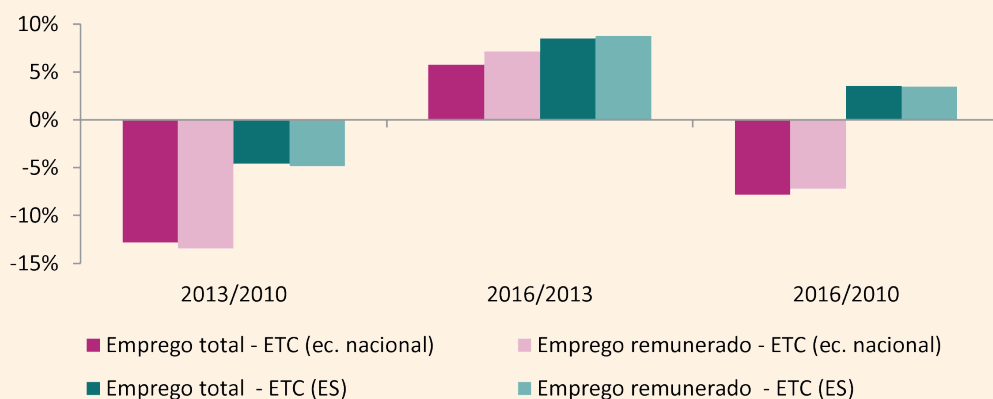
Entre 2013 e 2016, o VAB da ES aumentou 14,6%, o emprego total 8,5% e o emprego remunerado 8,8%, isto é, a ES registou, nas variáveis macroeconómicas, maior dinamismo do que o observado na economia nacional (onde o VAB cresceu 8,3%, o emprego total 5,8% e o emprego remunerado 7,2%).

Em sentido contrário, o peso no Investimento (FBC) da ES diminuiu de 4,3% em 2013 para 3,8% em 2016, em resultado de um crescimento inferior ao observado no conjunto da economia (2,4% vs. 17,7%).

A necessidade líquida de financiamento da ES agravou-se de 412,0 milhões de euros (0,2% do PIB), em 2013, para 598,4 milhões de euros, em 2016 (0,3% do PIB). Para esta situação terão contribuído de forma significativa as Associações Mutualistas, que passaram de uma capacidade líquida na ordem dos 51 milhões de euros em 2013 para uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros em 2016.

Neste período, a economia nacional registou uma redução da capacidade líquida de financiamento (3 945,6 milhões de euros em 2013 para 1 951,6 milhões de euros em 2016, correspondendo a 2,3% e 1,0% do PIB, pela mesma ordem).

Gráfico n.º 22
Taxas de variação do emprego total e emprego remunerado
na economia social e nacional, entre 2010 e 2016



BENEFÍCIOS FISCAIS DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

De acordo com informação publicada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)⁽¹⁾, foram identificadas 9.582 entidades da ES com benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2016, no montante global de 194,9 milhões de euros, correspondendo a cerca de 7,8% do total de benefícios fiscais listados pela AT (por beneficiário e tipo de imposto) nesse mesmo ano (2.491,4 milhões de euros).

Analisando a distribuição de benefícios fiscais por grupos de entidades da ES, destacam-se claramente as ACFA, que congregaram 59,5% do total, seguindo-se as Misericórdias, com cerca de 14%.

Numa ótica de análise segundo o tipo de imposto, observou-se que 61,7% dos benefícios fiscais das entidades da ES estão relacionados com o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), seguindo-se os benefícios fiscais com origem no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que representaram cerca de 18% do total de benefícios fiscais destas entidades.

Gráfico n.º 23
Distribuição dos benefícios fiscais,
por grupos de entidades da ES

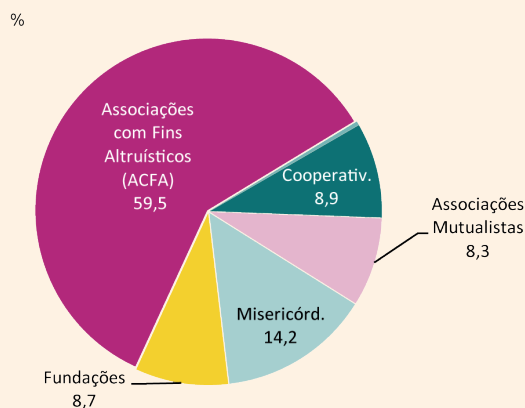
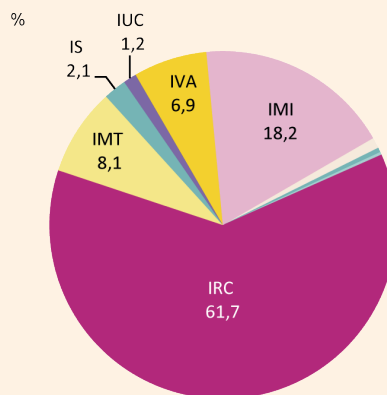


Gráfico n.º 24
Distribuição dos benefícios fiscais
das entidades da ES, por tipo de imposto



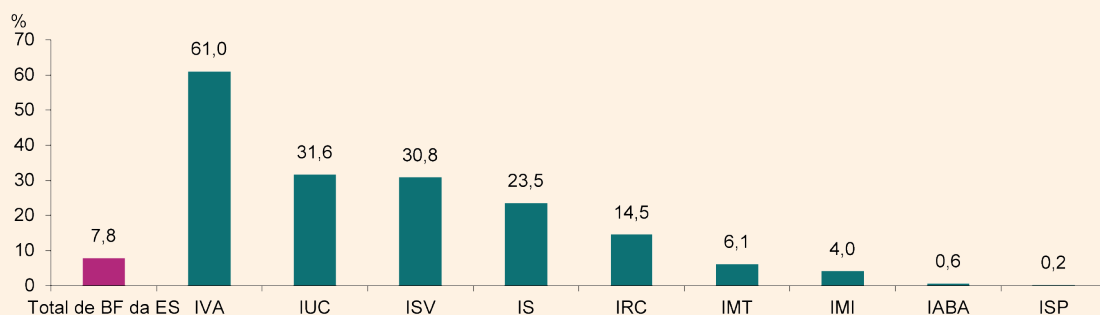
Fonte: INE a partir de informação da AT sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2016 (lista de beneficiários por tipo de imposto)

NOTA

- (1) Disponível em: <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/estatisticas/Pages/contribuintes-com-beneficios-fiscais-2016.aspx>.

Analisando a importância relativa dos benefícios fiscais das entidades da ES no total de benefícios fiscais identificados pela AT, por tipo de imposto, destaca-se o peso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que representou 61,0% do total de benefícios fiscais com origem neste imposto. Seguiram-se o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto sobre Veículos (ISV), no âmbito dos quais as entidades da ES terão beneficiado, respetivamente, de 31,6% e de 30,8% do total.

Gráfico n.º 25
Peso dos benefícios fiscais das entidades da ES
no total de benefícios fiscais, por tipo de imposto (2016)



Fonte: INE a partir de informação da AT sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2016 (lista de beneficiários por tipo de imposto).

2. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL POR GRUPOS DE ENTIDADES

O Quadro 5 sintetiza os principais resultados por grupos de entidades, apresentando a principal atividade observada em cada grupo relativamente às Unidades de Atividade Económica (UAE), ao VAB, às remunerações e ao emprego remunerado, cuja análise, em maior detalhe, se apresenta a seguir.

Quadro n.º 5
Quadro síntese da CSES, por grupos de entidades e atividade principal

		Unidades de Atividade Económica (UAE)		VAB		Remunerações		Emprego remunerado (ETC)	
		N.º	%	10º Euros	%	10º Euros	%	ETC	%
Ec. Social	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio	46,9	Saúde	24,6	Serviços sociais	26,3	Saúde	32,1
	Total da ES	71 885		4 819		4 322		234 886	
Cooperativas	Atividade principal	Comércio	17,3	Atividades financeiras	42,4	Atividades financeiras	32,4	Educação	22,5
	Total das Cooperativas	2 343		604		572		24 402	
	Percentagem das Cooperativas na ES		3,3		12,5		13,2		10,4
As. Mutualistas	Atividade principal	Serviços sociais	71,1	Atividades financeiras	90,2	Atividades financeiras	90,4	Atividades financeiras	74,6
	Total das Associações Mutualistas	97		388		212		4 842	
	Percentagem das As. Mutualistas na ES		0,1		8,1		4,9		2,1
Misericórdias	Atividade principal	Saúde	79,3	Saúde	86,1	Saúde	85,8	Saúde	87,1
	Total das Misericórdias	387		597		555		39 445	
	Percentagem das Misericórdias na ES		0,5		12,4		12,8		16,8
Fundações	Atividade principal	Serviços sociais	29,6	Educação	27,8	Educação	28,1	Saúde	32,4
	Total das Fundações	619		332		304		14 113	
	Percentagem das Fundações na ES		0,9		6,9		7,0		6,0
ACFA	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio	49,8	Serviços sociais	34,5	Serviços sociais	34,4	Serviços sociais	38,0
	Total das As. com Fins Altruísticos	66 761		2 897		2 674		151 779	
	Percentagem dos ACFA na ES		92,9		60,1		61,9		64,6

2.1 PRINCIPAIS GRUPOS DA ECONOMIA SOCIAL

2.1.1 COOPERATIVAS⁽¹⁾

Em 2016, observou-se um aumento de 10,7% no número de Cooperativas, face a 2013, tendo sido consideradas no universo da ES um total de 2 343 Cooperativas. As principais atividades desenvolvidas foram o comércio (17,3%) (inserido em outras atividades (L)) e a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (14,3%).

O VAB, remunerações e o emprego remunerado aumentaram em relação a 2013.

Quadro n.º 6
Evolução dos principais indicadores
– Cooperativas

	2013	2016
Número de Cooperativas (N.º)	2 117	2 343
VAB (10 ⁶ euros)	489,5	604,2
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	564,4	572,2
Emprego remunerado - ETC (N.º)	24 316	24 402
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	88,5	179,1

NOTA

- (1) Os valores apresentados não incluem as sociedades comerciais participadas a 100%, de forma direta ou indireta, por capitais cooperativos, de acordo com os princípios da Lei de Bases da Economia Social, apresentando-se um subcapítulo especificamente dedicado à relevância destas entidades no âmbito do setor cooperativo.

Em termos de estrutura do VAB, destacaram-se as atividades financeiras e de seguros (L60) que, correspondendo a apenas 3,9% do total de Cooperativas, foram responsáveis por 42,4% do VAB, em 2016.

A estrutura de remunerações foi semelhante à do VAB, com as atividades financeiras e de seguros (L60) a suportarem quase 1/3 das remunerações deste grupo da ES.

No que respeita ao emprego remunerado (ETC), destacaram-se as entidades da educação (B) com 22,5% do total de emprego remunerado deste grupo.

Em 2016, a capacidade líquida de financiamento das Cooperativas mais do que duplicou face a 2013, cifrando-se em 179,1 milhões de euros, refletindo não só o aumento do saldo da conta de exploração, mas também a diminuição da formação bruta de capital.

GRUPOS ECONÓMICOS DAS COOPERATIVAS

Os valores apresentados na CSES 2016 não incluem as sociedades comerciais 100% participadas por capitais cooperativos. O presente subcapítulo pretende evidenciar a relevância dos grupos económicos das Cooperativas, de forma autónoma e complementar à informação apresentada anteriormente.

Em 2016, foram identificadas 56 sociedades comerciais (incluindo sociedades gestoras de participações sociais) cujo capital era integralmente detido por Cooperativas do universo da CSES, existindo informação económico-financeira disponível para 52 unidades.

Estas entidades societárias concentravam a sua atividade nas indústrias transformadoras (25%), nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e afins (21,2%) e no comércio por grosso e a retalho (19,2%). Cerca de 65% das sociedades 100% participadas por capitais cooperativos desenvolviam a respetiva atividade económica nestas três áreas.

Este conjunto de 52 sociedades comerciais gerou aproximadamente 106,2 milhões de euros de VAB, apresentando as indústrias transformadoras o contributo mais elevado para este resultado (87,8%). O VAB das participadas diminuiu face a 2013 (137,8 milhões de euros).

Gráfico n.º 26
Distribuição das sociedades
100% participadas por Cooperativas,
por atividade

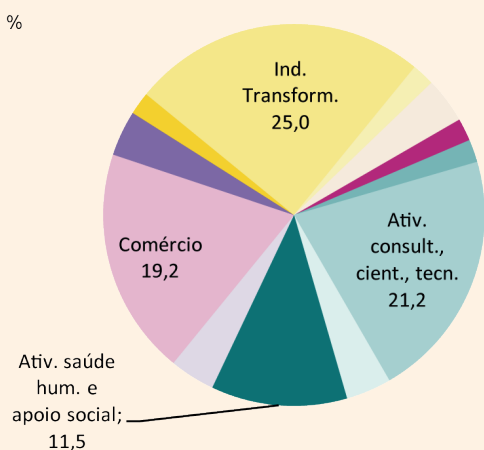
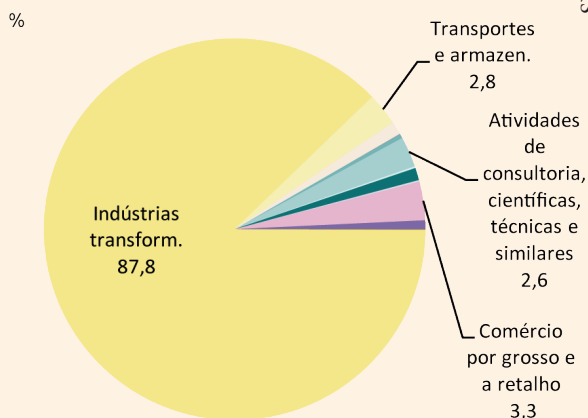


Gráfico n.º 27
Distribuição do VAB das sociedades
100% participadas por Cooperativas,
por atividade



Nestas 52 empresas, o valor das remunerações pagas ascendeu a 50,3 milhões de euros, concentrando-se 77,3% deste montante nas indústrias transformadoras e 8,3% no comércio por grosso e a retalho.

Em termos de emprego remunerado, este grupo de sociedades comerciais ocupou 2 013 ETC remunerados, dos quais 73,0% nas indústrias transformadoras e 10,6% no comércio por grosso e a retalho.

Gráfico n.º 28
Distribuição das remunerações das sociedades
100% participadas por Cooperativas,
por atividade

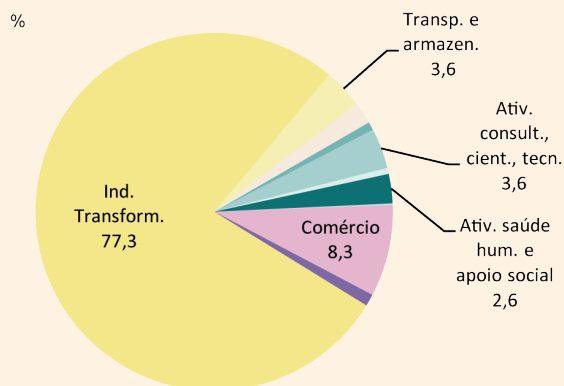
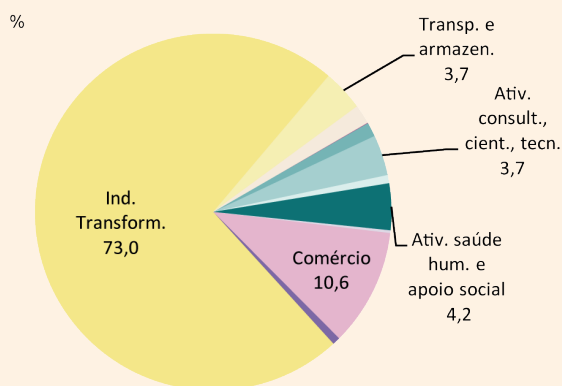


Gráfico n.º 29
Distribuição do emprego remunerado (ETC)
das sociedades 100% participadas
por Cooperativas, por atividade



Se fosse considerado o contributo destas sociedades comerciais, o VAB do setor cooperativo ascenderia a 710,5 milhões de euros, em 2016, reforçando a posição das Cooperativas como o segundo grupo de entidades mais relevante da Economia Social.

Gráfico n.º 30
VAB da Economia Social,
por grupos de entidade, incluindo as sociedades
participadas pelas Cooperativas,
no VAB das Cooperativas

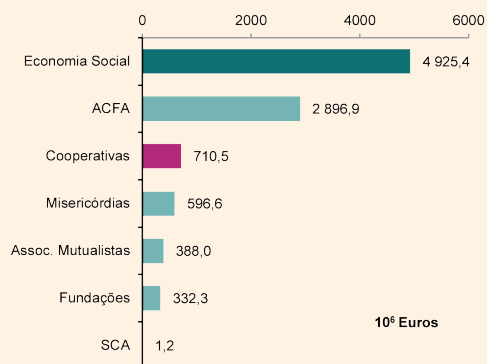
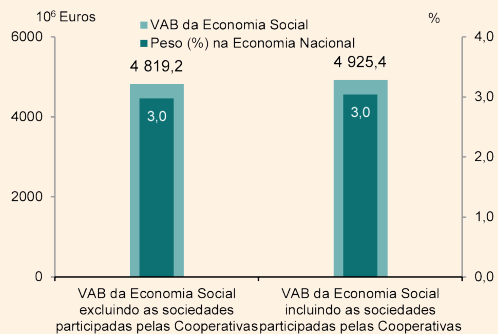


Gráfico n.º 31
VAB da Economia Social
excluindo e incluindo as sociedades
participadas pelas Cooperativas



2.1.2 ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Em 2016, o número de Associações Mutualistas diminuiu 12,6% face a 2013, para um total de 97 unidades. Destas, 71,1% atuavam na área dos serviços sociais (D) e 19,6% desenvolviam atividades financeiras e de seguros (L60).

Contrariamente ao VAB, as remunerações evidenciaram um ligeiro decréscimo (-2,0%), tal como o emprego remunerado (-1,1%).

Quadro n.º 7
Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas

	2013	2016
Número de Associações Mutualistas (N.º)	111	97
VAB (10 ⁶ euros)	352,2	388,0
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	216,4	212,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 896	4 842
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	50,8	-124,0

As atividades financeiras e de seguros (L60) representaram 90,2% do total do VAB e 90,4% das remunerações deste grupo da ES.

Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as atividades financeiras e de seguros (L60) concentraram 74,6% do total do emprego remunerado deste grupo, seguindo-se os serviços sociais (D), com 17,4% do total.

As Associações Mutualistas passaram de uma capacidade líquida na ordem dos 51 milhões de euros em 2013 para uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros em 2016, contribuindo assim significativamente (175 milhões de euros) para o aumento da necessidade de financiamento observada no conjunto da ES.

2.1.3. MISERICÓRDIAS

Em 2016, este grupo da ES incluiu um total de 387 unidades, mantendo-se praticamente inalterado face a 2013 (0,5%). Quase 80% das Misericórdias desenvolviam a sua atividade na área da saúde (C), enquanto 17,6% atuavam na área dos serviços sociais (D). Como já referido, note-se que, com a nova nomenclatura, as atividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e unidades de cuidados continuados, passaram a estar incluídos nas atividades da saúde, o que teve particular impacto neste grupo da ES (v. notas metodológicas).

Relativamente a 2013, o VAB das Misericórdias aumentou 10,2% e as remunerações aumentaram 16,3%, em linha com o aumento do emprego remunerado.

Quadro n.º 8
Evolução dos principais indicadores – Misericórdias

	2013	2016
Número de Misericórdias (N.º)	389	387
VAB (10 ⁶ euros)	541,2	596,6
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	477,5	555,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	35 469	39 445

A saúde (C) foi a atividade mais relevante em termos de VAB, de remunerações e de emprego remunerado, com 86,1% do total do VAB, 85,8% das remunerações e 87,1% do emprego remunerado.

Os serviços sociais (D) constituíram a segunda atividade mais relevante das Misericórdias, tendo gerado 12,5% do total do VAB, 12,9% do total de remunerações e 11,9% do emprego remunerado deste grupo da ES.

2.1.4 FUNDAÇÕES

O número de Fundações aumentou 7,1% face a 2013, para 619 unidades. Quase 30% das Fundações desenvolveram atividade nos serviços sociais (D), seguindo-se a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (21,2%) e a saúde (C) (17,1%).

O VAB das Fundações cresceu 32,4%, face a 2013, fixando-se em 332,3 milhões de euros. Entre 2013 e 2016, observou-se igualmente um aumento de 28,8% nas remunerações de 28,8% e de 29,8% no emprego remunerado.

Quadro n.º 9
Evolução dos principais indicadores – Fundações

	2013	2016
Número de Fudações (N.º)	578	619
VAB (10 ⁶ euros)	250,9	332,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	236,3	304,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	10 871	14 113

A educação (B), apesar de congregar apenas 8,6% das Fundações, foi a atividade mais relevante na estrutura do VAB deste grupo (27,8%) e nas remunerações (28,1%). Em termos de emprego remunerado, a atividade mais importante foi a saúde (C), com 32,4% do emprego remunerado, que constituiu igualmente a segunda atividade com mais peso no VAB (23,0%) e nas remunerações (21,1%).

2.1.5 ASSOCIAÇÕES COM FINS ALTRUÍSTICOS (ACFA)

Em 2016, as ACFA mantiveram-se como o grupo da ES mais numeroso, integrando 66 761 unidades, o que representou um aumento de 16,7% face a 2013.

Quase 50% das ACFA desenvolviam a sua atividade na área da cultura, comunicação e atividades de recreio (A), seguindo-se a religião (I) (12,7%) e os serviços sociais (D) (9,7%).

Observou-se um aumento do VAB, das remunerações e do emprego remunerado das ACFA, face a 2013.

Quadro n.º 10
Evolução dos principais indicadores – ACFA

	2013	2016
Número de Associações com Fins Altruísticos (N.º)	57 196	66 761
VAB (10 ⁶ euros)	2 566,3	2 896,9
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	2 472,3	2 673,9
Emprego remunerado - ETC (N.º)	140 050	151 779

No que respeita ao VAB, as atividades mais relevantes foram os serviços sociais (D) (34,5%), seguindo-se a saúde (C) (19,9%) e a educação (B) (16,2%). A atividade com maior número de unidades das ACFA (cultura, comunicação e atividades de recreio) representou porém apenas 5,9% do VAB deste grupo.

Os serviços sociais (D) foram igualmente mais relevantes em termos de remunerações (34,4% do total) e de emprego remunerado (38,0%) das ACFA.

2.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS)

Em 2016, foram identificadas 5 622 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, observando-se um acréscimo de 0,7% face a 2013.

Assim, em 2016, 7,8% do total de entidades da ES detinham o estatuto de IPSS ou equiparado, sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA

(84,0%), seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (4,6%), as Cooperativas (2,8%) e as Associações Mutualistas (1,7%).

Mais de 95% das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de ACFA possuem estatuto de IPSS.

Em 2016, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos serviços sociais (D) (56,3%), seguindo-se a saúde (C) (26,3%) e a educação (B) (6,5%).

Gráfico n.º 32
Peso das IPSS, nos grupos de entidades da ES

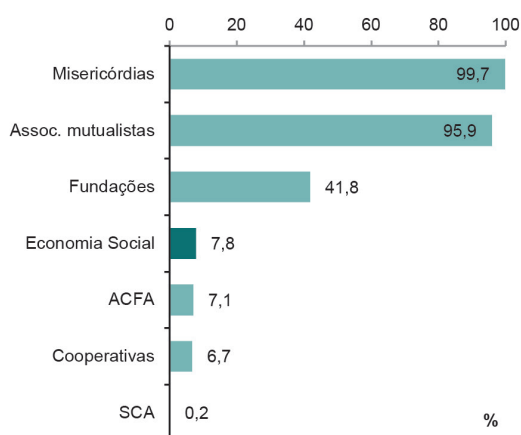
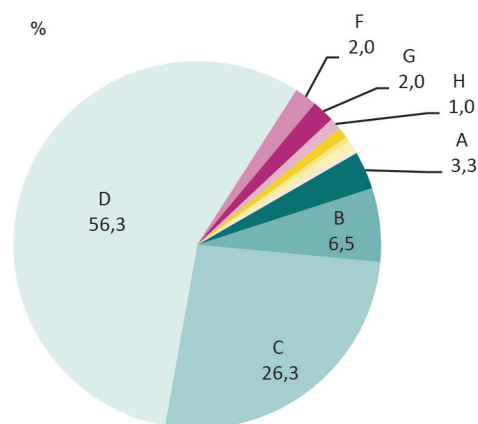


Gráfico n.º 33
Distribuição das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



No que respeita ao VAB das IPSS, a atividade dominante foi a saúde (C) (52,9%), seguindo-se os serviços sociais (D) (39,3%) e a educação (B) (9,2%), alterando-se ligeiramente a hierarquia face à distribuição do número de unidades.

A estrutura das remunerações é coerente com a distribuição do VAB, destacando-se a saúde (C) (47,2%), seguindo-se os serviços sociais (D) (40,4%) e a educação (B) (9,2%).

Relembre-se que o peso significativo das atividades da saúde no grupo das IPSS (nas quais se incluem a maioria das Misericórdias) está relacionado com a utilização da nova nomenclatura internacional (v. notas metodológicas). Com efeito, mais de 80% do VAB das IPSS com origem na saúde foi afetado por esta alteração.

Gráfico n.º 34
Distribuição do VAB das IPSS, segundo
a Classificação Internacional de Organizações
Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

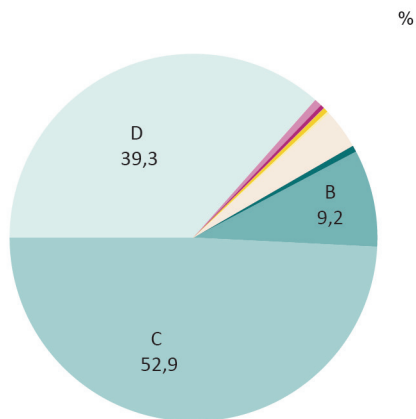
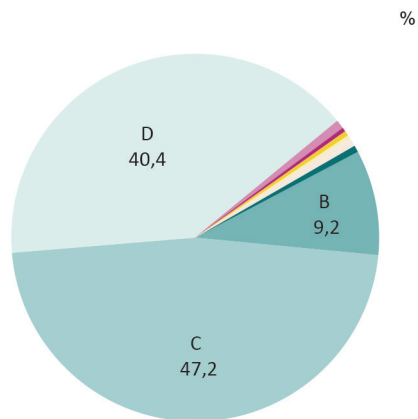
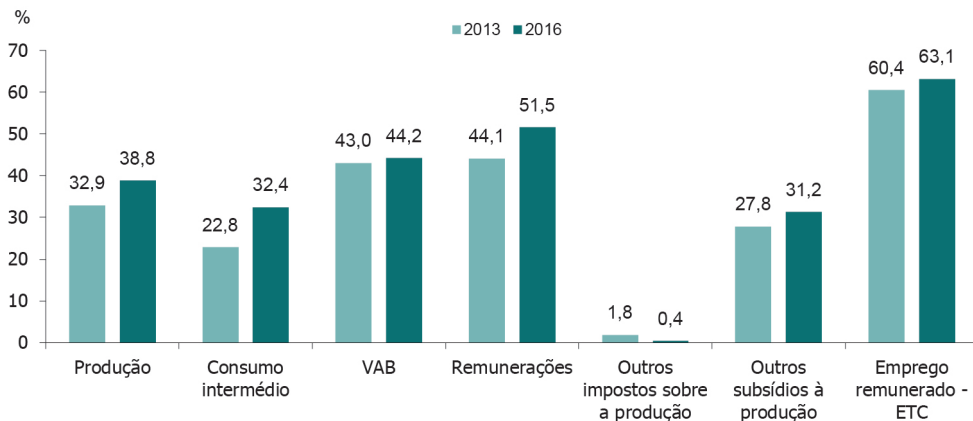


Gráfico n.º 35
Distribuição das remunerações das IPSS,
segundo a Classificação Internacional de Organizações
Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



Em 2016, as IPSS reforçaram a sua importância relativa na ES, representando 38,8% da produção, 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações, 31,2% dos outros subsídios à produção e 63,1% do emprego remunerado (ETC) da ES.

Gráfico n.º 36
Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016



2.3. OUTRAS ENTIDADES DA ES DETENTORAS DE ESTATUTOS ESPECIAIS

A compilação de informação sobre outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais, nas quais se incluem as organizações não governamentais de ambiente (ONGA), as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), as organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as associações não governamentais de mulheres (ONGM) e as associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID), constitui uma novidade face às edições anteriores da CSES.

Foram identificadas 105 entidades com o estatuto de ONGA, exclusivamente concentradas no grupo das ACFA, cujo VAB ascendia a 5,5 milhões de euros, em 2016.

Das 164 entidades detentoras do estatuto de ONGD, 86,6% estavam incluídas no grupo das ACFA, gerando, no seu conjunto, quase 75 milhões de euros de VAB.

Foram ainda identificadas 224 ONGPD, das quais 82,1% estavam incluídas nas ACFA e 17,9% nas Cooperativas. O VAB das ONGPD ascendeu a 82,7 milhões de euros, em 2016.

As ONGM foram o grupo menos numeroso, incluindo apenas 9 entidades do grupo das ACFA, sendo responsáveis por um VAB próximo de 1 milhão de euros.

Por último, as 123 ARID, exclusivamente concentradas nas ACFA, geraram cerca de 4 milhões de euros de VAB, em 2016.

Gráfico n.º 37
Número de entidades detentoras
de estatutos especiais

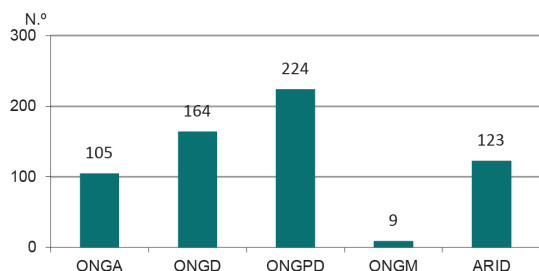
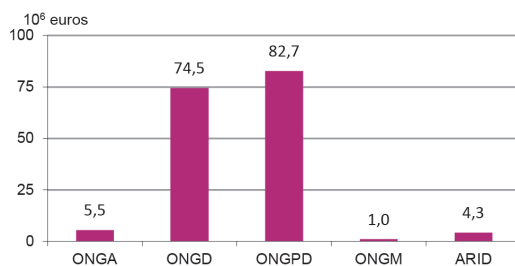


Gráfico n.º 38
VAB gerado pelas entidades detentoras
de estatutos especiais



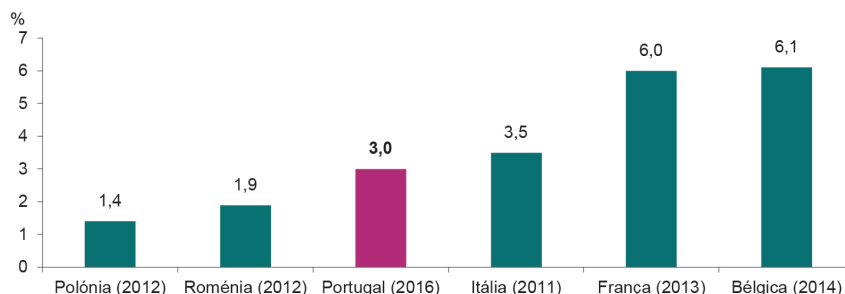
3. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Não existem muitos países que tenham implementado, de forma regular e sistemática, a compilação de Contas Satélite da ES. As comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma cautela, por três motivos fundamentais:

- (i) Nem todos os dados apresentados têm origem em Contas Satélite explícitas, elaboradas com base em informação das Contas Nacionais, de acordo com o SEC 2010;
- (ii) Não existe inteira coincidência temporal dos vários resultados apresentados; e
- (iii) Não existe total harmonização no tipo de unidades consideradas no perímetro da ES⁽²⁾.

Em todo o caso, no que respeita ao VAB, Portugal parece ocupar uma posição mediana na distribuição de países com informação disponível.

Gráfico n.º 39
Peso da ES na Economia Nacional (VAB ou PIB)



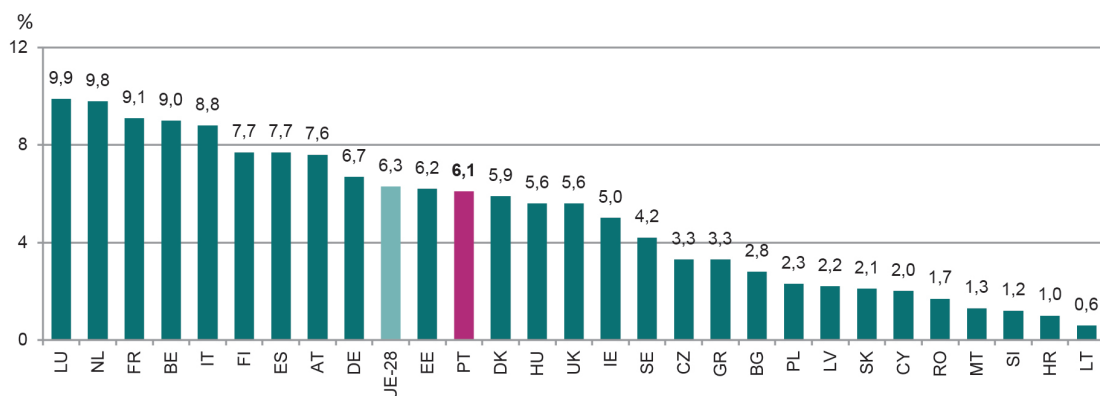
Fontes: Conta Satélite da Economia Social (2016), INE; “*Le poids économique des Institutions sans but lucratif en Belgique (Editions 2017)*”, Fondation Roi Baudouin (2017); “*Made in ESS : une démarche portée par la CRESS Champagne-Ardenne - Fondements de l’Économie Sociale et Solidaire*”; “*The third sector in Poland. Associations, foundations, faith-based charities, professional and business associations, employers’ organizations in 2012*”, Statistical analyses and studies, Central Statistical Office, (2014); “*Atlas of social economy 2014 edition - Statistical overview of the reality of the social economy in Romania*”, Cristina Barna, Irina Opincaru, Ancuța Vameșu (2016), “*La rilevanza dell’economia sociale in Italia*”, Carlo Borzaga, Chiara Carini, Flaviano Zandonai (2014).

NOTA

- (2) Por exemplo, a Bélgica apenas inclui as instituições sem fim lucrativo.

Em termos de peso do emprego remunerado⁽³⁾ no emprego remunerado do total da economia nacional, Portugal surge num escalão intermédio, com um registo ligeiramente inferior à média dos 28 países da União Europeia, aparentando posicionar-se entre a Estónia e a Dinamarca.

Gráfico n.º 40
Peso do emprego remunerado da ES
no emprego remunerado total
da Economia Nacional (2014-2015)



Fontes: Conta Satélite da Economia Social (2016), INE; CIRIEC – “Evolução recente da economia social na União Europeia” (demais países e registos – 2014-2015).

NOTA

- (3) Não foi possível confirmar se, em todos os países, se trata de emprego remunerado medido em ETC.

NOTAS METODOLÓGICAS

1. INTRODUÇÃO

A CSES 2016 encontra-se integrada no quadro conceptual do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP). O principal objetivo da CSES é disponibilizar informação económica sobre a ES, desenhado como um satélite das Contas Nacionais (CN). A escolha das CN como referência reflete a sua importância enquanto representação do funcionamento da Economia, fiável, sistematizada e comparável internacionalmente.

2. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

As contas satélite das CN têm como primeiro referencial os conceitos e métodos das CN, definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). As contas satélite têm como objetivo ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, constituindo extensões com maior detalhe das CN.

A CSES 2016 tem ainda como principal referência metodológica a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que, entre outras matérias, estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades.

3. CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Na elaboração da CSES 2016 foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do manual *“Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”*, das Nações Unidas, de 2018, e do *“Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies”* do *Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

Estes manuais, além de constituírem referências internacionais, potenciam a comparação da Conta com outras experiências internacionais, embora, por vezes, tenha sido necessário compatibilizar os diferentes entendimentos e métodos consagrados nos vários documentos.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por ES o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações,

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas pelos seguintes grupos de entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA);
- Associações com Fins Altruísticos (ACFA).

Foi ainda elaborado um apuramento para as entidades detentoras do estatuto de IPSS ou equiparadas, uma vez que estas podem assumir diferentes formas e naturezas jurídicas, encontrando-se dispersas por todos os grupos de entidades da ES.

Na presente edição da CSES foi também incluído, pela primeira vez, um apuramento para outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais, nos quais se incluem as organizações não governamentais de ambiente (ONGA), as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), as organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as associações não governamentais de mulheres (ONGM) e as associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID).

Importa ainda referir que foram incluídas nos grupos das Misericórdias e das Associações Mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem respeitar, com as devidas adaptações, os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações Mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações Mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando-se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas duas últimas características

já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

Em termos de classificação dos setores institucionais previstos no SEC 2010, as unidades da CSES 2016 são constituídas por:

- Instituições sem fim lucrativo classificadas no setor institucional das Sociedades não financeiras (S.11) (ex.: cooperativas, exceto caixas de crédito agrícola mútuo; escolas, universidades e centros de investigação; associações de desenvolvimento económico, social e comunitário; associações patronais e profissionais; etc.);
- Instituições sem fim lucrativo mercantis classificadas no setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) (ex.: associações mutualistas; caixas de crédito agrícola mútuo, caixas económicas anexas a Misericórdias e Associações Mutualistas);
- Administrações Públicas (S.13) (Régies cooperativas);
- Instituições sem fim lucrativo de pequena dimensão classificadas no setor institucional das Famílias (S.14) (ex.: associações de pais e de encarregados de educação; baldios, etc.).
- Unidades institucionais classificadas no setor institucional das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15); (ex.: associações de solidariedade social, lares, casas do povo, centros de dia, Misericórdias; clubes desportivos e recreativos; associações de desenvolvimento local; partidos políticos, sindicatos, centros paroquiais, organizações não-governamentais do ambiente, cultos e congregações etc.).

Atendendo aos princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social não foram consideradas na CSES 2016 quaisquer entidades do setor institucional das Administrações Públicas (S.13), à exceção das régies cooperativas, considerando a sua especificidade. Também não foram incluídas na CSES quaisquer unidades do subsetor institucional das Sociedades não financeiras públicas (S.11001), à exceção de algumas Cooperativas classificadas neste subsetor.

As unidades que constituem o universo da CSES foram objeto de uma dupla classificação, por Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06), em linha com a CAE Rev.3, e com a “*International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO)”/ “Classificação Internacional

de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CÍOSFL/TS)”, que corresponde à primeira revisão da “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”, estabelecida pelo manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas.

Esta nomenclatura internacional foi utilizada em substituição da “Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)”, que era uma adaptação da “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”, especificamente concebida pelo INE, I.P. e pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, para utilização no âmbito da CSES.

O critério de classificação na CÍOSFL/TS foi a atividade principal da unidade institucional, tendo como referência a classificação da mesma ao nível da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) e/ou da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3), bem como a tabela de correspondência constante do “*Annex 5.3 Correspondence between the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities Rev.4 (ISIC Rev. 4) and the International Classification of Non-profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)*” incluída no manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas.

Destacam-se como principais alterações da CÍOSFL/TS com impacto na edição da CSES 2016, as seguintes:

- Transferência dos clubes sociais (exemplos: numismática, filatelia, maximafilia, clubes de fãs de automóveis, clubes cinófilos, etc.) do âmbito da cultura, comunicação e atividades de recreação para as atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional;
- Transferência da investigação científica do âmbito da educação para os serviços profissionais, científicos e administrativos;
- Transferência das atividades classificadas com o código 87 da ISIC Rev. 4 (correspondente à divisão 87 da NACE Rev.2 e à secção 87 da CAE Rev.3) do âmbito dos serviços sociais para a saúde.

Assim, tendo em conta a alteração significativa na classificação das unidades que integram o universo da CSES 2016, decorrente da adoção da nova nomenclatura internacional recomendada pelas Nações Unidas, devem evitar-se as análises evolutivas dos valores apresentados nas várias edições da CSES, por atividade.

O quadro seguinte descreve, genericamente, exemplos de atividades incluídas em cada uma das secções da CIOSFL/TS:

Quadro n.º 11
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) – Exemplos de atividades

Secção	Exemplos de atividades
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	Artes visuais e do espetáculo, museus, zoológicos, parques, sítios históricos e instituições similares, atividades desportivas, informação e comunicação, entre outras.
B - Educação	Ensino pré-escolar, primário e secundário, institutos politécnicos e universidades, serviços de apoio à educação, entre outras.
C - Saúde	Serviços de saúde em regime de ambulatório geral e especializado, resposta de emergência médica, laboratórios médicos e de diagnóstico, hospitais e estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento, lares de idosos, entre outras.
D - Serviços sociais	Serviços de apoio (social) à criança, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias, abrigos temporários, serviços de emergência e resgate, apoio a refugiados, atividades de formação ou aconselhamento vocacional, entre outras.
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	Atividade de gestão de terrenos e de água, de combate e controlo da poluição, ecoturismo, agricultura biológica e florestas, gestão, conservação e proteção de recursos naturais, santuários e abrigos animais, serviços de veterinária, atividades de saúde e bem estar animal, entre outras.
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	Construção de habitação e infraestruturas, atividades de desenvolvimento comunitário e económico, gestão e manutenção da habitação, serviços de utilidade pública e gestão de resíduos, autogoverno das comunidades autóctones, entre outras atividades.
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	Organizações de defesa de direitos, organizações de defesa da conservação do ambiente e do bem estar animal, clubes sociais e outras organizações ao serviço dos membros, organizações de participação social para idosos, atividades de participação cívica, jurídica e social, n.e., partidos políticos, ação política, <i>lobbying</i> e atividades similares, atividades internacionais, entre outras.
H - Filantropia e promoção do voluntariado	Fundações para o financiamento (filantropia) e outros intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado.
I - Religião	Congregações religiosas e outras associações religiosas.
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	Associações empresariais e patronais, associações profissionais e sindicatos, entre outras.
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	Serviços de investigação e testes científicos, serviços jurídicos e de mediação, contabilidade e serviços relacionados, relações públicas e serviços relacionados, serviços de gestão e administrativos, entre outras.
L - Outras atividades	Agricultura, silvicultura e pesca, indústria, alojamento, restauração e similares, comércio, atividades de transporte e armazenagem, atividades financeiras e de seguros, atividades imobiliárias, entre outras.

Sempre que possível, é apresentada informação desagregada referente à secção L – Outras atividades da CIOSFL/TS, atenta a relevância da mesma, designadamente nos grupos das Cooperativas e das Associação Mutualistas.

4. PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO

INE

- Contas Nacionais (Base 2011);
- Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE);
- Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais (IAP);
- Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (IASM);
- Inquérito ao Emprego (IE);
- Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (IEDCB);
- Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente (IONGA);

Outras fontes

- Balancetes analíticos detalhados das entidades da Administração central;
- Base de dados Archeevo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;
- Conta Geral do Estado (CGE);
- Declaração mensal de remunerações à Segurança Social;
- Demonstração de resultados e balanços das cooperativas creditadas pela CASES;
- Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Informação prestada pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
- Listagens da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Listagens da Direção-Geral da Segurança Social;
- Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP);
- Relatórios e Contas de Instituições sem fins lucrativos;
- Relatório Único do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social;
- Páginas eletrónicas das unidades de atividade económica;
- Página eletrónica do Ministério da Justiça (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CSES deverá ser considerada um projeto em desenvolvimento, em linha com a evolução preconizada por instituições de referência no plano internacional, como as Nações Unidas, o Eurostat e o CIRIEC, especialmente devido à atualização e renovação permanente dos conceitos e das metodologias adotadas para a compilação de informação, no contexto das CN, assim como da reformulação do conceito de trabalho voluntário e respetivas metodologias para a sua mensuração.

Apesar da sua importância enquanto “retrato” da dimensão económica da ES, a CSES constitui apenas uma visão parcial da mesma.

Com efeito, a análise da relevância da ES deverá passar não só pela componente económica, mas também pelo número de membros/associados e de beneficiários da atuação deste universo de entidades, pela análise de externalidades, de efeitos multiplicadores e de impactos da sua atuação, designadamente a nível da redução da pobreza e das desigualdades sociais em território nacional, entre outras perspetivas de análise possíveis, que extravasam o âmbito da presente Conta Satélite.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as unidades que integram a ES, o INE lançou recentemente o “Inquérito ao Setor da Economia Social”, que pretende caracterizar este setor, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Os resultados desta nova operação estatística serão, previsivelmente, divulgados no último trimestre de 2019.

SESA THIRD EDITION:
SOCIAL ECONOMY ACCOUNTED
FOR 3.0% OF GVA IN 2016

Statistics Portugal publishes the results of the third edition of the Social Economy Satellite Account (SESA) for the year 2016. The project was developed by Statistics Portugal in partnership with CASES - António Sérgio Cooperative for the Social Economy, in the scope of a protocol of collaboration between these entities.

With the 2016 edition of SESA, more up-to-date statistical information is available, for a thorough evaluation of the economic dimension and the main characteristics of the Social Economy (SE) in Portugal. The previous editions of SESA reference years were 2013 and 2010.

The key methodological references of this edition of the CSES were the manual of the European System of National and Regional Accounts (ESA 2010) and the Social Economy Framework Law. This edition of SESA also takes in consideration the concepts, methods, classifications and accounting rules of the United Nations “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, of 2018 (with implications in the nomenclature) and the “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: cooperatives and mutual societies*” of the *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

This chapter is organized as follows:

1. Main results, including an analysis of the relevance of SE in the national economy;
2. Characterization of SE groups of entities;
3. International comparison.

In line with the strategic orientation that has been pursued by Statistics Portugal, subchapters with complementary information on the SE entities are also presented, based on the appropriation of administrative data (ex: Tax and Customs Authority, Directorate-General for Reinsertion and Prison Services) associated to resident information owned by Statistics Portugal. Thus, this chapter includes five subchapters: longevity (based on the date of establishment of the entities included in SESA 2016), additional characterization of employment (community service sentences, workers with loss or anomaly of body structures or functions), analysis of SE in the context of the Portuguese economy in 2010, 2013 and 2016, tax benefits and economic groups of Cooperatives.

In addition to the present publication, an infographic and a set of tables with further information on the SESA 2016 are available on the Statistics Portugal website (www.ine.pt).

1. MAIN RESULTS

In 2016, 71,885 SE entities generated 3.0% of GVA, 5.3% of total employment and 6.1% of employees (expressed in both cases in units of full-time equivalents (FTE)). The average compensation of employees (for FTE) in SE entities corresponded to 86.3% of the national average.

In comparison with 2013, the number of SE entities increased by 17.3%, GVA increased by 14.6%, employees by 8.8% and total employment by 8.5%, evidencing a more favorable performance than total economy (GVA grew 8.3%, employees 7.2% and total employment 5.8%).

Human health services (C) and social services (D) were the most relevant areas of activity in terms of GVA and employment: Human health services accounted for 24.6% of GVA and 32.1% of employees in the SE, while social services generated 24.3% of GVA and 29.8% of SE employees in 2016.

Culture, communication and recreation (A) organizations accounted for almost 47% of total SESA kind of activity units, but represented only 5.0% of SE employees and GVA.

Table 1
Main indicators according to the International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations (2016)

International Classification of Nonprofit and Third Sector Organization (ICNP/TSO)	Kind of activity units	Employment	Employees	Gross Value Added (GVA)
	No	FTE	FTE	10 ⁶ euro
A - Culture, communication, and recreation activities	33,722	12,048	11,789	242
B - Education services	2,594	29,966	29,811	671
C - Human health services	2,386	75,503	75,460	1,186
D - Social services	6,978	70,196	70,000	1,170
E - Environmental protection and animal welfare activities	726	714	702	10
F - Community and economic development, and housing activities	2,106	2,606	2,439	37
G - Civic, advocacy, political and international activities	5,912	2,797	2,769	50
H - Philanthropic Intermediaries and voluntarism promotion	322	190	186	3
I - Religious congregations and associations	8,533	9,802	9,797	175
J - Business, professional, and labor organizations	3,815	8,268	8,128	153
K - Professional, scientific, and administrative services	2,547	5,976	5,775	303
L - Other Activities	2,244	18,222	18,030	821
Social Economy	71,885	236,288	234,886	4,819
National economy	-	4,419,870	3,839,523	162,226
Social Economy/ National economy	-	5.3%	6.1%	3.0%

Analyzing by groups of SE entities (see Table 2), of the approximately 72 thousand units considered, Associations with altruistic goals (AAG) accounted for 92.9% of the total, representing 60.1% of GVA, 64.6% of employees (FTE) and 61.9% of compensation of employees. Cooperatives were the second group with the highest relative weight in terms of number of units, GVA and compensation of employees, while the Holy Houses of Mercy were the second most relevant group in terms of employees. Mutual Associations, which include financial corporations, presented the highest GVA/FTE ratio and the highest average compensation of employees, above the national average in both cases.

Table 2
Main indicators by groups of entities (2016)

Social Economy groups	Kind of activity unit	Employees	Gross Value Added (GVA)	Compensation of employees	GVA / FTE	Average compensation of employees
		No	10 ⁶ euro	10 ⁶ euro	10 ⁶ euro by Employees (FTE)	
Cooperatives	2,343	24,402	604,241	572,240	24.8	23.5
Mutual Associations	97	4,842	387,971	212,094	80.1	43.8
Holy Houses of Mercy	387	39,445	596,630	555,267	15.1	14.1
Foundations	619	14,113	332,321	304,296	23.5	21.6
Associations with Altruistic Goals	1,678	305	1,174	3,795	3.9	12.4
Community and Self Management Subsectors	66,761	151,779	2,896,871	2,673,894	19.1	17.6
Social Economy	71,885	234,886	4,819,210	4,321,587	20.5	18.4
National economy	-	3,839,523	162,226,133	81,854,147	42.3	21.3
Social Economy/ National economy	-	6.1%	3.0%	5.3%	48.6%	86.3%

Non-profit institutions serving households constituted the dominant sector, accounting for 91.2% of total kind of activity units in SESA, followed by Non-financial corporations and households, with 8.6% of the total units.

Non-profit institutions serving households were also the most relevant sector in terms of contribution to the SE GVA (71.6% of the total), while Non-financial corporations and Households and Financial corporations generated, respectively, 15.4% and 12.9% of the SE GVA in 2016.

Table 3
Main indicators
by institutional sector (2016)

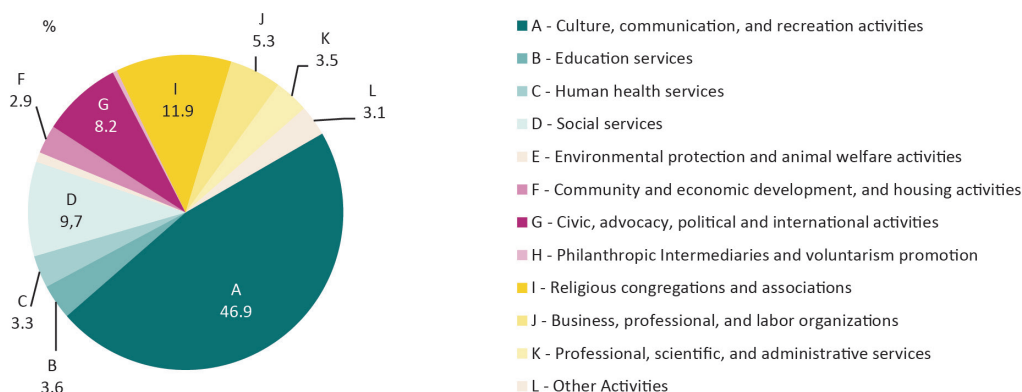
Institutional sector	Kind of activity units	Output	Social Economy GVA	National Economy GVA	Social Economy GVA National Economy GVA
	No.	10 ⁶ euro	10 ⁶ euro	10 ⁶ euro	%
Non-financial corporations (S.11) + Households (S.14)	6,190	2,036	741	124,444	0.6
Financial corporations (S.12)	128	983	620	8,218	7.5
General government (S.13)	18	17	10	26,116	0.0
Non-profit institutions serving households (S.15)	65,549	5,842	3,448	3,448	100.0
Social Economy	71,885	8,878	4,819	-	3.0
National Economy	-	325,639	162,226	162,226	100.0
Social Economy/ National economy	-	2.7%	3.0%	-	3.0

1.1 SOCIAL ECONOMY SECTOR COMPOSITION

In 2016, culture, communication and recreational activities (A) concentrated 46.9% of SE units, maintaining the primacy already observed in previous editions of SESA.

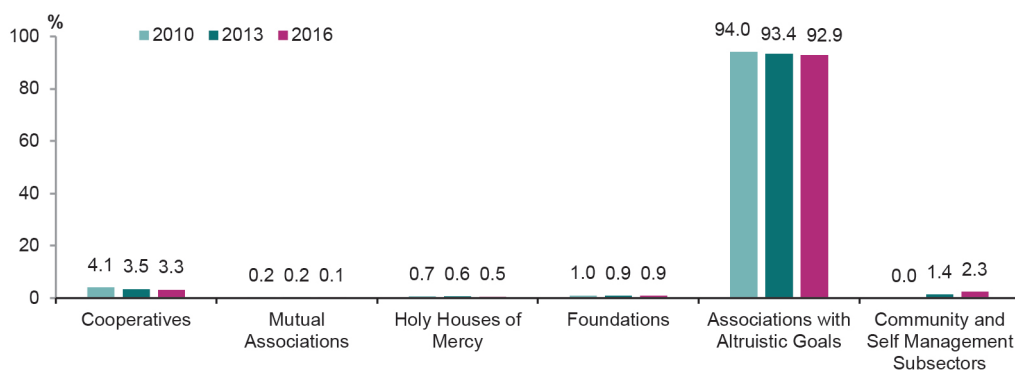
Religious congregations and associations (I) and social services (D) registered a very significant weight in the set of SE entities, attaining, respectively, 11.9% and 9.7% of the total kind of activity units.

Picture 1
Distribution of kind of activity units according to the International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations



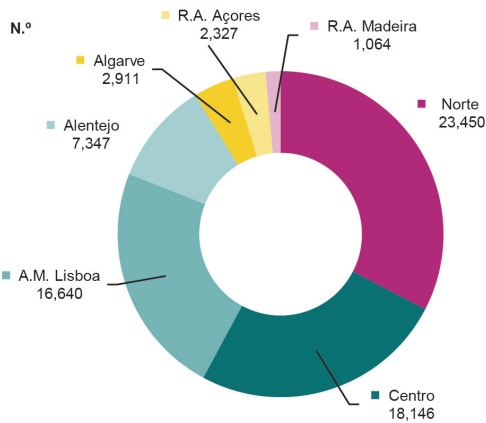
In the distribution of kind of activity units by SE groups of entities there were no significant changes, comparing to 2013, maintaining the predominance of AAG.

Picture 2
Distribution of kind of activity units by groups of entities

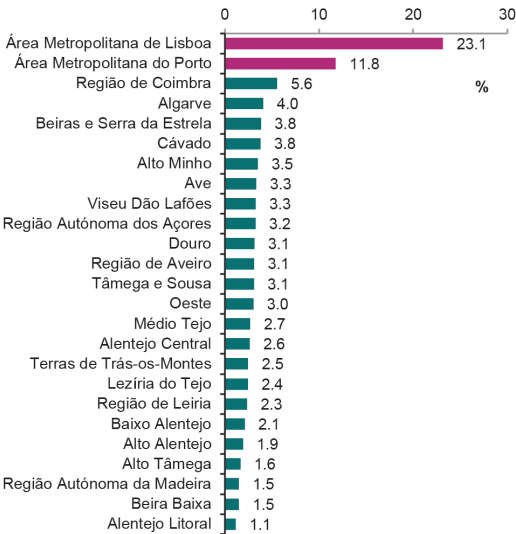


In a territorial perspective (NUTS 2), Norte region had 32.6% of the CSES kind of activity units, followed by Centro (25.2%) and Área Metropolitana de Lisboa (23.1%). Analyzing the distribution by NUTS 3, the Área Metropolitana de Lisboa and Área Metropolitana do Porto, together, concentrated more than 1/3 of the total SE units (34.9%). Despite the increase in the number of entities, the regional structure remained similar to that of 2013, with slight increases of relative importance of the regions mentioned above.

Picture 3
Distribution of kind of activity units by NUTS 2



Picture 4
Distribution of kind of activity units by NUTS 3

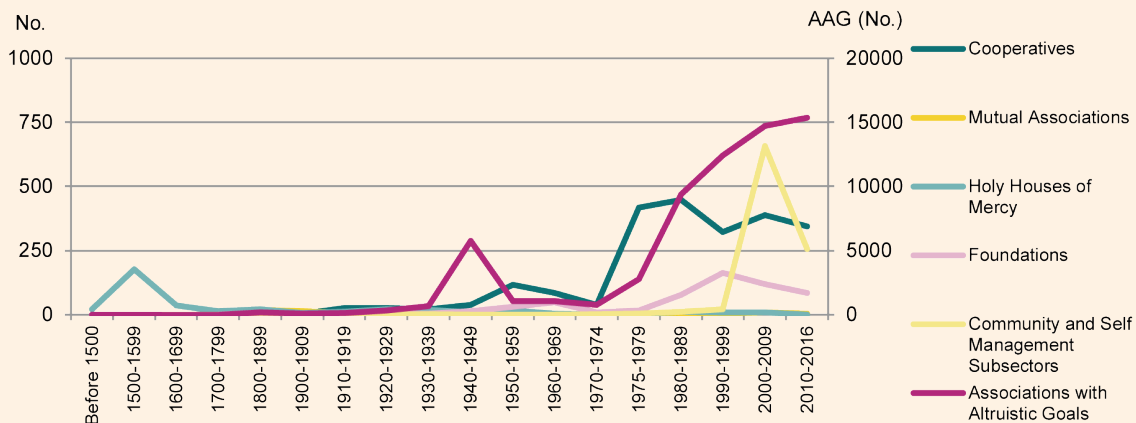


DATE OF ESTABLISHMENT OF THE ENTITIES THAT COMPOSE SESA 2016

Analyzing the information on the date of establishment⁽¹⁾ of the SE entities which are included in SESA 2016⁽²⁾, one can conclude that:

- The Holy Houses of Mercy are the SE group with the earliest establishment date in history, originating in 1498, with a wide territorial coverage (Portugal mainland and Azores);
- In the seventeenth century emerged entities linked to the Christian religion (or the Catholic Church, with greater or less ties to ecclesiastical authorities), such as Sisterhoods, Orders and Seminaries (the latter integrating the teaching / education component) which, according to the current legal definition, are part of the Associations with Altruistic Goals group;
- In the 19th century, the most ancient foundations of SESA 2016 emerged, providing social assistance to specific groups, identified by these organizations as being more vulnerable to situations of exclusion in the society of the time, such as: orphan children, blind people or in a situation of begging, among others;
- Also in the 40s of the nineteenth century, the Montepio Geral Mutualist Association was created and, as an annex, the Montepio Geral Savings Bank, which are currently the oldest entities in the Mutualist Associations group⁽³⁾ of SESA 2016;
- In the second half of the nineteenth century, the first entities of the Cooperatives⁽⁴⁾ group were created, essentially workers' Cooperatives, workers' savings banks and consumer Cooperatives;
- The SESA 2016 entities with the most recent establishment date were the Community and Self-Management Subsectors. Indeed, it was necessary to wait until the twentieth century to witness the (formal) creation of the first organization of this SE group: a Levada in the Autonomous Region of Madeira.

Picture 5
Evolution of the date of establishment of entities included in the SESA 2016,
by SE groups



NOTES

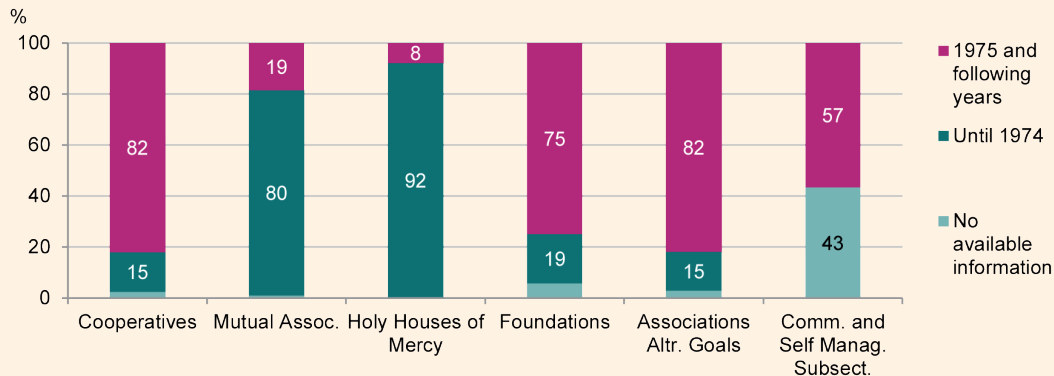
- (1) Sources: SIUE - Sistema Integrado de Unidades Estatísticas, from Statistics Portugal and “Quem somos nas Misericórdias (2018)” from União das Misericórdias Portuguesas.
- (2) It is possible that there were entities with establishment dates prior to those identified in this chapter, but in the meantime they may have ceased activity. The information refers only to the entities which were included in the SESA 2016, by that meaning they were either active in 2016 and / or were suspended or have ceased activity in that same year.
- (3) According to Álvaro Garrido e David Pereira (2018), “there were also some Montepios dating back to the 15th and 16th centuries, such as the Montepio da Corporação dos Livreiros (Montepio of the Booksellers Corporation), created in Lisbon in 1460, the Montepio do Corpo Santo, established in Peniche in 1505, and the Compromisso Marítimo de Faro (Faro Maritime Commitment), founded in 1552. Strictly speaking, the Montepios were mutual associations”. (in: A Economia Social em Movimento. Uma história das organizações, page 116). Also according to these authors, from 1834 until the late 1930s, various organizations emerged that followed the organizational and statutory model of mutual associations. (idem, page 117). However, none of these institutions is included in the SESA 2016, so it is assumed that they ceased activity before 2016.

- (4) Also in the case of Cooperatives, Álvaro Garrido and David Pereira identified organizations with an older date of establishment than those currently in the SESA 2016 universe, namely the Associação de Nossa Senhora dos Prazeres (Association of Nossa Senhora dos Prazeres), a consumer Cooperative born in Lisbon in 1844.

The analysis of the date of establishment of the entities included in SESA 2016 also allowed the observation of significant differences in the pace of creation and in the course of the various SE groups over time.

While 92% of Holy Houses of Mercy and 80% of Mutual Associations were constituted until 1974, 82% of Cooperatives and Associations with Altruistic Goals, 75% of Foundations, and 57% of Community and Self-Management Subsectors entities were created after the revolution of April 25th, 1974 (in 1975 and the following years), which marked a turning point for the SE organizations.

Picture 6
Distribution of the date of establishment
of entities included in the SESA 2016



COOPERATIVES

Cooperatives registered a strong impetus for their creation in the period immediately following the April 1974 revolution. In fact, between 1975 and 1979, 417 Cooperatives were created. In this time span of just 4 years, more Cooperatives were created than throughout the period from 1800 to 1974, when 363 entities emerged in this SE group.

Although there has been a decline in the creation of Cooperatives since the 1990s, more than 300 new entities were established in each of the following decades.

FOUNDATIONS

The 90s of the twentieth century and the first decade of the 21st century registered the most intense dynamism in the creation of Foundations, having been constituted, respectively, 163 and 120 Foundations. In fact, the number of Foundations created in these two decades (283 Foundations) surpassed the total number of Foundations constituted until 1989 (214).

ASSOCIATIONS WITH ALTRUISTIC GOALS

Of the 5,783 Associations with Altruistic Goals created (formally) in the 1940s, more than 70% corresponded to Church Factories and Parish Benefits, which may be related to the signing of the “Concordata” between the Portuguese State and the Holy See, in 1940, after legal advances and retreats following the First Republic period⁽⁵⁾.

Only in the 1980s, the number of entities in the Associations with Altruistic Goals group (9,407) would surpass the record of entities created in the 1940s.

The associative movement continues to expand, having been created since 2010 more than 15,000 entities in this SE group.

NOTE

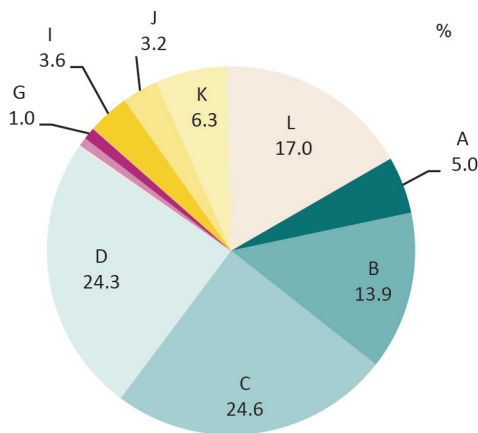
- (5) According to Paulo Fontes (1994), “the Estado Novo, whose institutionalization and theorization was supported by the Catholic elites, enshrined a new relationship between the State and the Church and allowed the recognition of a new legal status, which the 1940 “Concordata” translated into an agreement of international law, based on the appreciation of the social weight of Catholicism. This evolution was coherent with the Church’s efforts to orient its action predominantly to the social and religious domains, to the detriment of the political sphere of action. (in *A Acção católica Portuguesa (1933-974)* e a presença da Igreja na sociedade. LUSITANIA SACRA, 2^a série, 6, pages 61-100).

1.2 GVA

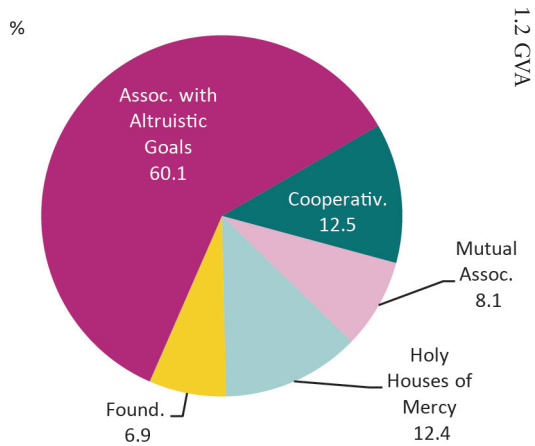
In 2016, human health services (C) accounted for 24.6% of SE GVA, immediately followed by social services (D), which generated 24.3% of SE GVA. It should be noted that SESA 2016 uses the new international reference nomenclature issued by the United Nations, which now includes social support activities with housing (ex: nursing homes) in the human health services category. This resulted in a significant increase of the relative importance of human health services and in a decrease in social services, compared to the SESA results in 2013.

Analyzing the distribution of GVA by groups of entities, the AAG concentrated 60.1% of the GVA, the Cooperatives 12.5% and the Holy Houses of Mercy 12.4% of the total SE GVA, registering a change in positions between Cooperatives and Holy Houses of Mercy, compared to 2013.

Picture 7
Distribution of SE GVA,
according to the International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations

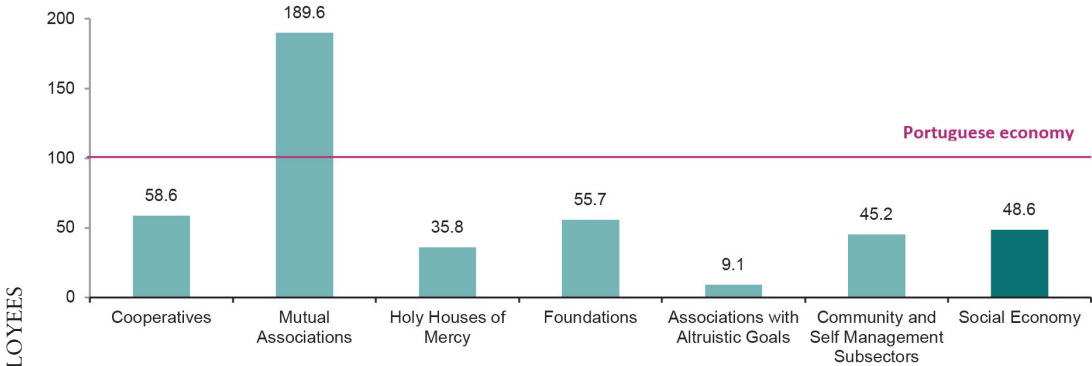


Picture 8
Distribution of SE GVA,
by groups of entities



As in previous editions, the GVA per (employee) FTE in SE was lower than the average of the total economy, with the exception of Mutual Associations.

Picture 9
GVA/Employee (FTE), by groups of entities
(Portuguese economy = 100)



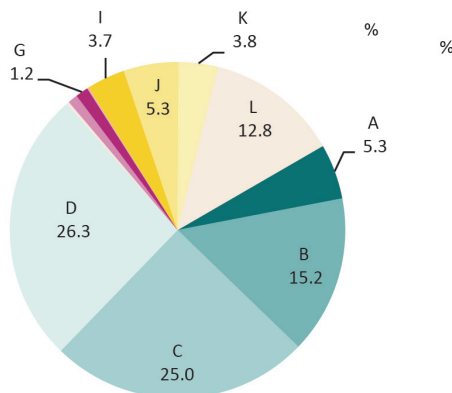
1.3 COMPENSATION OF EMPLOYEES

In 2016, social services (D) accounted for 26.3% of the total SE compensation of employees, followed by human health services (C) (25.0%) and education services (B) (15.2%).

By groups of entities, the AAG (61.9%) stood out, followed by Cooperatives (13.2%), Holy Houses of Mercy (12.8%), Foundations (7.0%), Mutual Associations (4.9%) and Community and Self-Management Subsectors (0.1%).

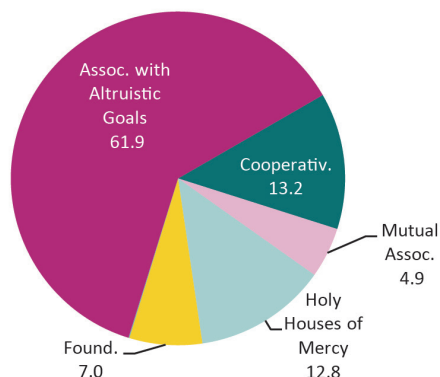
Picture 10

Distribution of SE compensation of employees, according to the International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations



Picture 11

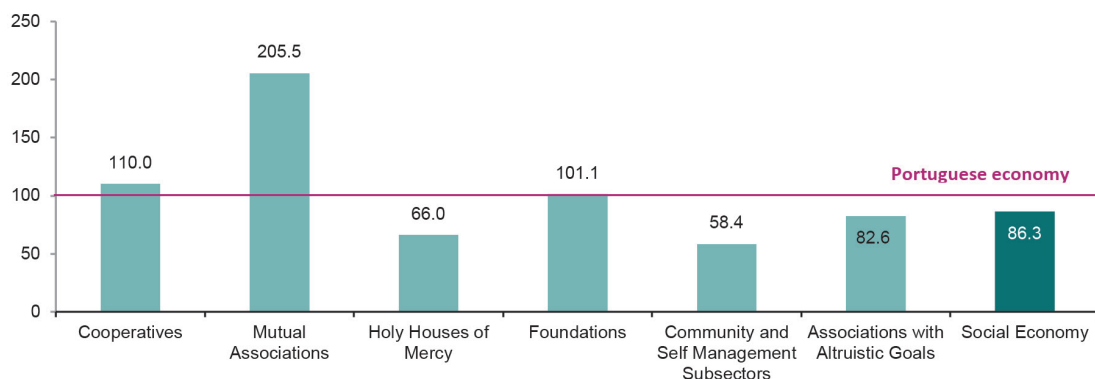
Distribution of SE compensation of employees, by groups of entities



The average compensation of employees in SE (FTE) was lower than that of the Portuguese economy (86.3%), showing a significant dispersion by groups of entities. The Mutual Associations were the SE group with the highest average compensation of employees, followed by the Cooperatives and the Foundations, both with higher average compensation than the total economy. At the other extreme were the Community and Self-Management Subsectors entities, with the lowest average compensation of employees.

Picture 12

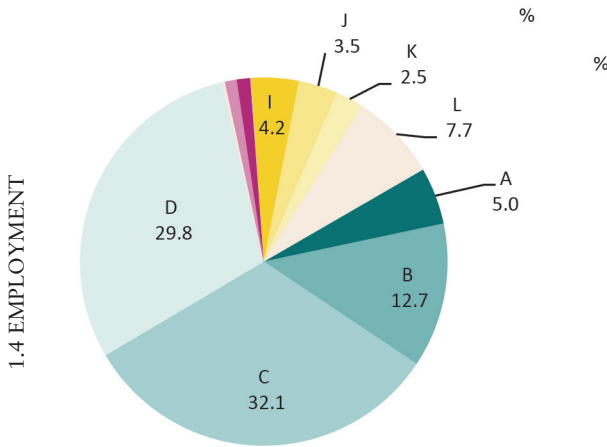
Compensation of Employees/Employees (FTE), by SE groups of entities (Portuguese economy = 100)



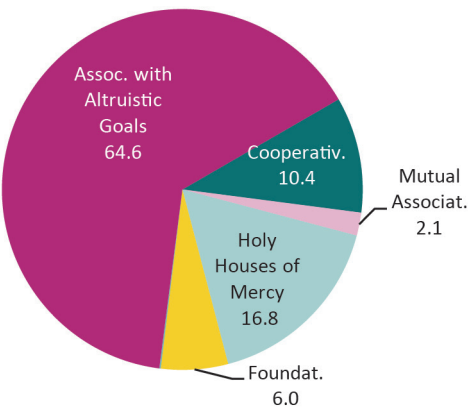
1.4 EMPLOYMENT

In 2016, 32.1% of SE employees (FTE) concentrated in human health services (C), followed by social services (D) (29.8%) and education services (B) (12.7%). Analyzing the distribution of employees (FTE) by SE groups of entities, AAG stood out (64.6% of the total). The Holy Houses of Mercy accounted for 16.8%, Cooperatives 10.4%, Foundations 6.0%, Mutual Associations 2.1% and Community and Self-Management Subsectors 0.1%.

Picture 13
Distribution of SE employees,
according to the International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations



Picture 14
Distribution of SE employees,
by groups of entities



ADDITIONAL CHARACTERIZATION OF EMPLOYMENT IN SOCIAL ECONOMY: COMMUNITY SERVICE SENTENCES

Providing work for the community is an alternative penalty or measure to imprisonment, determined by judiciary authorities, which consists in providing unpaid work to the State to other legal persons governed by public law or to private entities whose purposes the courts consider to be of interest to the community, which include SE entities.

According to information from the Directorate-General for Reinsertion and Prison Services (DGRSP)⁽¹⁾, in 2016 at least 1,963 individuals complied community service determined by courts in 811 entities of the SESA universe, corresponding to almost 54% of total individuals listed by DGRSP.

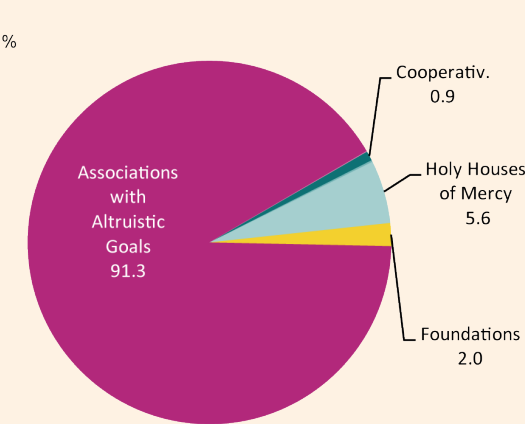
Of these 1,963 individuals, over 90% provided community work in the Associations with Altruistic Goals and nearly 6% in the Holy Houses of Mercy.

The main areas of activity of SE organizations that received individuals who worked in favor of the community were social services (45.2% of individuals), culture, communication and recreational activities (30.1%) and human health services (13.1%). Combined, the entities in these three areas congregated almost 88% of individuals who provided community service in SE organizations.

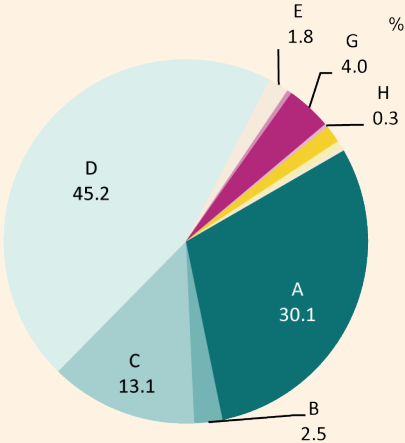
NOTE

- (1) According to the DGRSP Activity Report, in 2016 there were 17,288 requests for providing community service determined by court sentence. In order to quantify the number of individuals who worked in favor of the community in social economy entities following a court ruling, it was possible to obtain from the DGRSP a listing with a sample of the penalties / measures in execution in 2016, which represented about 20% of the total penalties / measures being executed that year. This anonymized listing only identified the organizations that hosted 3,646 individuals with a penalty or measure of work in favor of the community, decreed by the court.

Picture 15
Distribution of individuals who provided community service ordered by courts, by SE groups



Picture 16
Distribution of individuals who provided community service ordered by courts, in SE entities, according to the International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations



Source: Statistics Portugal, based on information from the DGRSP.

ADDITIONAL CHARACTERIZATION OF EMPLOYMENT IN SOCIAL ECONOMY: WORKERS WITH LOSS OR ANOMALY OF BODY STRUCTURES OR FUNCTIONS WITH IMPLICATIONS FOR THE PROVISION OF WORK (TPA)

According to the information provided by the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security (GEP / MTSS)⁽¹⁾, in 2016, 10,789 TPAs were identified, of which 1,808 worked in SE entities. That is, this year the entities of the SESA universe gathered almost 17% of the total TPA identified in the Single Report.

Of these 1,808 TPA, 1,220 worked in entities with the status of Private Social Solidarity Institution (IPSS), accounting for about 11.3% of the total TPA identified in the Single Report and 67.5% of the total TPA employed in SE entities.

Analyzing the distribution of TPA by groups of SE entities, it was observed that more than 50% worked in Associations with Altruistic Goals, followed by Cooperatives and Holy Houses of Mercy, which gathered about 16% of the total TPA of SE entities.

Considering the relative importance of TPA in the number of jobs for each of the entities that identified TPA in the Single Report, it was observed that about 3% of the total Cooperative and Foundations jobs corresponded to TPA.

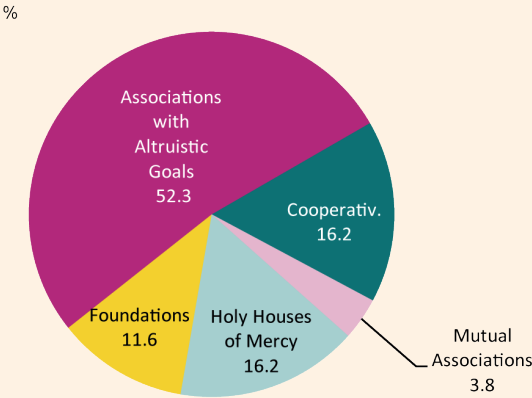
Social services accounted for almost 32% of TPA from SE entities, followed by human health services (30.4%) and education services (15.4%).

In 2016, SE entities employed an average of 2.7 TPA, although the most frequent value observed was 1 TPA per SE entity.

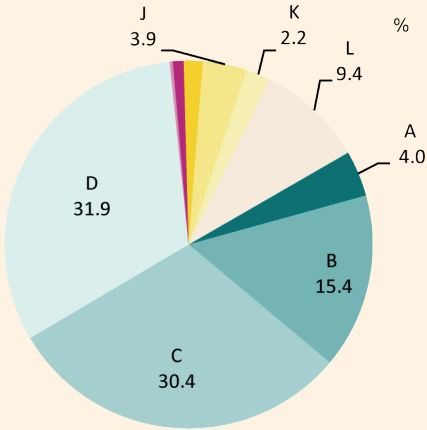
NOTE

- (1) Includes all companies with 10 and more employees on December 31st which, in the 2016 Single Report, reported having workers with loss or anomaly of body structures or functions with work-related implications (TPA).

Picture 17
Distribution of TPA,
by SE groups



Picture 18
Distribution of TPA, according to the International
Classification of Non-Profit
and Third Sector Organizations



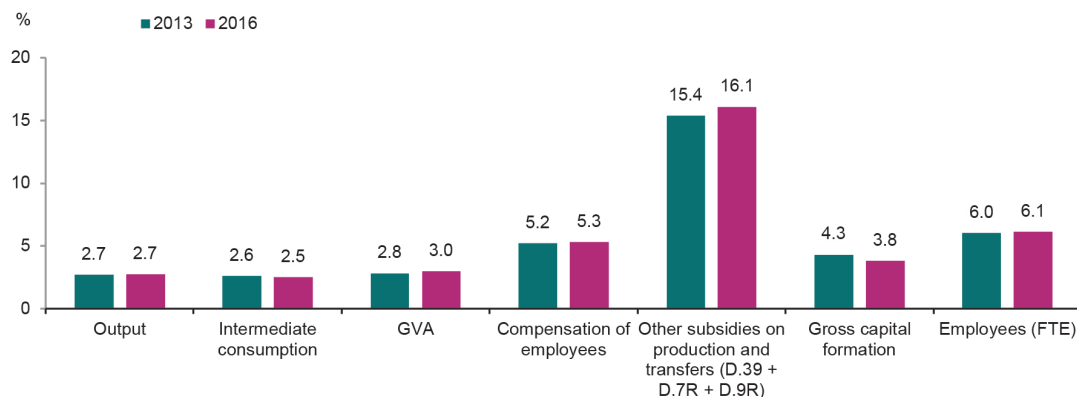
Source: Statistics Portugal, based on the Single Report (GEP/MTSS)

1.5 SOCIAL ECONOMY IN THE PORTUGUESE ECONOMY

In 2016, SE represented 2.7% of national output and 3.0% of the GVA, surpassing the relative importance in terms of GVA observed in the previous edition of CSES (2.8% in 2013).

With regard to compensation of employees, the share of SE in national economy increased from 5.2% in 2013 to 5.3% in 2016. In line with this evolution, the relative importance of employees (FTE) increased from 6.0% in 2013 to 6.1% of total employees (FTE) in 2016.

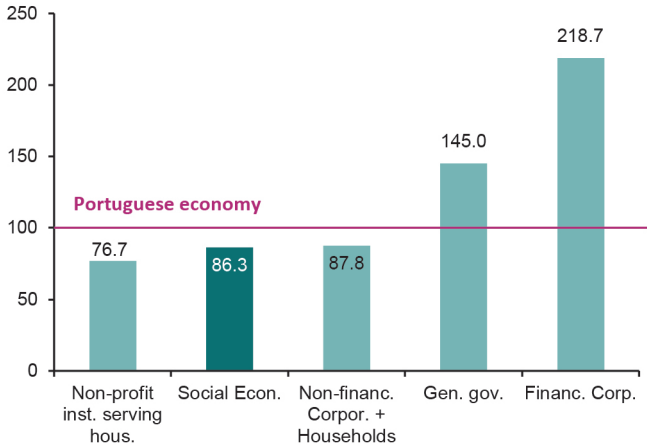
Picture 19
Social Economy in the Portuguese Economy
– main aggregates



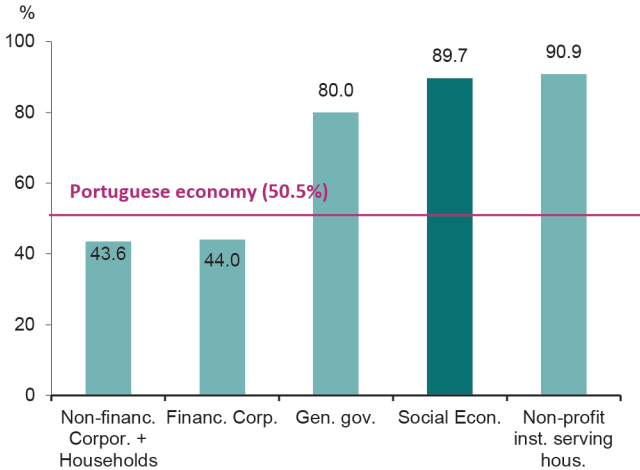
SE average compensation of employees corresponded to 86.3% of the national economy average (86.4% in 2013), which is lower than the average compensation of employees registered in the institutional sector of the Financial corporations (S.12) and of General government (S.13).

Analyzing the compensation of employees / GVA ratio, it was observed that a significant part of the SE was destined for compensation of employees (89.7%), a much higher percentage than that observed for the whole economy (50.5%).

Picture 20
Average compensation of employees
by Institutional Sector
(Portuguese economy = 100)



Picture 21
Compensation of employees / GVA,
by Institutional Sector



THE SOCIAL ECONOMY IN THE PORTUGUESE ECONOMY IN THE 3 ACCOUNTS 2010, 2013 AND 2016

In the last crisis Social Economy was stronger
than the Portuguese economy as a whole

Although some conceptual and methodological changes were introduced in the 2013 and 2016 editions of the SESA⁽¹⁾, compared to the 2010 edition⁽²⁾, the analysis of the main results of the three SESA editions enables the contextualization of the SE relevance in the Portuguese economy.

From 2010 to 2016, the number of units in the social economy sector grew by almost 30%, increasing by 10.6% between 2010 and 2013, and 17.3% between 2013 and 2016.

Between 2010 and 2013, the maintenance of the weight of the SE GVA in the national economy (2.8%), the increase of the weight of SE employees in the total employees (from 5.5% in 2010 to 6.0% in 2013) and the growth of the relative importance of SE compensation of employees in total compensation of employees (from 4.6% in 2010 to 5.2% in 2013), demonstrate the resilience of the social economy sector in the context of the economic and financial crisis that has affected Portugal.

Analyzing the rates of variation, one can observe that in 2013 (comparing to 2010), total employment and employees in SE declined less than it was observed in the Portuguese economy (respectively -4.6% vs -12.8% and -4.8% vs -13.4%). In nominal terms, the compensation of employees in SE registered a slight increase (0.4%), which contrasted with the sharp reduction in the Portuguese economy as a whole (12.1%).

NOTES

- (1) Consistent with the 2011 National Accounts base and with ESA 2010 as the main framework.
- (2) Consistent with the 2006 National Accounts base and with ESA 95 as the main framework.

Also in 2013, SE's net borrowing capacity decreased from 570.7 million euros in 2010 to 412 million euros. This decrease was significantly contributed by Cooperatives and Mutual Associations, which together had a net lending capacity of 139.3 million euros in 2013.

Gross Capital Formation (GCF) registered a slight decrease (-2.5% in 2013, compared to 2010), which was less pronounced than in the Portuguese economy as a whole (-28.6%) in the same period.

Thus, the evolution of the main macroeconomic variables in 2013, facing 2010, seems to indicate that SE is a short-term “buffer” in periods of crisis, working counter cyclically to respond to pressing social needs, which often get worse during those periods.

Table 4
SESA main results
with the Portuguese economy (PE) as a reference

	Unit	Levels	2010			Variation rate (%)			SESA/PE (%)		
			2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016	2010/2016	2010	2013	2016
Number of kind of activity units	No.	SESA	55,383	61,268	71,885	10.6	17.3	29.8			
GVA	10 ⁶ euro	SESA	4,262.6	4,206.5	4,819.2	-1.3	14.6	13.1	2.8	2.8	3.0
		PE	151,426.0	149,768.4	162,226.1	-1.1	8.3	7.1			
Employment (FTE)	No	SESA	228,124	217,744	236,288	-4.6	8.5	3.6	4.8	5.2	5.3
		PE	4,792,750	4,178,797	4,419,870	-12.8	5.8	-7.8			
GVA/FTE	10 ³ euro	SESA	18.7	19.3	20.4	3.4	5.6	9.2	59.1	53.9	55.6
		PE	31.6	35.8	36.7	13.4	2.4	16.2			
Compensation of employees	10 ⁶ euro	SESA	3,955.4	3,973.1	4,321.6	0.4	8.8	9.3	4.6	5.2	5.3
		PE	86,814.0	76,279.9	81,854.1	-12.1	7.3	-5.7			
Employees (FTE)	No	SESA	226,935	215,963	234,886	-4.8	8.8	3.5	5.5	6.0	6.1
		PE	4,138,163	3,582,077	3,839,523	-13.4	7.2	-7.2			
Average compensation of employees	10 ³ euro	SESA	17.4	18.4	18.4	5.6	0.0	5.6	83.1	86.4	86.3
		PE	21.0	21.3	21.3	1.5	0.1	1.6			
Compensation of employees/GVA	%	SESA	92.8	94.5	89.7	1.8	-5.1	-3.4	161.9	185.4	177.7
		PE	57.3	50.9	50.5	-11.2	-0.9	-12.0			
GCF	10 ⁶ euro	SESA	1,109.7	1,081.8	1,107.8	-2.5	2.4	-0.2	3.2	4.3	3.8
		PE	34,874.8	24,913.8	29,318.7	-28.6	17.7	-15.9			
Net lending (+) / Net borrowing (-)	10 ⁶ euro	SESA	-570.7	-412.0	-598.4						
		PE	-15,490.1	3,945.6	1,951.6						

In 2016, there was not only an increase in the share of SE GVA in the Portuguese economy (from 2.8% in 2013 to 3.0%), but also an increase in the share of SE total employment (from 5.2% to 5.3% in 2016), employees (from 6.0% in 2013 to 6.1% in 2016) and compensation of employees (from 5.2% in 2013 to 5.3% in 2016).

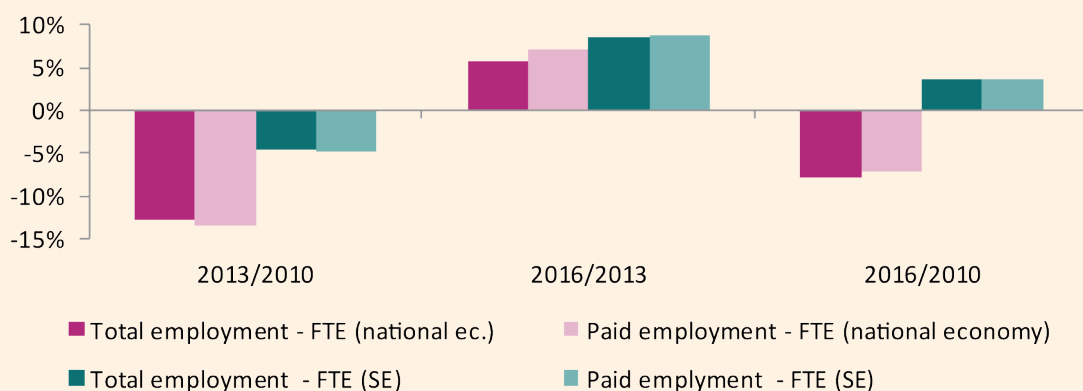
Between 2013 and 2016, SE GVA increased by 14.6%, total employment by 8.5% and employees by 8.8%, that is SE evidenced a higher dynamism in macroeconomic variables than the observed in the national economy (where GVA grew 8.3%, total employment 5.8% and employees 7.2%).

There was a decrease in the Gross Capital Formation (Investment) in SE, from 4.3% in 2013 to 3.8% in 2016, as a result of a slower growth than that observed in the national economy (2.4 % vs. 17.7%).

The SE net borrowing worsened from EUR 412.0 million (0.2% of GDP) in 2013 to EUR 598.4 million (0.3% of GDP) in 2016. Mutual Associations have contributed significantly to this result, as they went from a net lending capacity of nearly 51 million euro in 2013 to a net borrowing capacity of 124 million euro in 2016.

During this period, the national economy recorded a reduction in net lending (EUR 3,945.6 million in 2013 to EUR 1,951.6 million in 2016, corresponding to 2.3% and 1.0% of GDP, by the same order).

Picture 22
Rates of change in total employment and employees
in the social and national economy between 2010 and 2016



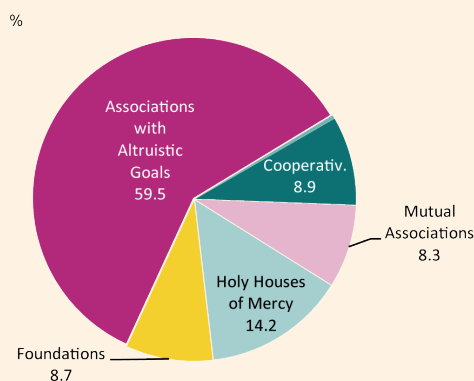
SOCIAL ECONOMY FISCAL BENEFITS

According to information published by the Tax and Customs Authority⁽¹⁾, 9,582 SE entities were identified as receiving tax benefits for the 2016 tax period, in a total of 194.9 million euro, corresponding to around 7.8% of the total tax benefits listed by Tax and Customs Authority (2,491.4 million euro).

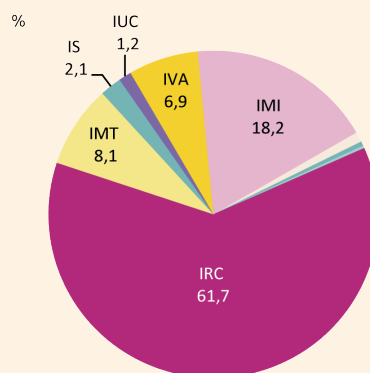
Analyzing the distribution of tax benefits by SE groups, the Associations with Altruistic Goals stand out accounting for 59.5% of the total SE fiscal benefits, followed by the Holy Houses of Mercy, with about 14%.

In a different view, by type of tax, it was observed that 61.7% of the SE tax benefits were related to the Corporate Income Tax, followed by the tax benefits arising Real estate tax collected by Local Government, which represented about 18% of the total tax benefits of these entities.

Picture 23
Distribution of fiscal benefits,
by SE groups



Picture 24
Distribution of SE fiscal benefits,
by type of tax



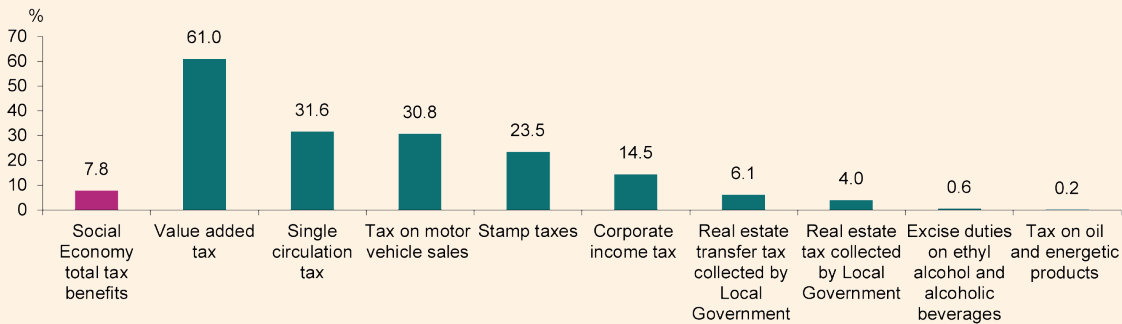
Source: Statistics Portugal , based on information from the Tax and Customs Authority

NOTE

- (1) Available on: <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/estatisticas/Pages/contribuintes-com-beneficios-fiscais-2016.aspx>.

Analyzing the relative importance of the tax benefits SE entities in the total tax benefits identified by the Tax and Customs Authority, by type of tax, it stands out the weight of Value Added Tax (VAT), which represented 61.0% of the total fiscal benefits originated by this tax. Next, emerges the share of the Single Circulation tax and the tax on Motor Vehicles Sale, of which SE entities have benefited, respectively, 31.6% and 30.8% of the total.

Picture 25
Share of SE tax benefits in total tax benefits,
by type of tax (2016)



Source: Statistics Portugal, based on information from the Tax and Customs Authority

2. SOCIAL ECONOMY CHARACTERIZATION BY GROUPS OF ENTITIES

Table 5 summarizes the main results, by groups of entities, showing the main activity registered in each group in terms of kind of activity units (KAU), GVA, compensation of employees and employees. Further detail on these variables is presented for each group in the following sub chapters.

Table 5
SESA results, by groups of entities and main activity

		Kind of activity units		GVA		Compensation of employees		Employees (FTE)	
		No.	%	10 ⁶ euro	%	10 ⁶ euro	%	FTE	%
Social Economy	Main activity	Culture, communication, and recreation activities	46.9	Human health services	24.6	Social services	26.3	Human health services	32.1
	Social Economy (SE) Total	71,885		4,819		4,322		234,886	
Cooperatives	Main activity	Trade activities	17.3	Financial and insurance services	42.4	Financial and insurance services	32.4	Education services	22.5
	Total of Cooperatives	2,343		604		572		24,402	
	Weight (%) of Cooperatives in SE		3.3		12.5		13.2		10.4
Mutual Associations	Main activity	Social services	71.1	Financial and insurance services	90.2	Financial and insurance services	90.4	Financial and insurance services	74.6
	Total of Mutual Associations	97		388		212		4,842	
	Weight (%) of Mutual Assoc. in SE		0.1		8.1		4.9		2.1
Holy Houses of Mercy	Main activity	Human health services	79.3	Human health services	86.1	Human health services	85.8	Human health services	87.1
	Total of Holy Houses of Mercy	387		597		555		39,445	
	Weight (%) of H.H. of Mercy in SE		0.5		12.4		12.8		16.8
Foundations	Main activity	Social services	29.6	Education services	27.8	Education services	28.1	Human health services	32.4
	Total of Foundations	619		332		304		14,113	
	Weight (%) of Foundations in SE		0.9		6.9		7.0		6.0
Associations with Altruistic Goals	Main activity	Culture, communication, and recreation activities	49.8	Social services	34.5	Social services	34.4	Social services	38
	Total of Assoc. with Altruistic Goals	66,761		2,897		2,674		151,779	
	Weight (%) of Assoc. Altr. Goals in SE		92.9		60.1		61.9		64.6

2.1 MAIN GROUPS OF SOCIAL ECONOMY

2.1.1 COOPERATIVES⁽¹⁾

In 2016, there was a 10.7% increase in the number of Cooperatives, compared to 2013, and a total of 2,343 cooperatives were considered in SESA. The main activities were trade activities (17.3%) (included in other activities (L)) and culture, communication and recreational activities (A) (14.3%).

GVA, compensation of employees and employees increased, compared to 2013.

Table 6
Main indicators – Cooperatives

	2013	2016
Number of Cooperatives (No.)	2,117	2,343
GVA (10 ⁶ euro)	489.5	604.2
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	564.4	572.2
Employees - FTE (No.)	24,316	24,402
Net lending (+) / Net borrowing (-) (10 ⁶ euro)	88.5	179.1

In terms of GVA structure, financial and insurance services (L60) stood out as they accounted for 42.4% of GVA in 2016, despite representing only 3.9% of the total Cooperatives.

The compensation of employees distribution was similar to that of the GVA, with financial and insurance services (L60) supporting almost 1/3 of the compensation of employees in this SE group.

NOTE

- (1) These results do not include corporations 100% owned, directly or indirectly, by cooperatives, following the principles of the Social Economy Framework Law. A subchapter is presented at the end of this sub chapter specifically dedicated to the relevance of these entities within the cooperative sector.

With regard to employees (FTE), education services (B) stood out with 22.5% of the total employees of this group.

In 2016, the net lending of Cooperatives more than doubled compared to 2013, amounting to EUR 179.1 million, reflecting not only the increase in the balance of the generation of income account, but also the decrease in gross capital formation (GFC).

COOPERATIVES BUSINESS GROUPS

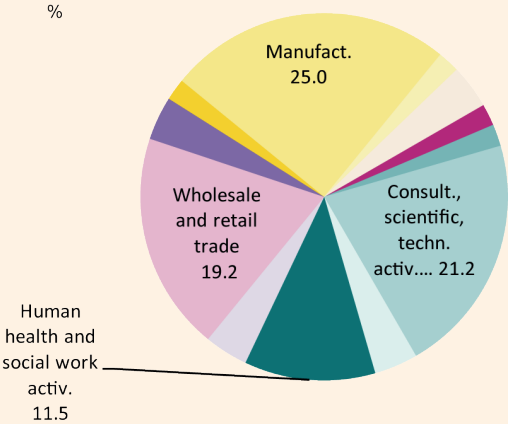
SESA results do not include corporations 100% owned by cooperative capital. This subchapter intends to highlight the relevance of Cooperatives economic groups, by presenting autonomous and complementary information.

In 2016, 56 corporations (including holding companies) were identified as being owned by Cooperatives and economic and financial information was available for 52 of these units.

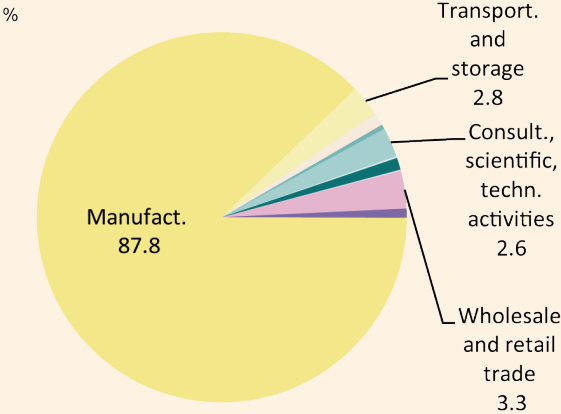
These companies concentrated their activity in manufacturing (25.0%), consultancy, scientific, technical and related activities (21.2%) and wholesale and retail trade (19.2%). About 65% of companies, 100% owned by Cooperatives, developed their economic activity in these three areas.

This subset of 52 companies generated approximately EUR 106.2 million of GVA, with manufacturing making the highest contribution to this result (87.8%). The GVA of corporations decreased compared to 2013 (EUR 137.8 million).

Picture 26
Cooperatives business groups,
by activity



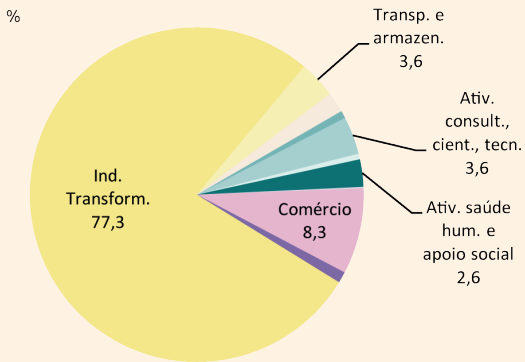
Picture 27
Cooperatives business groups GVA,
by activity



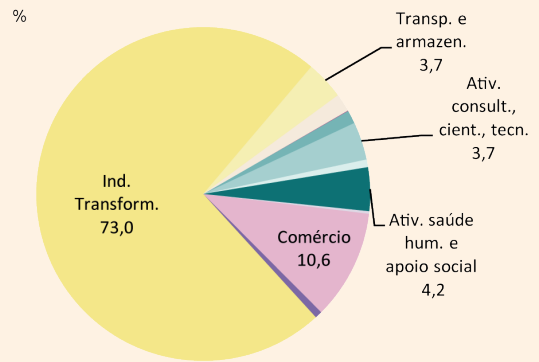
In these 52 companies, compensation of employees amounted to EUR 50.3 million, with 77.3% of this concentrated in manufacturing and 8.3% in wholesale and retail trade.

In terms of employees, this group of companies occupied 2,013 FTE employees, of which 73.0% in manufacturing and 10.6% in wholesale and retail trade.

Picture 28
Cooperatives business groups
compensation of employees, by activity

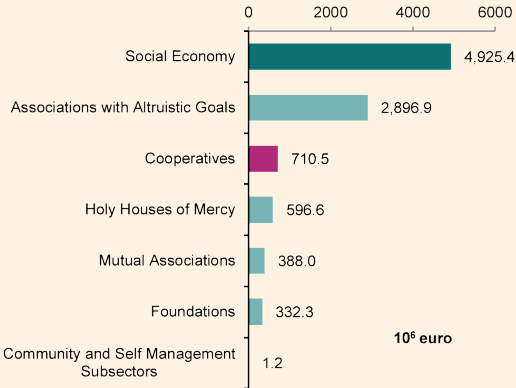


Picture 29
Cooperatives business groups employees,
by activity



Considering the contribution of these companies, Cooperatives GVA would amount to EUR 710.5 million in 2016, reinforcing their position as the second most important group of entities in Social Economy.

Picture 30
SE GVA, by group of entities,
including Cooperatives business groups GVA



Picture 31
SE GVA excluding and including
Cooperatives business groups



COOPERATIVES BUSINESS GROUPS

2.1.2 MUTUAL ASSOCIATIONS

In 2016, the number of Mutual Associations decreased by 12.6% compared to 2013, accounting for 97 units. 71.1% were in the area of social services (D) and 19.6% developed financial and insurance services (L60).

Contrary to GVA, compensation of employees evidenced a slight decrease (-2.0%), as well as employees (-1.1%).

Table 7
Main indicators – Mutual Associations

	2013	2016
Number of Mutual Associations (No.)	111	97
GVA (10 ⁶ euro)	352.2	388.0
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	216.4	212.1
Employees - FTE (No.)	4,896	4,842
Net lending (+) / Net borrowing (-) (10 ⁶ euro)	50.8	-124.0

Financial and insurance services (L60) accounted for 90.2% of total GVA and 90.4% of compensation of employees in this SE group.

In the distribution of employees (FTE), financial and insurance services (L60) accounted for 74.6% of the total, followed by social services (D), with 17.4% of the total.

Mutual Associations went from a net lending of EUR 51 million in 2013 to a net borrowing of EUR 124 million in 2016, thus contributing significantly (EUR 175 million) to the increase of the SE net lending.

2.1.3. HOLY HOUSES OF MERCY

In 2016, this SE group included a total of 387 units, remaining practically unchanged compared to 2013 (-0.5%). Almost 80% of the Holy Houses of Mercy developed human health services (C), while 17.6% worked in the area of social services (D). As already mentioned, it should be noted that, with the new nomenclature, social support activities with housing, which include, in particular, nursing homes and long term care units, are now included in health services, which had a significant impact on this SE group (see methodological notes).

Facing 2013, the Holy Houses of Mercy GVA increased by 10.2% and compensation of employees increased by 16.3%, in line with the increase in employees.

Table 8
Main indicators – Holy Houses of Mercy

	2013	2016
Number of Holy Houses of Mercy (No.)	389	387
GVA (10 ⁶ euro)	541.2	596.6
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	477.5	555.3
Employees - FTE (No.)	35,469	39,445

Human health services (C) were the most relevant activity, with 86.1% of total GVA, 85.8% of compensation of employees and 87.1% of employees.

Social services (D) were the second most important activity of the Holy Houses of Mercy, generating 12.5% of the total GVA, 12.9% of compensation of employees and 11.9% of employees of this group of SE.

2.1.4 FOUNDATIONS

The number of Foundations increased by 7.1% compared to 2013, to 619 units. Almost 30% of the Foundations developed activity in social services (D), followed by culture, communication and recreational activities (A) (21.2%) and human health services (C) (17.1%).

The Foundations GVA grew by 32.4% compared to 2013, reaching EUR 332.3 million. Between 2013 and 2016, there was also an increase of 28.8% in compensation of employees and 29.8% in employees.

Table 9
Main indicators – Foundations

	2013	2016
Number of Foundations (No.)	578	619
GVA (10 ⁶ euro)	250.9	332.3
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	236.3	304.3
Employees - FTE (No.)	10,871	14,113

Education services (B), although comprising only 8.6% of Foundations, were the most relevant activity in terms of GVA structure (27.8%) and compensation of employees (28.1%). In terms of employees, the most important activity were human health services (C), with 32.4% of employees, which was also the second activity with the highest GVA (23.0%) and compensation of employees (21.1% %).

2.1.5 ASSOCIATIONS WITH ALTRUISTIC GOALS (AAG)

In 2016, the AAG remained the largest SE group, comprising 66,761 units, which represented an increase of 16.7% facing 2013.

Almost 50% of AAG developed culture, communication and recreational activities (A), followed by religion (I) (12.7%) and social services (D) (9.7%). There was an increase in GVA, compensation of employees and employees in AAG, compared to 2013.

Table 10
Main indicators – AAG

	2013	2016
Number of Associations with Altruistic Goals (No.)	57,196	66,761
GVA (10 ⁶ euro)	2,566.3	2,896.9
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	2,472.3	2,673.9
Employees - FTE (No.)	140,050	151,779

Regarding GVA, the most relevant activities were social services (D) (34.5%), followed by human health services (C) (19.9%) and education services (B) (16.2%). The activity with the highest number of AAG units (culture, communication and recreational activities) represented only 5.9% of this group GVA.

Social services (D) were also more relevant in terms of compensation of employees (34.4% of the total) and employees (38.0%) in AAG.

2.2. PRIVATE INSTITUTIONS OF SOCIAL SOLIDARITY (IPSS)

In 2016, 5,622 entities with IPSS or equivalent status were identified, which represented an increase of 0.7% over 2013.

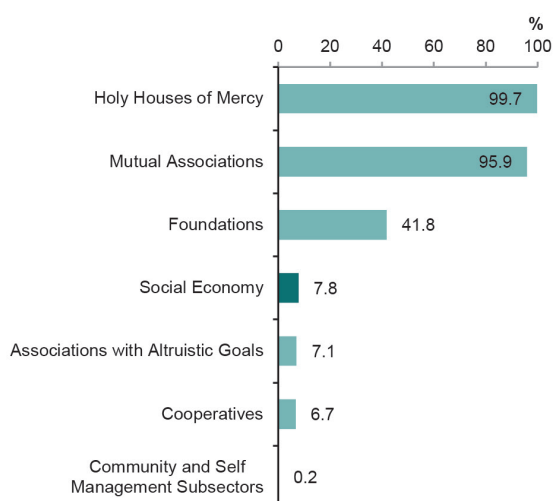
Therefore, in 2016, 7.8% of the total SE entities held the IPSS or equivalent status, the majority of which were constituted by AAG (84.0%),

followed by Holy Houses of Mercy (6.9%), Foundations (4.6%), Cooperatives (2.8%) and Mutual Associations (1.7%).

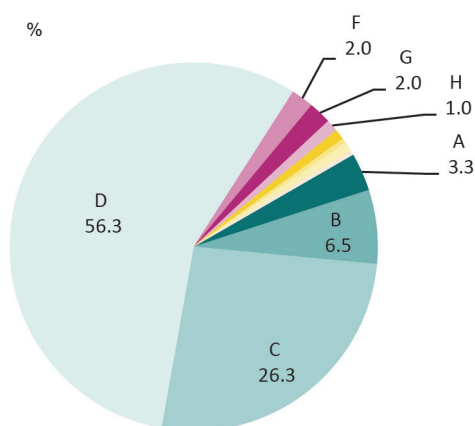
More than 95% of the Holy Houses of Mercy and Mutual Associations and less than 10% of the total Cooperatives and AAG were IPSS.

In 2016, IPSS developed their activity in social services (D) (56.3%), followed by human health services (C) (26.3%) and education services (B) (6.5%).

Picture 32
IPSS by groups of entities



Picture 33
IPSS by activity, according to the International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations

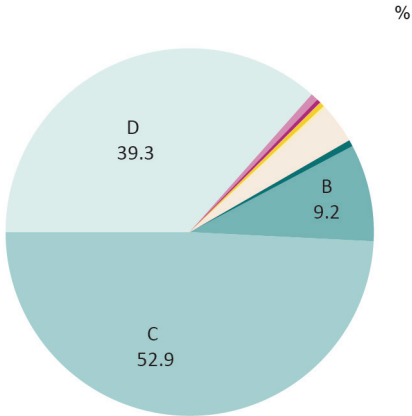


Regarding IPSS GVA, the dominant activity were human health services (C) (52.9%), followed by social services (D) (39.3%) and education services (B) (9.2%), with a slight change facing the number of units distribution.

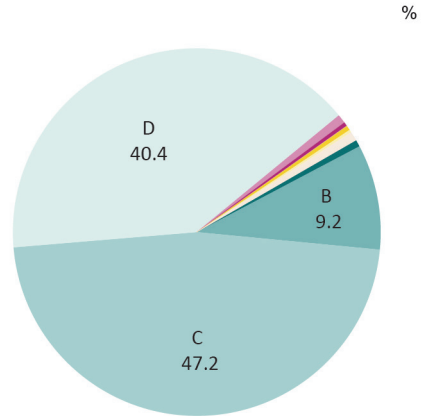
Compensation of employees' structure is consistent with the GVA distribution, highlighting human health services (C) (47.2%), followed by social services (D) (40.4%) and education services (B) (9.2%).

It should be recalled that the significant weight of human health services in the IPSS group (which includes most of the Holy Houses of Mercy) is related to the use of the new international nomenclature (see methodological notes). In fact, more than 80% of the IPSS GVA generated by human health services was affected by this change.

Picture 34
IPSS GVA by activity,
according to the International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations

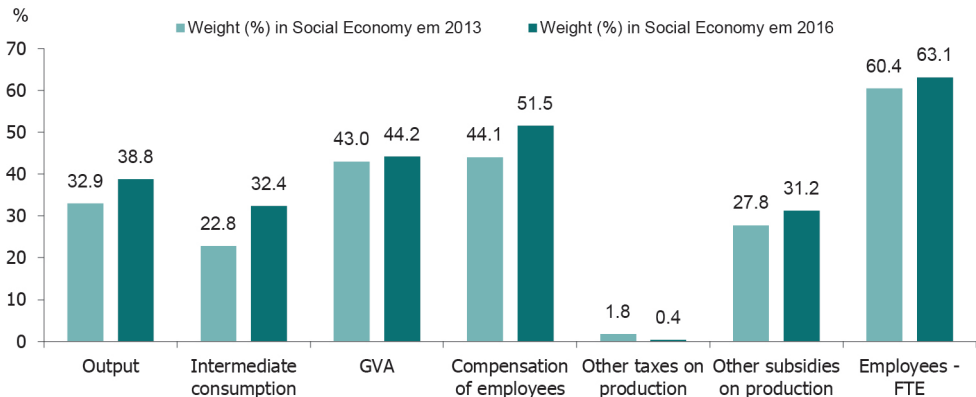


Picture 35
IPSS compensation of employees by activity,
according to the International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations



In 2016, IPSS reinforced their relative importance in SE, representing 38.8% of output, 44.2% of GVA, 51.5% of compensation of employees, 31.2% of other subsidies on production and 63.1% of employees (FTE).

Picture 36
Weight of IPSS in Social Economy in 2013 e 2016



2.3 OTHER SOCIAL ECONOMY ENTITIES WITH SPECIAL STATUS

The compilation of information on other SE entities holding special status is a new feature in this SESA edition. This relates non-governmental environmental organizations (ONGA), non-governmental organizations for development (ONGD), non-governmental organizations for the disabled (ONGPD), non-governmental women’s associations (ONGM) and representative associations of immigrants and their descendants (ARID).

105 units with ONGA status were identified, exclusively concentrated in the AAG group, with a GVA of EUR 5.5 million in 2016.

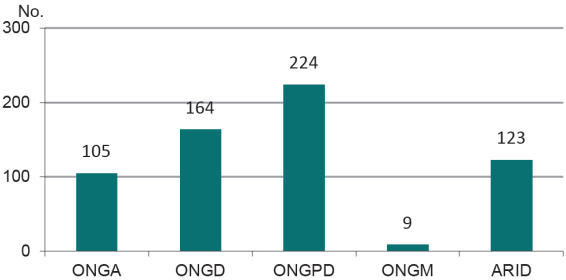
Of the 164 entities holding the ONGD status, 86.6% were included in the AAG group, generating a GVA of almost EUR 75 million.

224 ONGPD were identified, of which 82.1% were included in AAG and 17.9% in Cooperatives. The ONGPD GVA amounted to EUR 82.7 million, in 2016.

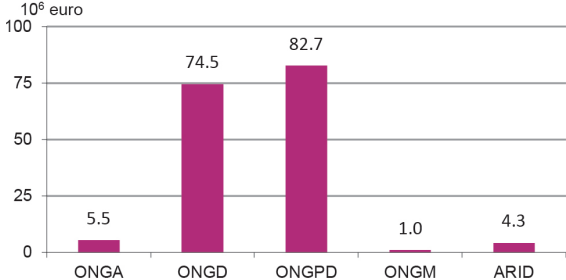
The ONGM were the smallest group, including only 9 entities from the AAG group, accounting for a GVA close to EUR 1 million.

Finally, the 123 ARID, exclusively concentrated in AAG, generated around EUR 4 million euros in 2016.

Picture 37
Number of units with special status,
by groups



Picture 38
Special status units GVA,
by groups

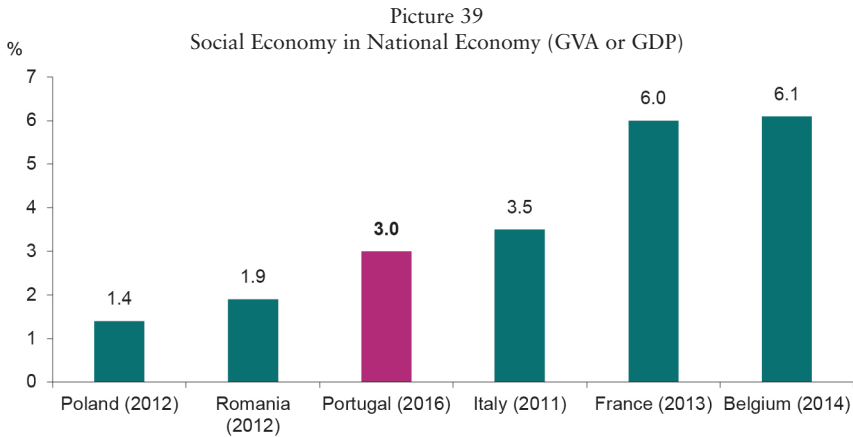


3. INTERNATIONAL COMPARISONS

There are not many countries that have implemented, on a regular and systematic basis, SE Satellite Accounts. The comparisons with the results of other countries should be carried out with some caution, for three fundamental reasons:

- (i) Not all data presented originate from explicit Satellite Accounts, based on information from the National Accounts, according to ESA 2010;
- (ii) The reference year may be different; and
- (iii) There is no total harmonization in the type of units considered in the scope of SE⁽²⁾.

In any case, regarding GVA, Portugal seems to occupy a median position in the distribution of countries with available information.



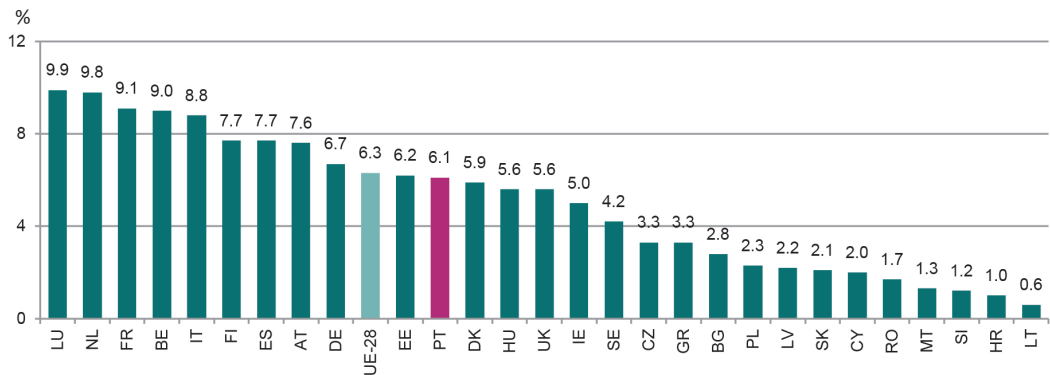
Sources: Social Economy Satellite Account (2016), Statistics Portugal; “*Le poids économique des Institutions sans but lucratif en Belgique (Editions 2017)*”, Fondation Roi Baudouin (2017); “*Made in ESS : une démarche portée par la CRESS Champagne-Ardenne - Fondements de l’Économie Sociale et Solidaire*”; “*The third sector in Poland. Associations, foundations, faith-based charities, professional and business associations, employers’ organizations in 2012*”, Statistical analyses and studies, Central Statistical Office, (2014); “*Atlas of social economy 2014 edition - Statistical overview of the reality of the social economy in Romania*”, Cristina Barna, Irina Opincaru, Ancuța Vameșu (2016), “*La rilevanza dell’economia sociale in Italia*”, Carlo Borzaga, Chiara Carini, Flaviano Zandonai (2014).

NOTE

- (2) For example, Belgium only includes non-profit institutions.

Considering the weight of SE employees in total employees⁽³⁾ of national economy, Portugal is in an intermediate position, slightly below the European Union average for the 28 countries, between Estonia and Denmark.

Picture 40
Weight of SE employees
in total employees
of National economy (2014-2015)



Sources: Social Economy Satellite Account (2016), Statistics Portugal; CIRIEC – “Recent Evolutions of the Social Economy in the European Union” (other countries – 2014-2015).

NOTE

(3) It was not possible to confirm whether, in all countries, employees were measured in FTE.

METHODOLOGICAL NOTES

1. INTRODUCTION

SESA 2016 is integrated into the conceptual framework of the Portuguese National Accounts System (PNAS). Its main objective is to provide economic information on SE, designed as a satellite of National Accounts (NA). The choice of NA as a reference reflects their importance as a reliable, systematized and internationally comparable representation of the economy.

2. METHODOLOGICAL REFERENCES

The NA satellite accounts have as their first reference the concepts and methods of NA, defined in the European System of National and Regional Accounts (ESA 2010). The satellite accounts aim to increase the capacity of observation of particular phenomena, constituting extensions with greater detail of the NA.

SESA 2013 also has as its main methodological reference the Social Economy Framework Law (Law no. 30/2013, of May 8), which, among other issues, establishes the type of entities that should integrate the SE, as well as the principles that should guide the activities developed by these entities.

3. CONCEPTS AND CLASSIFICATIONS

In SESA 2016 preparation were also taken into account the concepts, methods, classifications and accounting rules of the United Nations “*Handbook on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, of 2018, and those of the “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*” from the *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

These manuals, in addition to being international references, enhance the comparison of the Account with other international experiences. Nevertheless, sometimes it was necessary to reconcile understandings from both approaches.

In accordance with the Social Economy Legal Framework, SE is understood as the set of economic and social activities, freely carried out by Cooperatives, Mutual Associations, Holy Houses of Mercy, Foundations,

Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), Associations with Altruistic Goals, which operate in the cultural, recreational, sports and local development spheres, entities covered by the Community and Self-managed Sub-sectors, integrated under the Constitution in the cooperative and social sector, as well as other entities with legal personality that respect the principles.

Thereby, according to the Social Economy Legal Framework, the SE entities were classified in the following groups:

- Cooperatives;
- Mutual Associations;
- Holy Houses of Mercy;
- Foundations;
- Community and Self-Managed Sub-Sectors;
- Associations with Altruistic Goals (AAG).

Estimations were also made for entities having the “IPSS” (Social Solidarity Private Institutions) or equivalent status, since these can take different forms and legal nature, and are dispersed by all SE groups of entities.

This SESA edition also includes, for the first time, an estimation for other SE with special status, including non-governmental environmental organizations (ONGA), non-governmental organizations for development (ONGD), non-governmental organizations for the disabled (ONGPD), non-governmental women’s associations (ONGM) and associations representing immigrants and their descendants (ARID).

It should also be mentioned that the respective savings banks were included in the groups of Holy Houses of Mercy and Mutual Associations, since their legal regime (Law no. 190/2015, of 10 September) states that they should respect, with the necessary adaptations, the guiding principles governing the activity of the Social Economy, as well as the mutuality principles provided by the Code of Mutual Societies, and may only be constituted for the exclusive pursuit of the purposes of Mutual Associations, Holy Houses of Mercy or other charitable institutions, having also some restrictions in the allocation of surpluses. These last two characteristics were already included in the previous legal system of savings banks, regulated by the Law no. 136/79 of 18 May.

In terms of classification of the institutional sectors provided by ESA 2010, the units of SESA 2016 are constituted by:

- Non-profit institutions classified under the institutional sector of non-financial corporations (S.11) (e.g.: Cooperatives, except mutual agricultural credit banks, schools, universities and research centers; economic social and community development associations; professional associations; etc.);
- Market non-profit institutions classified under the institutional sector of financial corporations (S.12) (e.g.: Mutual Associations, mutual agricultural credit banks, saving banks attached to Houses of Mercy and Mutual Associations);
- General Government (S.13) (*Régies* cooperatives);
- Small size non-profit institutions classified under the institutional sector of Households (S.14) (e.g.: parents or in charge of education associations; common lands, etc.).
- Institutional units classified under the institutional sector of Non-profit institutions serving households (S.15); (e.g.: associations of social solidarity, *casas do povo* (community meeting houses), day care centers, Holy Houses of Mercy; sports and recreational clubs; local development associations; political parties, trade unions, parish centers, non-governmental environmental organizations, cults and congregations, etc.).

According to the guiding principles of the Social Economy Legal Framework, no entities of the institutional sector of General government (S.13) were considered in the SESA 2016, except for *Régies* Cooperatives, considering their specificity. Also, no units of the institutional subsector of public non-financial corporations (S.11001) were included in the SESA, with the exception of some Cooperatives classified within this subsector.

Units included in SESA 2016 were classified twice, according to the National Accounts classification by industry, base 2006, (NRCN06) (consistent with the CAE Rev.3 – a national classification which is an adaptation of NACE rev.2) and according to the “*International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO)”, which corresponds the first revision of

the “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”, and was established by the United Nations “*Handbook on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*” (2018).

This international nomenclature has replaced the “*Classification of Social Economy Entities’ Activities*” (CSEEA), which was an adaptation of the “*International Classification of Nonprofit Organizations*” (ICNPO), specifically designed by Statistics Portugal and CASES - Cooperative António Sérgio for the Social Economy, to be used in the national SESA.

The classification criteria in ICNP / TSO was the main activity of the unit, with reference to its classification in the Nomenclature of Industries of National Accounts (NRCN06) and / or the Portuguese Classification of Economic Activities (CAE Rev.3) (ISIC Rev. 4), as well as the correspondence table in “*Annex 5.3 Correspondence between the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities Rev.4 (ISIC Rev. 4) and the International Classification of Non-profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)*” included in the United Nations “*Handbook on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”.

With regard to ICNP / TSO, the main changes with impact in 2016 SESA edition, were the following:

- Transfer of social clubs (examples: numismatics, philately, automobile fan clubs, dogs fan clubs, etc.) from the scope of culture, communication and recreation activities to civic, advocacy, political and international activities;
- Transfer of scientific research from the field of education to professional, scientific, accounting and administrative services;
- Transfer of activities classified under ISIC Rev. 4 code 87 (corresponding to NACE Rev.2 division 87 and section 87 of CAE Rev.3) from the scope of social services to human health services.

Considering the significant change in the classification of the units included in SESA 2016 due to the use of the new international nomenclature, recommended by the United Nations, evolution analysis of the results in the various editions of CSES, by activity, should be avoided.

The following table describes, generically, some examples of activities included in each of the sections of ICNP / TSO:

Table 11
International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations
– Activity Examples

Section	Activity Examples
A – Culture, communication and recreation activities	Performing and visual arts, museums, zoos, parks, historical sites, sports activities, information and communication, among others.
B – Education services	Pre-primary education, primary education, secondary education, higher education, colleges and universities, education support services, among others.
C – Human health services	Ambulatory health services, emergency medical response, medical and diagnostic laboratories, hospitals, nursing and residential care activities, among others.
D – Social services	Child and youth services, services for the elderly and for people with disabilities, temporary shelters, emergency and relief services, refugees assistance, job counselling or training activities, among others.
E – Environmental protection and animal welfare activities	Land or water management activities, pollution abatement and control activities, eco-tourism, eco-farming and forestry, natural resource management, animal sanctuaries and shelters, veterinary services, animal health and welfare activities, among others.
F – Community and economic development, and housing activities	Construction of housing and infrastructure, community and economic development activities, housing management and maintenance, utilities and waste management, indigenous people self-governance, among others.
G – Civic, advocacy, political and international activities	Social advocacy, environmental conservation and animal welfare advocacy, social clubs and other member serving activities, social organizations for the elderly, political activities, political action, lobbying and similar activities, among others.
H – Philanthropic intermediaries and voluntarism promotion	Grant-making foundations and other philanthropic intermediaries and voluntarism promotion organizations.
I – Religious congregations and associations	Religious congregations and other religious associations.
J – Business, professional and labour organizations	Business and employers' associations, professional associations, labour unions, among others.
K – Professional, scientific, accounting and administrative services	Scientific research and testing services, legal and mediation services, accounting, bookkeeping and related services, public relations and related services, management and administrative services, among others.
L – Other activities	Agriculture, forestry and fishing, manufacturing, accommodation, catering and food services, trade activities, transport and storage activities, financial and insurance activities, real estate activities, among others.

Whenever possible, disaggregated information on section L – Other activities of the ICNP / TSO is presented, considering its relevance, namely in the Cooperative and Mutual Associations groups.

4. DATA SOURCES

Statistics Portugal

- National Accounts (Base 2011);
- General Register of Statistical Units;
- Survey on employers associations, unions, federations and confederations
- Survey on Mutual Associations;
- Labour Force Survey;
- Survey of Fire Brigade entities;
- Survey on environmental non-governmental organizations;

Other sources

- Detailed financial information from the General government;
- *Archeevo* data base from Secretaria-Geral of Ministry of Internal Affairs;
- General Account of the State;
- Earnings monthly declarations to social security;
- Financial statements of the cooperatives accredited by CASES;
- Information provided by the Directorate-General for Reinsertion and Prison Services;
- Simplified Business Information;
- Survey on National Scientific and Technological Potential;
- Tax and Customs Authority lists;
- Social Security lists;
- Budgets and accounts of non-profit institutions;
- Reports and accounts of non-profit institutions;
- Single Report of the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security;
- Websites of SE entities;
- Website of the Ministry of Justice (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

5. FINAL CONSIDERATIONS

The SESA should be considered as a project under development, in line with the evolution advocated by institutions of international reference such as the UN, Eurostat and CIRIEC, especially due to the updating and permanent renewal of the concepts and methodologies adopted for the compilation of information, in the context of NA, as well as the reformulation of the concept of volunteer work and the methodologies for its measurement.

Notwithstanding its relevance as a “portrait” of the SE economic dimension, SESA is only a partial view of it. In fact, the analysis of the SE relevance should not only focus on the economic component, but also the number of members / associates and beneficiaries of the services provided by these entities, the analysis of externalities, multiplier effects and impacts of their performance, namely in the reduction of poverty and social inequalities in the national territory, among other possible analysis views, that go beyond the scope of this Satellite Account.

In order to deepen the knowledge about the SE units, Statistics Portugal recently launched the “Survey on the Social Economy Sector”, which intends to characterize this sector, answering questions such as: What are the activities developed by these entities? What is the internal composition of these entities? What relation these entities have with public and private sector entities? What is the labour relationship model adopted by these entities? What role does volunteering play in the direction and development of the activity of these entities? What is the qualification and average wage level of employees, and managers of these entities?

The results of this new statistical operation are expected to be released in the last quarter of 2019.

INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO
SURVEY ON VOLUNTEER WORK
2018

INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Carla Ventura

Vice-Presidente da CASES

A CASES é uma cooperativa de interesse público, uma entidade do setor da economia social com acentuada participação do Estado, que tem por missão promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram. A par dessa missão, em 2017 viu as suas competências alargadas à prossecução de políticas na área do voluntariado.

No universo do voluntariado, cabe às organizações encontrarem os seus caminhos, com o mínimo de interferência por parte do setor público – respeitando-se assim a autonomia do voluntariado e dos seus representantes –, e onde a intervenção do setor público deverá ser criteriosa, e o relacionamento com o Estado marcado pelo respeito mútuo, em regime de parceria aberta.

Se atendermos a que o setor da economia social é o setor onde a prática de voluntariado formal tem a sua maior expressão, fica evidenciada, quer a interligação profunda que existe entre estes dois universos, quer a deliberada intenção de que a intervenção do Estado se mantenha criteriosa ao atribuir à CASES as competências de prossecução de políticas na área do voluntariado.

Respeitando essa separação clara entre o Estado e as organizações do voluntariado, a CASES pode e deve ser o elo de ligação e de convergência entre o setor público e o setor da economia social.

Com a atribuição das novas competências, a CASES, a par de tarefas operacionais – como a migração de dados e processos ou a criação de uma nova imagem gráfica –, começou por desenvolver contactos com diferentes parceiros privilegiados na área do voluntariado, entre eles a Confederação Portuguesa do Voluntariado, no sentido de sinalizar as necessidades e eventuais constrangimentos sentidos no desenvolvimento da atividade de voluntariado.

Uma das questões identificadas prendeu-se com a avaliação da necessidade de adequação das normas legais em vigor às práticas e desafios hoje colocados ao voluntariado. Esse trabalho de avaliação, que arrancou com um encontro realizado entre diversas organizações de referência na área, apontou para uma alteração do diploma de regulamentação da Lei de Bases, processo que se encontra a ser ultimado. Foi igualmente identificada como necessidade a promoção de medidas que contribuam para que o trabalho voluntário não só prossiga, como ganhe, inclusive, um maior dinamismo e um maior reconhecimento.

Cabendo à CASES promover essas medidas e disponibilizar os mecanismos que se revelem necessários para a promoção da prática do voluntariado, foram desenhadas e implementadas três medidas essenciais para a consolidação, expansão e qualificação do voluntariado:

- Uma plataforma – Portugal Voluntário – que visa facilitar o encontro entre quem quer desenvolver ações de voluntariado e as organizações que as promovem;
- Apoio financeiro direcionado às organizações promotoras de ações de voluntariado com o objetivo de poderem fazer face às despesas decorrentes dos seguros dos voluntários que enquadram;
- Uma linha de financiamento de ações de formação e sensibilização na área do voluntariado.

A Plataforma Portugal Voluntário, sendo essencialmente um ponto de encontro entre a oferta e a procura, constitui-se também como ferramenta de agilização e facilitação do desenvolvimento das ações de voluntariado. Nesta plataforma, os voluntários e organizações promotoras podem, igualmente, encontrar, de forma agregada, a informação necessária para a sua atividade de voluntariado: o quadro legal de enquadramento; as respostas e produtos de seguro existentes;

os apoios disponíveis; ou o modelo de programa de voluntariado, ajustável às ações que se pretendem desenvolver.

A Plataforma reserva ainda – e este será o seu traço distintivo –, um espaço específico para os Bancos Locais de Voluntariado os quais resultam, na generalidade, de parcerias com as autarquias. Dado o papel incontornável que estas estruturas têm tido na promoção e expansão local do voluntariado, a plataforma Portugal Voluntário oferece um espaço para que estas entidades agregadoras possam fazer a gestão dos processos que acompanham, podendo registar voluntários ou organizações promotoras e fazer o acompanhamento das ações. Trata-se, assim, de uma ferramenta que tornará mais ágeis as suas funções.

Para além da Plataforma, foi criada e lançada a medida Apoio ao Voluntariado, que tem como objetivo central potenciar o desenvolvimento de um voluntariado de continuidade, com qualidade, consciente e responsável.

Cofinanciada pelo Portugal 2020 e com candidaturas a decorrer até final de dezembro de 2019, esta medida consiste num apoio financeiro direcionado às organizações promotoras de ações de voluntariado no domínio da ação social, para poderem fazer face às despesas em que incorrem com os seguros de acidentes pessoais e responsabilidade civil dos voluntários que enquadram. Para garantir que todas as pessoas, independentemente da idade, possam fazer voluntariado em condições protegidas, foi negociada e promovida a criação de um produto de seguro dirigido a voluntários, sem limite de idade, que veio permitir que pessoas com mais de 70 anos possam exercer o seu direito de fazer voluntariado nas mesmas condições de segurança que os demais voluntários com idade inferior, situação que até agora não se verificava.

A par da disponibilização de mecanismos de dinamização e qualificação do voluntariado, outra das preocupações sinalizadas prende-se com a necessidade de reforçar a capacitação e o reconhecimento desta atividade.

Tendo em vista dar resposta a esta necessidade foi lançada uma linha de financiamento, de fonte comunitária, que tem como objetivo central promover a qualificação do trabalho voluntário, desde logo na vertente de capacitação dos voluntários – no que respeita à informação sobre os seus direitos e deveres, à consciencialização e preparação para a relação, quer com os técnicos nas organizações que promovem as ações, quer com o público-alvo das ações de

voluntariado – mas, igualmente, na vertente de capacitação das organizações promotoras de ações de voluntariado para uma melhor gestão dos voluntários e para um maior reconhecimento do seu trabalho.

São milhares as pessoas que diariamente se dedicam ao trabalho voluntário, estando sempre disponíveis, pela sua própria iniciativa ou das organizações com as quais se identificam, para defenderem causas comuns, provocando nas comunidades onde atuam transformações sociais significativas na promoção da cidadania.

Enquanto promotor de práticas comunitárias, o voluntariado tem um papel decisivo no reforço da coesão social e na consolidação do regime democrático e da cidadania, aproximando os cidadãos em torno de causas comuns, solidárias e integradoras do indivíduo na vida coletiva, por isso mesmo, o voluntariado tem assumido um espaço próprio enquanto medida de ação política. Mas para o desenho de medidas, para uma definição ajustada de estratégias de intervenção, é essencial o conhecimento do universo de intervenção. E o conhecimento do universo do voluntariado é hoje possível com os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário.

Estes resultados possibilitarão desenhar medidas de política mais ajustadas e respostas mais adequadas à nossa realidade, tendo sempre presente o princípio da autonomia do voluntariado e dos seus representantes. Políticas públicas que regulem, apoiem, mas que não restrinjam esta atividade que se constitui como um dos mecanismos mais promissores de solidariedade social, porventura, até socialmente mais generoso do que as solidariedades comunitárias, na medida em que extravasa os quadros da relação familiar e de vizinhança, assumindo uma dimensão de cidadania mais profunda.

Relembro as palavras de Kofi Annan que, enquanto Secretário Geral das Nações Unidas, referiu que praticar o voluntariado permite que as pessoas comuns levem a cabo tarefas extraordinárias.

Cabe à CASES a missão de contribuir para o reforço das condições que dinamizem e qualifiquem esta atividade levada a cabo por gente extraordinária. Missão que será facilitada pelos resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário.

SURVEY ON VOLUNTARY WORK

Carla Ventura
CASES Vice-President

CASES is a public interest cooperative, an entity of the social economy sector with strong state participation, whose mission is to promote the strengthening of the social economy sector, deepening the cooperation between the State and its member organizations. Alongside this mission, in 2017 its competences were extended to the pursuit of policies in the area of voluntary work.

In the world of voluntary work, it is up to organizations to find their way, with minimal interference from the public sector – thus respecting the autonomy of voluntary work and its representatives – and where public sector intervention should be judicious, and the relationship with the state marked by mutual respect, in an open partnership regime.

If we consider that the social economy sector is the sector where the practice of formal voluntary work has its greatest expression, it is evident, both the deep interconnection that exists between these two universes, and the deliberate intention of State's intervention in continuing to give CASES the competence to pursue policies in the area of voluntary work.

Respecting this clear separation between the state and voluntary organizations, CASES can and should be the link and convergence vehicle between the public sector and the social economy sector.

With the assignment of new competences, CASES, along with operational

tasks – such as migrating data and processes or creating a new graphic image – began developing contacts with different privileged partners in the area of voluntary work, including the Portuguese Voluntary Work Confederation, in order to signal the needs and eventual constraints felt in the development of the voluntary work activity.

One of the issues identified concerned the assessment of the need to adapt existing legal rules to the practices and challenges posed today to voluntary work. This evaluation work, which began with a meeting between several leading organizations in the area, pointed to a change in the Framework Law regulation legal documents, a process that is being finalized. It was also identified as a necessary to promote measures that contribute to the voluntary work, not only to be continued, but also to gain more dynamism and greater recognition.

Being responsibility of CASES the promotion of these measures and provision of the necessary mechanisms to promote the practice of voluntary work, three essential measures for the consolidation, expansion and qualification of voluntary work were designed and implemented:

- A platform – Portugal Volunteer – which aims to facilitate the meeting between those who want to develop volunteer actions and the organizations that promote them;
- Financial support directed to organizations that promote voluntary work actions in order to be able to cover the expenses arising from the insurance of those volunteers who qualify;
- A funding line for training and awareness raising in the area of voluntary work.

The Portugal Volunteer Platform, being essentially a meeting point between supply and demand, is also a tool for speeding up and facilitating the development of voluntary work actions. In this platform, volunteers and promotion organizations can also find, in aggregate, the information necessary for their voluntary work activities: the legal framework; existing insurance products and answers; the available supports; or the volunteer program model, adjustable to the actions to be developed.

The Platform also reserves - and this will be its distinctive feature - a specific space for Local Volunteer Banks, which are generally the result of

partnerships with local authorities. Given the unavoidable role that these structures have played in the local promotion and expansion of voluntary work, the *Portugal Voluntário* platform offers a space for these aggregating entities to manage the processes they follow, and can register volunteers or promotion organizations and monitor the actions. Thus, it is a tool that will make its functions more agile.

In addition to the Platform, the Voluntary Work Support measure was created and launched, which aims to foster the development of quality, conscious and responsible continuity volunteering.

Co-funded by Portugal 2020 and with applications running until the end of December 2019, this measure is a financial support directed to organizations promoting voluntary actions in the field of social action, in order to cover the expenses incurred by personal accident and civil liability insurance of the volunteers.

To ensure that all people, regardless of age, can do voluntary work in protected conditions, the creation of a voluntary, age-limit insurance product has been negotiated, enabling people over 70 to exercise their right to do voluntary work under the same safety conditions as other underage volunteers, a situation that had not been the case so far.

In addition to the availability of mechanisms for the promotion and qualification of voluntary work, another of the concerns highlighted is the need to strengthen training and recognition of this activity.

In order to respond to this need, a Community-based funding line has been launched with the central objective of promoting the qualification of voluntary work, beginning by training of volunteers - as regards information on their rights and obligations, awareness raising and preparation for the relationship, both with the technicians in the organizations that promote the actions, and with the target public of the voluntary work actions - but, equally, in the capacity of the organizations that promote voluntary work actions for a better volunteer management and greater recognition of their work

There are thousands of people who volunteer daily and are always available, on their own initiative or from the organizations with which they identify, to defend common causes, generating significant social transformations in the promotion of citizenship in the communities where they act.

As a promoter of community practices, voluntary work plays a decisive

role in strengthening social cohesion and in the consolidation of the democratic regime and citizenship, bringing citizens closer together when speaking of common, solidary and other causes that integrate the individual in collective life. Voluntary work has taken on a space of its own as a measure of political action. But for the design of measures, for an adjusted definition of intervention strategies, knowledge of the universe of intervention is essential. And knowledge of the universe of voluntary work is now possible with the results of the Voluntary Work Survey.

These results will make possible to design more tailored policy measures and more appropriate responses to our reality, always bearing in mind the principle of autonomy of voluntary work and its representatives. Public policies that regulate, support, but do not restrict this activity, which in itself constitutes one of the most promising mechanisms of social solidarity, may even be more socially generous than community solidarity, as it goes beyond the framework of family relations and neighborhood, taking on a deeper citizenship dimension.

I recall the words of Kofi Annan who, as Secretary-General of the United Nations, said that practicing voluntary work allows ordinary people to perform extraordinary tasks.

CASES has the mission of contributing to the strengthening of the conditions that make and qualify this activity carried out by extraordinary people. Mission that will be facilitated by the results of the Voluntary Work Survey.

EM 2018, 695 MIL PESSOAS COM 15 OU MAIS ANOS PARTICIPARAM EM ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS SEM REMUNERAÇÃO

Por ocasião da divulgação da Conta Satélite da Economia Social de 2016, o INE apresenta também os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV 2018).

O ITV 2018 constituiu um módulo autónomo do Inquérito ao Emprego referente ao 3º trimestre de 2018. Incidiu sobre variáveis fundamentais para a caracterização do voluntariado, nomeadamente o número de voluntários, características sociodemográficas, enquadramento institucional, tipo de tarefa e número de horas de trabalho dedicadas.

Relembre-se que em 2013 o INE divulgou os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012 (ITV 2012), que constituiu um inquérito piloto.

Os resultados dos dois inquéritos (ITV 2012 e ITV 2018) não são totalmente comparáveis, fundamentalmente devido a alterações na metodologia internacional de referência (v. notas metodológicas). Com efeito, o conceito de trabalho voluntário (informal) deixou de incluir todas as atividades em prol de indivíduos com uma relação familiar.

Esta publicação encontra-se organizada da seguinte forma:

1. Principais resultados
2. Análise sociodemográfica
3. Análise dos domínios de atividade e contexto organizacional
4. Análise regional
5. Comparações internacionais (trabalho voluntário formal)
6. Horas trabalhadas e valorização do trabalho voluntário
7. Trabalho voluntário da Economia Social.

Além da presente publicação, encontram-se disponíveis para consulta na página eletrônica do INE, na área dedicada às Contas Nacionais (Secção das Contas Satélite), um conjunto de quadros, com informação adicional sobre o ITV 2018, bem como uma infografia.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO ITV 2018

Em 2018, a taxa de voluntariado, isto é, a percentagem da população residente com 15 ou mais anos que participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, foi de 7,8%, o equivalente a cerca de 695 mil voluntários. A taxa de voluntariado formal cifrou-se em 6,4%, enquanto a taxa de voluntariado informal foi de 1,5%.

A taxa de voluntariado feminina foi superior à masculina (8,1% *vs.* 7,6%).

O escalão etário com maior taxa de voluntariado foi o dos 15-24 anos (11,3%), seguido dos 25-44 (8,6%), 45-64 anos (8,3%) e dos maiores de 64 anos (4,6%).

A participação no trabalho voluntário aumenta progressivamente com o nível de escolaridade, tendo-se observado que a taxa de voluntariado foi de 15,1% para os indivíduos com ensino superior.

A taxa de voluntariado foi maior na população desempregada (10,5%), seguindo-se a população empregada (8,8%) e os inativos (6,3%).

Traçando um perfil sociodemográfico sintético do voluntário, poderá afirmar-se que, nas atividades de trabalho voluntário formal, destacaram-se os indivíduos mais jovens, desempregados, com níveis de escolaridade mais elevados, do sexo feminino e solteiros. No trabalho voluntário informal prevaleceram indivíduos em escalões etários mais elevados, com níveis de escolaridade elevados, desempregados, do sexo feminino e divorciados/separados.

As taxas de voluntariado regionais oscilaram entre 5,5% na Região Autónoma dos Açores e 8,9% na região Centro.

O voluntariado formal foi sobretudo direcionado para os serviços sociais (36,2%), as organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio (15,7%) e da religião (15,7%).

Enquanto no voluntariado formal as principais tarefas foram equivalentes às de técnicos e profissões de nível intermédio (34,5%), no voluntariado informal predominaram as tarefas equivalentes às de trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (49,3%).

Estima-se que as horas trabalhadas no âmbito de ações de voluntariado tenham correspondido, em 2018, a cerca de 2,9% do total das horas trabalhadas.

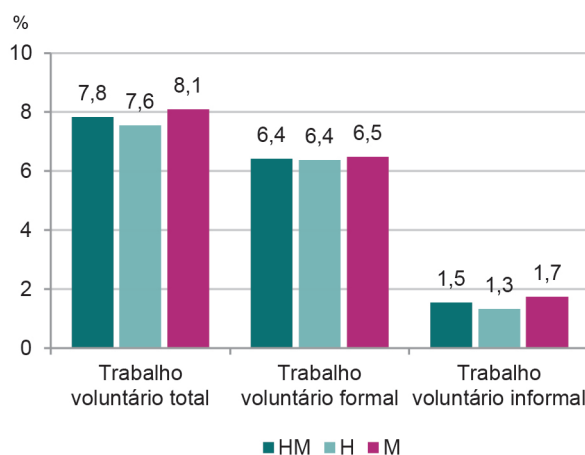
Recorrendo a diferentes metodologias habitualmente utilizadas internacionalmente para a valorização do trabalho voluntário não remunerado, obtiveram-se valores entre 0,4% e 0,8% do PIB nacional em 2018.

2. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

Em 2018, 7,8% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, representando aproximadamente 695 mil voluntários.

Cerca de 82% do total de voluntários realizaram uma atividade voluntária através de uma organização ou instituição, isto é, participaram em atividades de trabalho voluntário formal, equivalendo a 6,4% da população residente com 15 ou mais anos.

Gráfico n.º 1
Taxa de voluntariado (%), por sexo e tipo de trabalho voluntário



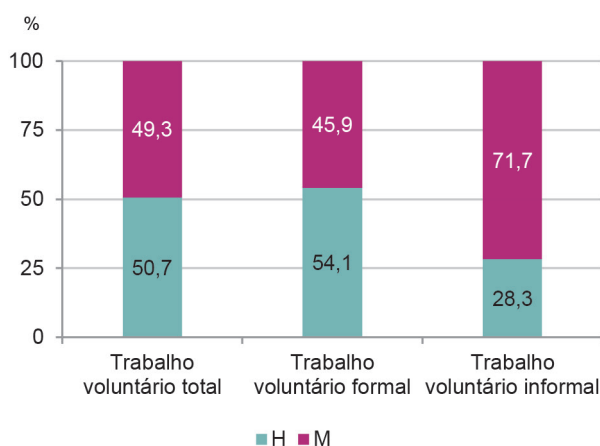
A percentagem de mulheres que realizaram trabalho voluntário foi superior à dos homens (55,0% vs. 45,0%), o que correspondeu a cerca de 382,3 mil mulheres envolvidas em, pelo menos, uma atividade de trabalho voluntário.

A taxa de voluntariado das mulheres (8,1%) foi superior à dos homens (7,6%), tanto no contexto formal (6,5% vs. 6,4%), como no contexto informal (1,7% vs. 1,3%).

Contudo, os homens asseguraram um total de horas de trabalho voluntário ligeiramente superior ao das mulheres (50,7% vs. 49,3%). No entanto, a importância relativa das horas de voluntariado das mulheres foi dominante no trabalho voluntário informal (71,7%).

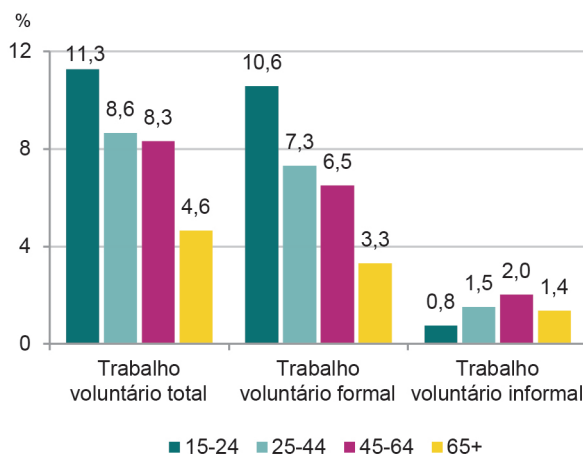
A taxa de voluntariado formal, cujo âmbito não foi afetado pela alteração de conceito referida anteriormente, aumentou de 5,9%, em 2012, para 6,4%, em 2018. Este crescimento foi mais acentuado na taxa de voluntariado formal masculina (5,7% em 2012 vs. 6,4% em 2018) do que na feminina (6,2% em 2012 vs. 6,5% em 2018).

Gráfico n.º 2
Distribuição (%) das horas de trabalho voluntário, por sexo e tipo de trabalho voluntário



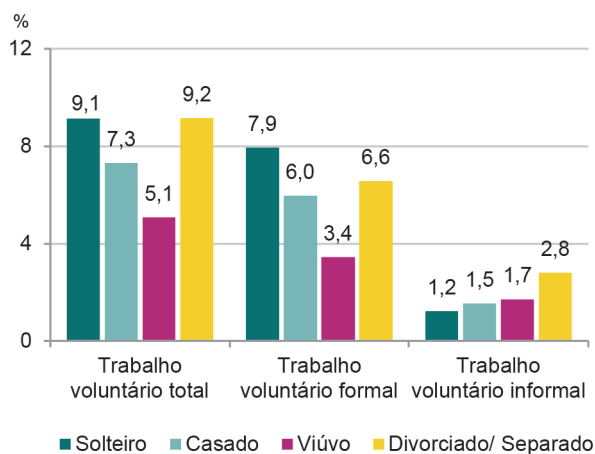
A taxa de voluntariado foi decrescente com a idade: 11,3% no escalão dos 15-24 anos, 8,6% nos 25-44 anos, 8,3% para os 45-64 anos e 4,6% nos 65 ou mais anos. Este comportamento reflete a distribuição observada no voluntariado formal, uma vez que no trabalho voluntário informal a distribuição foi distinta, sendo superior no escalão 45-64 anos.

Gráfico n.º 3
Taxa de voluntariado (%), por escalão etário e tipo de trabalho voluntário



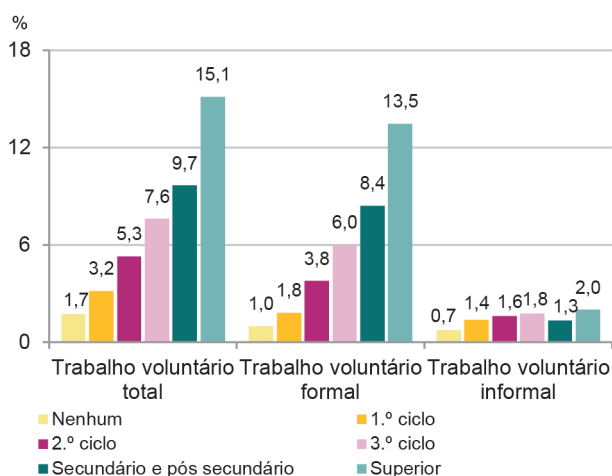
A taxa de voluntariado por estado civil foi superior nos indivíduos divorciados ou separados (9,2%), seguida dos solteiros (9,1%), casados (7,3%) e viúvos (5,1%).

Gráfico n.º 4
Taxa de voluntariado (%), por estado civil e tipo de trabalho voluntário



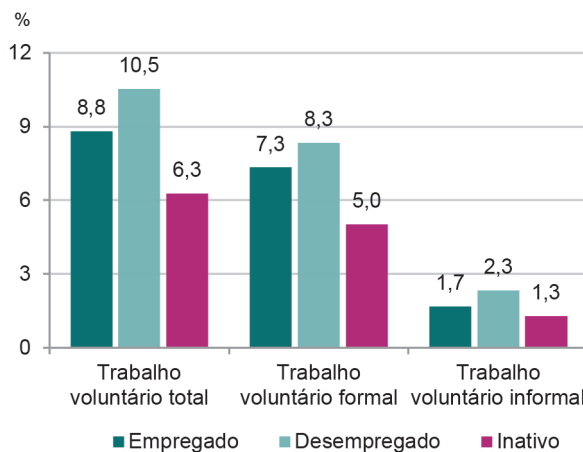
De uma maneira geral, a taxa de voluntariado variou positivamente com o nível de escolaridade, particularmente no que se refere ao trabalho voluntário formal. A taxa mais baixa foi observada nos voluntários sem escolaridade (1,7%). No extremo oposto, a taxa mais elevada foi observada nos indivíduos com nível de escolaridade superior (15,1%).

Gráfico n.º 5
Taxa de voluntariado (%), por nível de escolaridade e tipo de trabalho voluntário



A taxa de voluntariado foi mais elevada na população desempregada (10,5%), seguindo-se a da população empregada (8,8%) e a da população inativa (6,3%).

Gráfico n.º 6
Taxa de voluntariado (%), por situação no emprego e tipo de trabalho voluntário



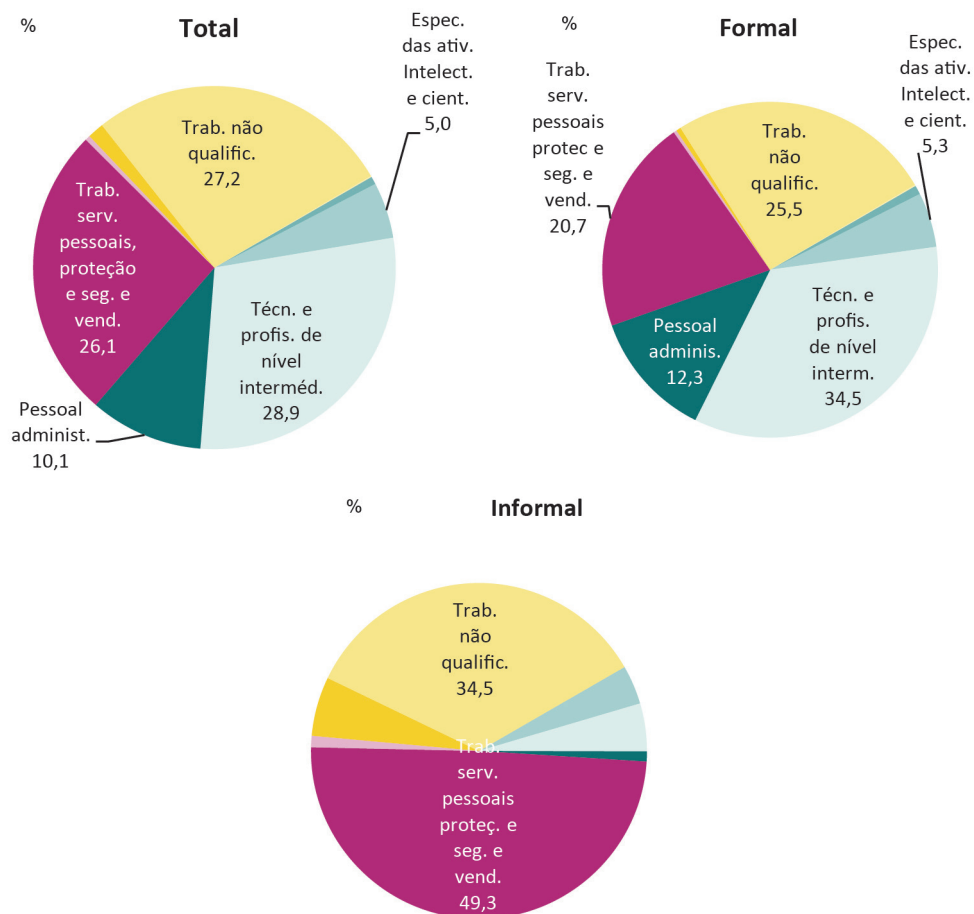
3. DOMÍNIOS DE ATIVIDADE E CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Tendo como referência a Classificação Portuguesa de Profissões (CPP), é possível agrupar as atividades desenvolvidas pelos voluntários consoante as diferentes tarefas desempenhadas.

As principais tarefas dos voluntários centraram-se em atividades equivalentes às das seguintes profissões:

- Técnicos e profissões de nível intermédio (28,9%), onde se destacam as tarefas equiparadas às dos organizadores de conferências e eventos, dos representantes comerciais e dos membros de ordens religiosas e técnicos de apoio religioso, entre outros exemplos;
- Trabalhadores não qualificados (27,2%), onde se destacam as tarefas equivalentes às dos embaladores manuais da indústria transformadora (v.g. colaboração em atividades de recolha de bens alimentares), dos estafetas, bagageiros e distribuidores e dos trabalhadores de limpeza em casas particulares, entre outros;
- Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (26,1%), onde se destacam as tarefas equivalentes às do pessoal de companhia e ajudantes de quarto, dos auxiliares de cuidados de crianças, dos ajudantes familiares, dos prestadores de cuidados a animais e dos bombeiros, entre outros.

Gráficos n.º 7, 8 e 9
Distribuição (%) das tarefas de voluntariado de acordo
com Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)

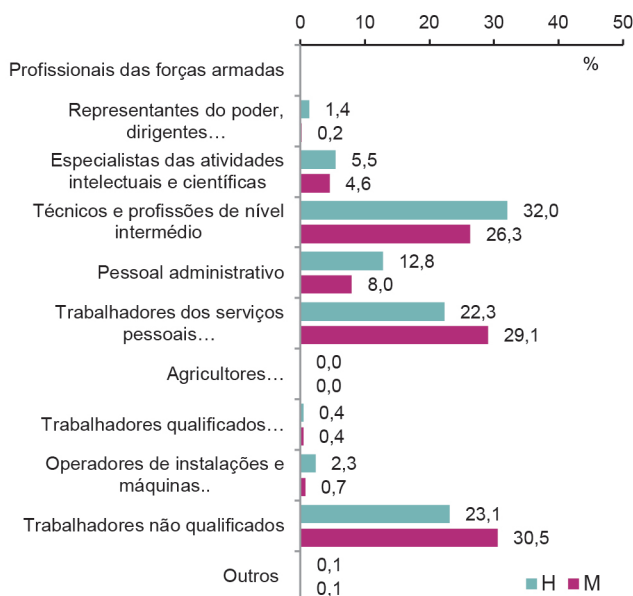


Considerando apenas o trabalho voluntário formal, verificou-se uma relevância significativa de tarefas equivalentes a atividades de técnicos e profissões de nível intermédio (34,5%). De salientar que, naturalmente, apenas neste tipo de voluntariado existiram atividades relacionadas com representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (0,9%).

No voluntariado informal, quase metade do total de tarefas reportadas foram equivalentes às de trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (49,3%).

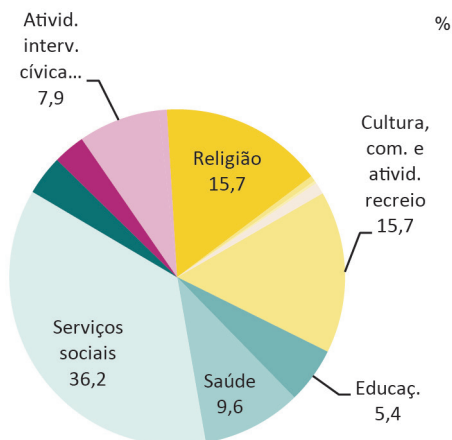
Analisando o tipo de tarefa por sexo, observou-se que a maioria das tarefas realizadas por mulheres se concentraram em atividades equivalentes às dos trabalhadores não qualificados (30,5%), enquanto nos homens se evidenciaram as tarefas equivalentes às dos técnicos e profissões de nível intermédio (32,0%).

Gráfico n.º 10
Distribuição (%) das tarefas de voluntariado, por sexo
e por Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)



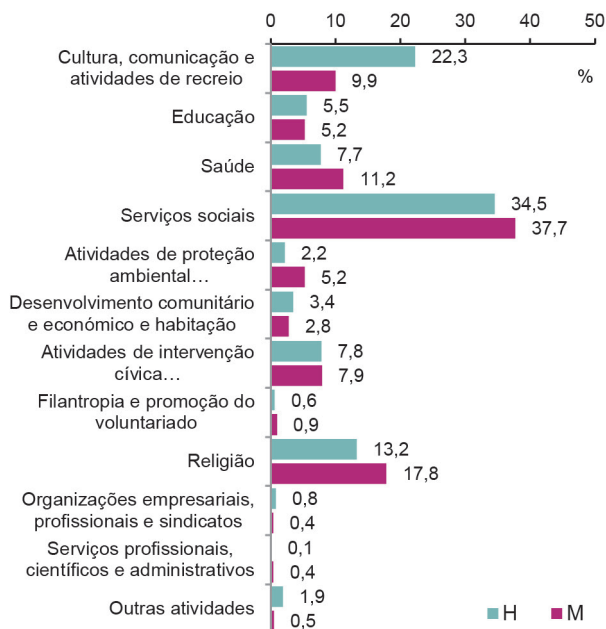
Em termos de contexto organizacional, o voluntariado formal concentrou-se em organizações que atuam na área dos serviços sociais (36,2% do total de voluntários formais), da cultura, comunicação e atividades de recreio e da religião (congregando cada uma destas categorias cerca de 15,7% do total de voluntários formais).

Gráfico n.º 11
Distribuição (%) do total de voluntários formais, de acordo com a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)



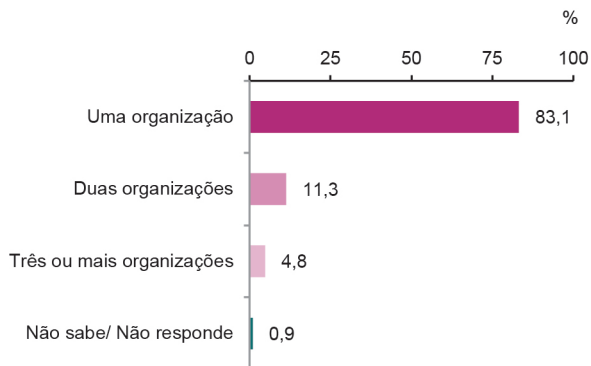
Analisando a distribuição dos voluntários por tipo de organização e por sexo verifica-se que o trabalho voluntário formal de homens e mulheres teve lugar em contextos organizacionais e áreas com algumas diferenças: no caso feminino concentrou-se essencialmente nos serviços sociais (37,7%), na religião (17,8%) e na saúde (11,2%). Já o trabalho voluntário masculino foi igualmente dirigido para os serviços sociais (34,5% do total de voluntários formais), seguindo-se as organizações com intervenção na cultura, comunicação e atividades de recreio (22,3%) e na religião (13,2%).

Gráfico n.º 12
Distribuição (%) de voluntários formais, de acordo com a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) e por sexo



A esmagadora maioria dos voluntários que realizaram trabalho voluntário formal desempenhou funções apenas numa organização (83,1%).

Gráfico n.º 13
Distribuição (%) de voluntários formais, de acordo com o número de organizações
para as quais realizaram trabalho voluntário

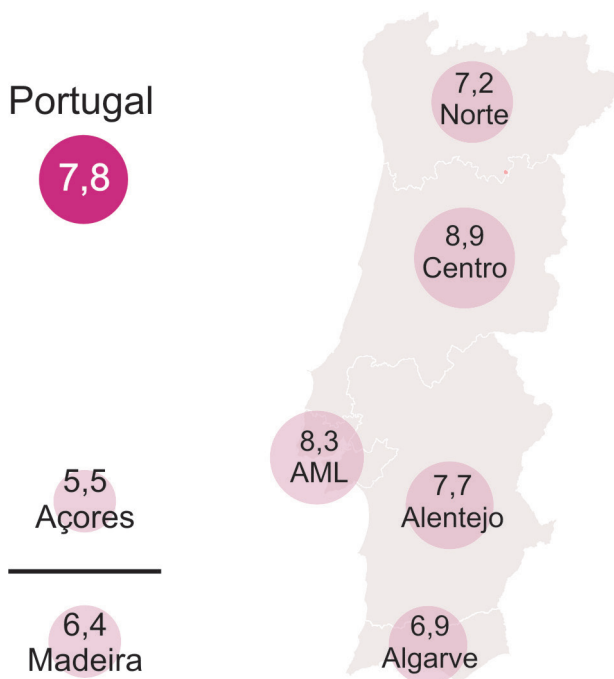


4. ANÁLISE REGIONAL

Refletindo em grande medida a distribuição regional da população, a região Norte concentrou quase um terço do total de voluntários (32,4%), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (28,3%), Centro (25,1%), Alentejo (6,8%), Algarve (3,7%), Região Autónoma da Madeira (2,0%) e, com a menor concentração, a Região Autónoma dos Açores (1,6%).

Nas taxas de voluntariado por região NUTS II, observou-se que duas regiões apresentaram taxas de voluntariado acima da média do país (7,8%): a região Centro (8,9%) e a Área Metropolitana de Lisboa (8,3%). As taxas de voluntariado mais baixas observaram-se nas Regiões Autónomas dos Açores (5,5%) e da Madeira (6,4%).

Figura n.º 1
Taxa de voluntariado (%), por NUT II



A taxa de voluntariado formal foi superior à taxa de voluntariado informal em todas as regiões do país.

5. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

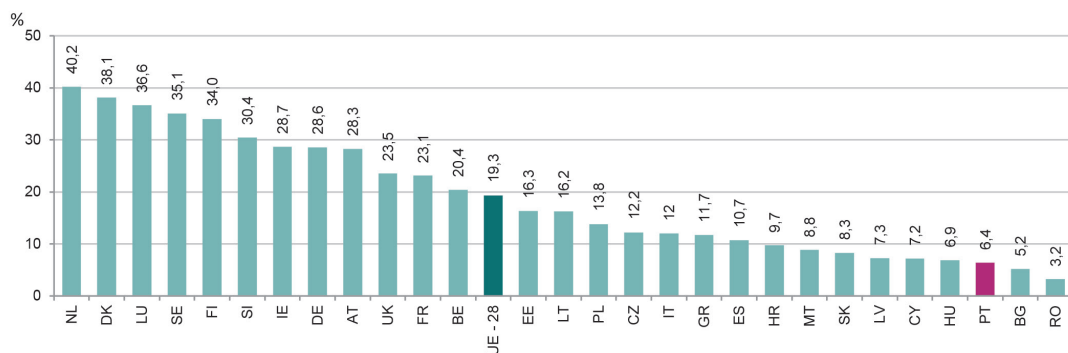
A comparabilidade internacional dos dados sobre trabalho voluntário é dificultada pela inexistência de metodologias harmonizadas e de informação para o mesmo período de referência.

Em 2015, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) incluiu um módulo sobre participação social e cultural, no âmbito do qual se questionou a participação em atividades de voluntariado e de cidadania ativa. Esta fonte de informação foi considerada como referência possível para a comparação internacional da taxa de voluntariado formal, pela sua abrangência e atualidade.

As taxas de voluntariado formal mais elevadas foram observadas no norte da Europa, com destaque para a Holanda (40,2%) e a Dinamarca (38,1%). No extremo oposto, surgem a Roménia (3,2%) e a Bulgária (5,2%).

Portugal, considerando os dados do ITV 2018¹, antecedeu a Bulgária, com uma taxa de voluntariado formal de 6,4%, distante da média da UE-28 (19,3%).

Gráfico n.º 14
Taxa (%) de voluntariado formal em países da União Europeia (UE-28)



Fontes: INE (PT) e Eurostat (demais países)

Esta posição relativa do país poderá ser explicada, em parte, pela cultura de participação em atividades de trabalho voluntário organizadas coletivamente e pelas suas condições socioeconómicas. Recorde-se a este respeito o referido anteriormente: que não é considerado, no trabalho voluntário, o apoio a familiares nem os serviços domésticos no âmbito do agregado familiar.

O gráfico 15 apresenta a correlação positiva entre o grau de desenvolvimento económico do país e a sua taxa de voluntariado formal.

Por outro lado, a relação entre o nível de escolaridade e a taxa de voluntariado formal não é muito evidente. Com efeito, em países como o Chipre (7,2%) ou Lituânia (16,2%), a conclusão de níveis de ensino terciário não parece estar necessariamente associada a taxas de voluntariado formal mais elevadas.

(1) No ICOR 2015, a taxa de voluntariado formal foi de 9,0%.

Gráfico n.º 15
Taxa de voluntariado formal (%) e PIB per capita PPC (% face à UE 28) na UE 28

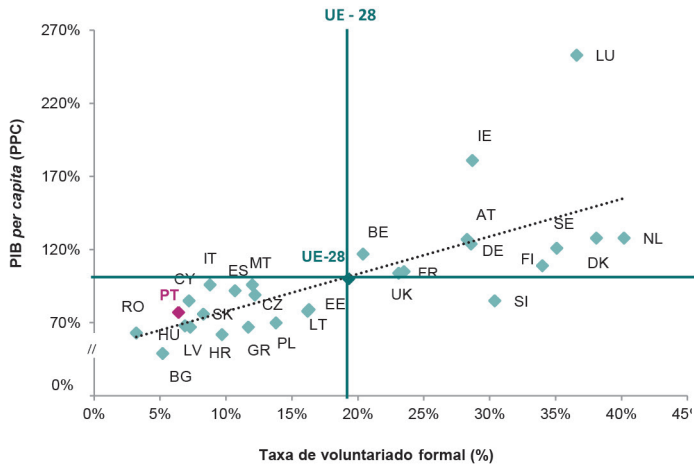
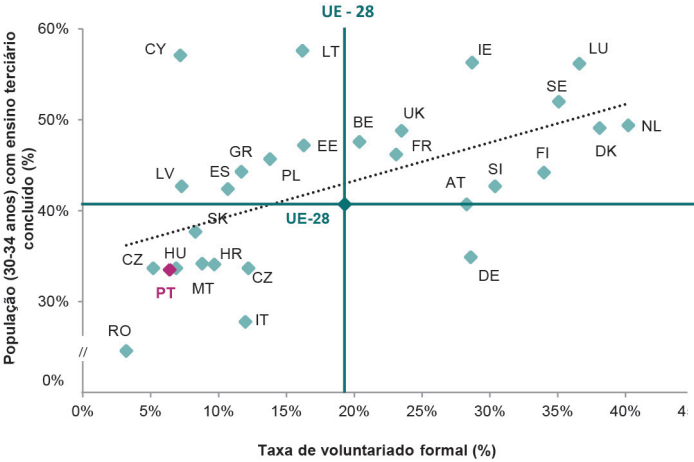


Gráfico n.º 16
Taxa de voluntariado formal (%) e percentagem da população (30-34 anos) com ensino terciário concluído (%) na UE 28



Fontes: ITV 2018 (PT) e EU-SILC/ ICOR 2015 (demais países); Eurostat (PPC e Educação Terciária)

6. HORAS TRABALHADAS E VALORIZAÇÃO

Estima-se que, em 2018, foram dedicadas 263,7 milhões de horas a trabalho voluntário. Tendo como referência as Contas Nacionais, as horas de trabalho voluntário equivaleram a 2,9% do total de horas trabalhadas na economia Portuguesa.

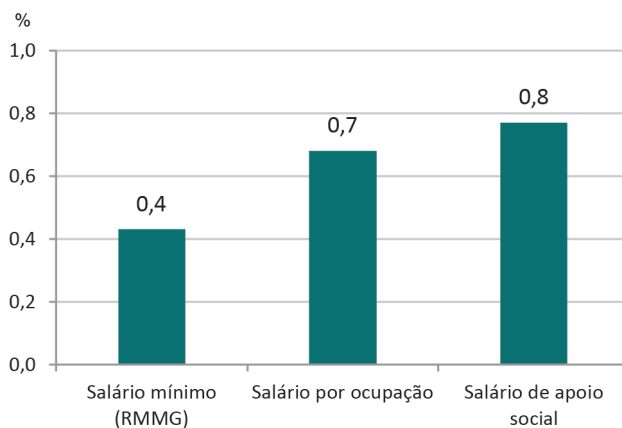
Em média, a população total residente com 15 ou mais anos dedicou aproximadamente 32 horas por mês a trabalho voluntário, sendo a média mensal do voluntariado formal (34 horas) superior à observada no voluntariado informal (21 horas).

Tendo como objetivo dispor de uma valorização económica do total de horas de trabalho voluntário, estimaram-se diferentes cenários baseados em metodologias recomendadas a nível internacional. Esses cenários basearam-se nas seguintes hipóteses de valorização: retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo nacional); “salário por ocupação profissional”; e “salário de apoio social” (v. notas metodológicas).

A valorização do total de horas de trabalho voluntário apresentou, assim, os seguintes resultados:

- Retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo): 870,2 milhões de euros, o que representou 0,4% do PIB em 2018;
- Salário por “ocupação profissional”: 1 366,8 milhões de euros, representando 0,7% do PIB em 2018;
- Salário de “apoio social”: 1 555,8 milhões de euros, correspondendo a 0,8% do PIB em 2018.

Gráfico n.º 17
Valorização económica do trabalho voluntário (% do PIB)



7. O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ECONOMIA SOCIAL

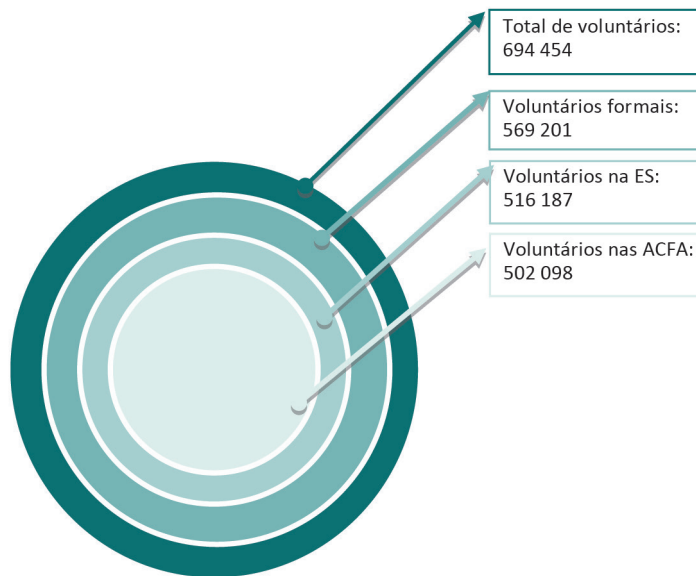
O trabalho voluntário constitui um recurso fundamental para as entidades da Economia Social (ES).

Considerando que os períodos de referência do ITV e da 3.^a edição da Conta Satélite da Economia Social são distintos (2018 e 2016, respetivamente), a análise do trabalho voluntário tem subjacente a hipótese que não se terá alterado substancialmente a estrutura da ES.

Sob esta hipótese, estima-se que, em 2018, cerca de 516 mil indivíduos tenham desenvolvido ações de voluntariado em entidades da ES, o que corresponde, aproximadamente, a 90,7% do total de voluntários formais e a 74,3% do total de voluntários. No ITV relativo a 2012 foram estimados 483 mil indivíduos (cerca de 90% do trabalho voluntário formal).

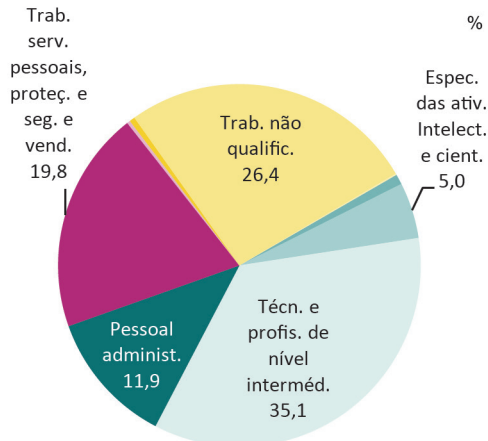
Destes 516 mil indivíduos, cerca de 502 mil deverão ter participado em ações de voluntariado em Associações com Fins Altruísticos (ACFA).

Figura n.º 2
Número de voluntários: total, formais, em entidades da Economia Social
e em Associações com Fins Altruísticos (ACFA)



Dado o peso da ES no trabalho voluntário formal, a distribuição por tarefas será semelhante ao total: as principais tarefas reportadas pelos voluntários em entidades da Economia Social concentraram-se em funções equivalentes às de técnicos e profissões de nível intermédio (35,1%), seguidas pelas funções equivalentes às dos trabalhadores não qualificados (26,4%) e, ainda, pelas equivalentes às dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (19,8%).

Gráfico n.º 18
Distribuição (%) das tarefas de voluntariado em entidades da Economia Social,
Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)



O maior número de voluntários em entidades da ES concentrou-se essencialmente nos serviços sociais (39,8%), seguindo-se as organizações da religião (17,3%) e as da cultura, comunicação e atividades de recreio (16,5%), observando-se um aumento da importância relativa destas organizações, face aos valores registados no total de voluntariado formal.

Gráfico n.º 19
Distribuição (%) dos voluntários em entidades da Economia Social, de acordo
com a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



Em 2018, estima-se que foram dedicadas 214,5 milhões de horas a trabalho voluntário em entidades da ES, que representaram aproximadamente 2,3% do total de horas trabalhadas a nível nacional nesse mesmo ano.

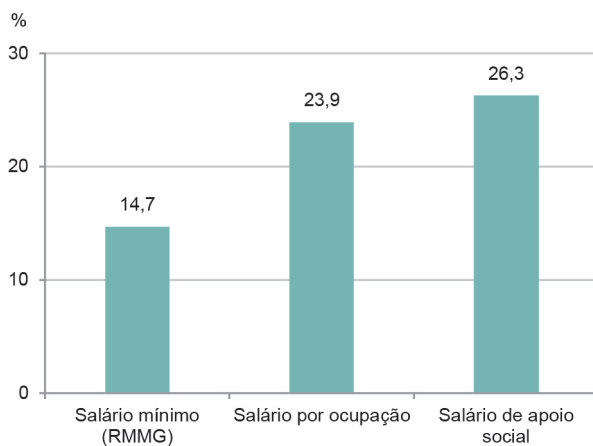
Tomando ainda como referência o total de horas trabalhadas nas Contas Nacionais e os equivalentes a tempo completo (ETC) associados, foi possível estimar que o trabalho voluntário, expresso em ETC, equivale a 45,9% do emprego da ES (ETC), ilustrando, deste modo, a relevância deste recurso para as organizações da ES.

Aplicando uma variante da valorização do trabalho voluntário em entidades da ES (comparando com o VAB da ES e não com o PIB) foram obtidos os seguintes resultados:

- Retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo): 707,8 milhões de euros, o que correspondeu a 14,7% do total de VAB da ES estimado pela Conta Satélite da Economia Social (CSES) 2016;
- Salário por “ocupação profissional”: 1 152,5 milhões de euros, representando 23,9% do total de VAB da ES estimado pela CSES 2016;

- Salário de “apoio social”: 1 265,4 milhões de euros, correspondendo a 26,3% do total de VAB da ES estimado pela CSES 2016.

Gráfico n.º 20
Valorização económica do trabalho voluntário (% do VAB) em entidades da Economia Social



NOTAS METODOLÓGICAS

1. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

O ITV 2018 teve como referência metodológica o “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*” (2018), das Nações Unidas, que contempla a “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” da “*2013 International Conference of Labour Statisticians*” (2013 ICLS Resolution I), bem como a *International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO). Este manual foi a base para a elaboração de uma versão simplificada do questionário preconizado, para a formulação das definições específicas, bem como para as questões do módulo de recolha da informação pretendida, processo realizado conjuntamente com a recolha do 3.º trimestre de 2018 do IE.

Recorde-se que o ITV 2012 tinha tido como principal referência metodológica o “*Manual on the Measurement of Volunteer Work*” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo principal objetivo foi a criação de um sistema de recolha de informação sobre trabalho voluntário homogêneo entre países.

Ambos os inquéritos foram realizados em conjunto com o IE, utilizando as regras e princípios metodológicos do mesmo.

2. CONCEITOS

Segundo a anterior definição da OIT, trabalho voluntário deverá ser definido como “trabalho não pago e não compulsivo; que consiste no tempo que os indivíduos [com 15 ou mais anos] dedicam a atividades não remuneradas, realizadas através de uma organização ou diretamente, em prol de outros que não pertençam ao seu agregado familiar.” Ou seja, o voluntariado é aqui encarado como: (i) Uma forma de trabalho; i.e. que produz valor, durante um período específico de tempo (no mínimo uma hora) num dado período de referência (neste inquérito específico, um ano); (ii) Desenvolvido de forma não compulsiva; (iii) Não remunerado, embora algumas formas de reembolso de despesas (ex. de alimentação ou deslocação), presentes ou outras expressões de gratidão possam ser permitidas – desde que não ultrapassem o valor dos salários de mercado relativos à tarefa em causa; (iv) Dirigido a partir de organizações (instituições

sem fim lucrativo ou de outro tipo) ou a partir de iniciativa individual para outros indivíduos, desde que estes não pertençam ao agregado familiar do voluntário. De acordo com a “Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization” da “2013 International Conference of Labour Statisticians” (2013 ICLS Resolution I), deverá considerar-se que realizam trabalho voluntário “as pessoas em idade ativa [com 15 ou mais anos], que durante um determinado período de referência, desenvolveram quaisquer atividades não pagas e não obrigatórias, para produzir bens ou serviços para outros, em que:

- (a) “quaisquer atividades” se referem a trabalho que tenha durado pelo menos uma hora;
- (b) “não pagas” deve ser interpretado como ausência de remuneração em dinheiro ou em espécie, como contrapartida pelas horas de trabalho prestadas, ainda que os voluntários possam receber pequenas verbas ou formas de apoio em dinheiro, desde que sejam inferiores a 1/3 dos salários pagos no mercado (ex: reembolso de despesas ou apoio para suportar os custos em que incorrem para desenvolver a atividade) ou em espécie (ex: refeições, transportes ou ofertas simbólicas);
- (c) “não obrigatórias” deve ser interpretado como trabalho desenvolvido sem relação com o cumprimento de obrigações civis, legais ou administrativas, que são diferentes do cumprimento de responsabilidades de natureza comunitária, cultural ou religiosa;
- (d) “para outros” refere-se a trabalho desenvolvido:
 - (i) Através ou para organizações, incluindo unidades mercantis e não mercantis (ex: voluntariado formal ou organizacional), incluindo através de ou para grupos de ajuda mútua ou de base comunitária, dos quais o indivíduo seja membro;
 - (ii) Para as famílias, excluindo o agregado familiar do indivíduo ou o trabalho voluntário realizado para outros membros da sua família (ou seja, voluntariado informal).”

Esta última condição terá contribuído para a diminuição da taxa de voluntariado entre os dois inquéritos.

Admitem-se dois tipos distintos de trabalho voluntário:

- Trabalho Voluntário Formal ou Organizacional, que se entende como todo o trabalho não remunerado e não obrigatório que tenha sido realizado através de uma organização (ex. voluntariado como professor ou tutor numa organização; participação em ações de um Banco Alimentar, coletividades de cultura, desporto e recreio);
- Trabalho Voluntário Informal ou Direto, que se considera ser todo o trabalho voluntário feito diretamente por um indivíduo a outros indivíduos não residentes no alojamento, não pertencentes ao agregado familiar e com os quais não mantenha uma relação familiar (ex. explicações gratuitas para o filho de um vizinho, amigo, etc.; tomar conta de vizinhos idosos, tomar conta de animais domésticos de um amigo, vizinho, colega, etc. enquanto este se ausenta para férias).

Dadas as características descritas, são excluídas todas as atividades de voluntariado originadas por decisões judiciais, obrigatórias como parte de uma sentença de prisão, estágios não remunerados que integram um currículo académico, entre outras formas de voluntariado «forçadas». O trabalho de entreajuda, ou seja, o trabalho efetuado num negócio, exploração agrícola ou gabinete profissional, por parte de um familiar ou de um amigo, como retribuição de um outro trabalho prestado, também não deve ser entendido como voluntariado.

De igual forma, são excluídas todas as atividades de voluntariado de iniciativa empresarial quando realizadas durante o horário de trabalho ou, de forma geral, todas as atividades que se realizam em simultâneo com um «trabalho pago». No entanto, se essas atividades partirem de iniciativas dos trabalhadores, ocorrendo, em geral, fora do horário de trabalho e onde não se verifiquem contrapartidas financeiras para os participantes, deverão ser consideradas como trabalho voluntário. Por fim, não deve ser considerado como atividade de trabalho voluntário qualquer tipo de ajuda monetária ou não monetária, na forma de empréstimos, dádivas, ou donativos a instituições ou particulares, embora o mesmo não se aplique a participações em ações de angariação de fundos que se poderão traduzir em donativos.

Importa ainda referir que, embora menos detalhada e mais centrada nas atividades de voluntariado formal (com enquadramento nas organizações) a definição de voluntariado consubstanciada na Lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado (Lei n.º 71/98, de 3 de novembro) aproxima-se bastante

da acima exposta, considerando o trabalho voluntário como o “conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”.

3. VALORIZAÇÃO DAS HORAS DE VOLUNTARIADO

No sentido de valorizar economicamente o total de horas de trabalho voluntário realizadas considerou-se a recomendação do “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*” (May 2018), das Nações Unidas, que remete para o “*Manual on the Measurement of Volunteer Work*” da OIT e privilegiou-se uma metodologia de “custo de substituição” (*cost replacement*), isto é, procurou-se atribuir às horas de trabalho voluntário um valor de mercado equivalente.

Este método assume implicitamente que existem “substitutos de mercado equivalentes” e que a qualidade e produtividade dos substitutos é idêntica à de profissionais, o que constitui um pressuposto muito forte. Deste modo, a aplicação desta metodologia e, em particular, a escolha do salário/remuneração a aplicar poderá ser questionável, sendo, por isso, importante analisar os resultados obtidos com alguma reserva.

No sentido de minimizar alguns dos problemas acima expostos, foram utilizadas três variantes na aplicação da metodologia de “custo de substituição”:

- Salário mínimo nacional: assumiu-se uma valorização equitativa independentemente da atividade prestada aplicando sobre o volume de horas a retribuição mínima mensal garantida (média por hora);
- “Salário por ocupação profissional”: multiplicou-se o número de horas dedicadas a uma determinada atividade pelo salário médio por hora associado à ocupação profissional equivalente. Como fonte de informação, foi utilizado o relatório “*Quadros de Pessoal. Coleção Estatísticas. 2016*”, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Gabinete de Estratégia e Planeamento);
- “Salário social”: atribuiu-se às horas de trabalho voluntário um salário horário médio resultante da média dos salários horários médios das ocupações profissionais mais frequentes no âmbito de trabalho voluntário. Como fonte de informação, foi utilizado o relatório “*Quadros de Pessoal*”.

Coleção Estatísticas. 2016”, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Gabinete de Estratégia e Planeamento).

A utilização de um método mais generalista (salário mínimo) apresenta a estimativa mais baixa para o valor do trabalho voluntário e o uso de um método mais específico apresenta estimativas mais elevadas.

4. COMPARAÇÃO DE RESULTADOS COM O INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2012

Os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018 não são diretamente comparáveis com os do Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012, uma vez que:

- Foi revisto o conceito de trabalho voluntário, o qual, de acordo com a “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” da “*2013 International Conference of Labour Statisticians*” (2013 ICLS Resolution I) é definido como “*trabalho não pago e não obrigatório, isto é, tempo que os indivíduos dedicam a atividades não remuneradas, realizadas através de uma organização ou diretamente para outros indivíduos não pertencentes ao agregado familiar e com os quais não mantenham uma relação familiar*”.
- Assim, o conceito de trabalho voluntário (informal) deixou de incluir todas as atividades em prol de indivíduos com uma relação familiar, o que foi considerado mais adequado à realidade portuguesa do que a definição anteriormente utilizada, pelas principais entidades nacionais com atribuições e competências relacionadas com o trabalho voluntário consultadas pelo INE.
- Foi utilizada a *International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO), que corresponde à primeira revisão da *International Classification of Nonprofit Organizations* (utilizada no ITV 2012) e que foi estabelecida pelo manual “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, (2018), das Nações Unidas;
- Foram incorporadas as alterações metodológicas do IE introduzidas desde a realização do ITV 2012.

No que respeita à ICNP/TSO, destacam-se como principais alterações face à anterior classificação utilizada no ITV 2012, as seguintes:

- Transferência dos clubes sociais (exemplos: numismática, filatelia, maximafilia, clubes de fãs de automóveis, clubes cinófilos, etc.) do âmbito da cultura, comunicação e atividades de recreação para as atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional;
- Transferência da investigação científica do âmbito da educação para os serviços profissionais, científicos e administrativos;
- Transferência das atividades classificadas com o código 87 da ISIC Rev. 4 (correspondente à divisão 87 da NACE Rev.2 e à secção 87 da CAE Rev.3) do âmbito dos serviços sociais para a saúde.

As principais alterações metodológicas do IE introduzidas desde a realização do ITV 2012 foram as seguintes:

- Nova amostra selecionada a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA, constituído com base nos Censos 2011);
- Alterações introduzidas no módulo “Educação e Formação” do questionário, decorrentes da introdução de questões novas com vista ao cumprimento de obrigações comunitárias e à operacionalização da Classificação Internacional Normalizada da Educação na nova nomenclatura (ISCED 2011);
- Alteração no Sistema Educativo com a introdução dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais.

IN 2018, 695 THOUSAND PEOPLE, WITH 15 YEARS OR MORE, ENGAGED IN VOLUNTEER ACTIVITIES

On the occasion of the publication of the Social Economy Satellite Account (2016), Statistics Portugal also presents the results of the Survey on Volunteer Work (SVW 2018).

The SVW 2018 was a module of the Labour Force Survey, carried out in the 3rd quarter of 2018. It focuses on key variables for characterizing volunteering, namely the number of volunteers, sociodemographic characteristics, institutional framework, type of task and number of working hours spent.

It should be remembered that in 2013, Statistics Portugal released the results of the 2012 Survey on Volunteer Work (SVW 2012), which was a pilot survey.

The results of both surveys (SVW 2012 and SVW 2018) are not fully comparable, mainly due to changes in the international reference methodological framework (see methodological notes). In fact, the concept of (informal) volunteer work no longer includes activities for individuals with a family relationship.

This publication is organized as follows:

1. Main results;
2. Socio-demographic analysis;
3. Analysis of the activity domains and organizational context;
4. Regional analysis;
5. International comparisons (formal volunteer work);
6. Hours worked and estimated economic value of volunteer work;
7. Volunteer work in Social Economy entities.

In addition to this publication, a set of tables with additional information on SVW 2018, as well as an infographic, are available on the Statistics Portugal website, in the area dedicated to National Accounts (Satellite Accounts Section).

1. MAIN RESULTS

In 2018, the volunteer rate, which corresponds to the percentage of the resident population, aged 15 or more, who participated in, at least, one formal and / or informal volunteer work activity was 7.8%, the equivalent to around 695 thousand volunteers. The formal volunteer rate was 6.4%, while the informal volunteer rate was 1.5%.

The female volunteer rate was higher than the male volunteer rate (8.1% vs. 7.6%).

The age group with the highest volunteer rate was the group of 15-24 years (11.3%), followed by the 25-44 years group (8.6%), 45-64 years (8.3%) and over 64 years (4.6%).

Participation in volunteer work increases progressively with the level of education, and the volunteer rate among individuals with tertiary education was 15.1%.

The volunteer rate was higher in the unemployed population (10.5%), followed by the employed population (8.8%) and inactive population (6.3%).

Tracing a synthetic sociodemographic profile of the volunteers, it can be stated that, in formal volunteer activities, the younger, unemployed individuals with higher levels of education, female and single were dominant. Whereas in informal volunteer activities prevailed older individuals, with high educational levels, unemployed, female and divorced / separated.

Regional volunteer rates ranged from 5.5% in the Região Autónoma dos Açores to 8.9% in Centro.

Formal volunteering was mainly directed towards social services (36.2%), culture, communication and recreational activities (15.7%) and religion (15.7%).

While in formal volunteering the main tasks were equivalent to those of technicians and associate professionals (34.5%), the informal volunteering tasks were mainly equivalent to those of personal service, protection and safety workers and salespersons (49.3%).

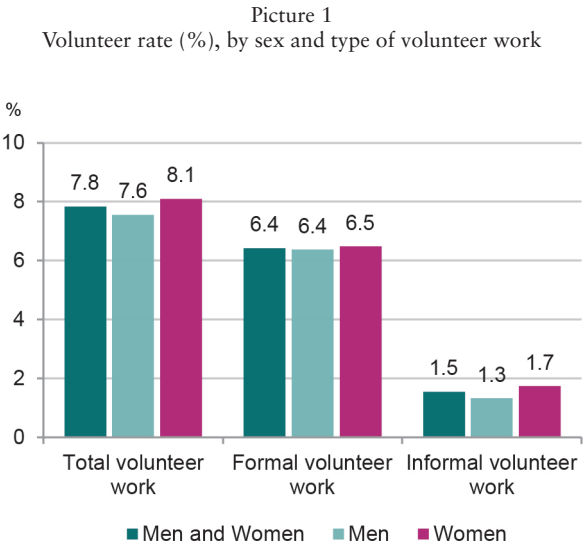
It is estimated that the hours dedicated to volunteer work corresponded to about 2.9% of the total hours worked, in 2018.

Applying different methodologies commonly used internationally for estimating the value of volunteer work, results ranged from 0.4% to 0.8% of national GDP in 2018.

2. SOCIO-DEMOGRAPHIC ANALYSIS

In 2018, 7.8% of the resident population, aged 15 or more, participated in, at least, one formal and / or informal volunteer activity, representing approximately 695 thousand volunteers.

About 82% of all volunteers worked through an organization or institution, that is, they participated in formal volunteer work activities, representing 6.4% of the resident population aged 15 or over.



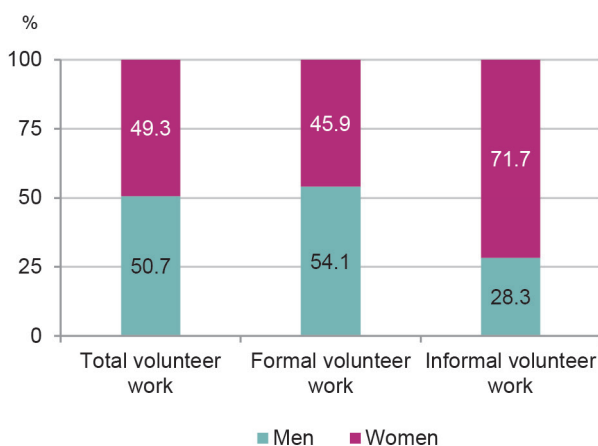
The percentage of women who performed volunteer work was higher than that of men (55.0% vs. 45.0%), corresponding to approximately 382.3 thousand women involved in at least one volunteer work activity.

Women's volunteer rate (8.1%) was higher than that of men (7.6%), both in the formal context (6.5% vs. 6.4%) and in the informal context (1.7% vs. 1.3%).

However, men dedicated more hours to volunteer work than women (50.7% vs. 49.3%). Nevertheless, the relative importance of women's volunteering hours was dominant in informal volunteer work (71.7%).

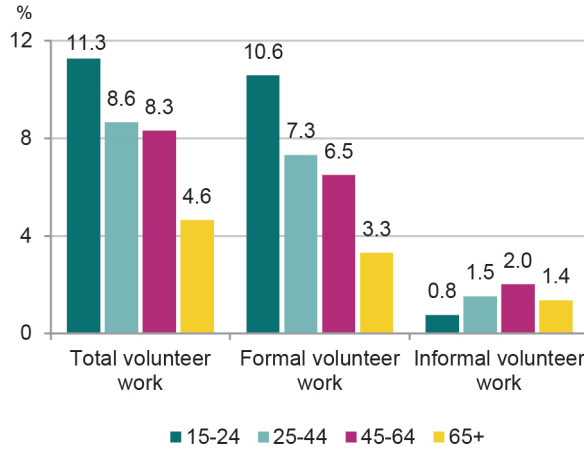
The formal volunteer rate, which was not affected by the above-mentioned change in concept, increased from 5.9% in 2012 to 6.4% in 2018. This growth was more marked in the formal male volunteer rate (5.7% in 2012 vs. 6.4% in 2018) than in the female rate (6.2% in 2012 vs. 6.5% in 2018).

Picture 2
Distribution (%) volunteer work hours, by sex and type of volunteer work



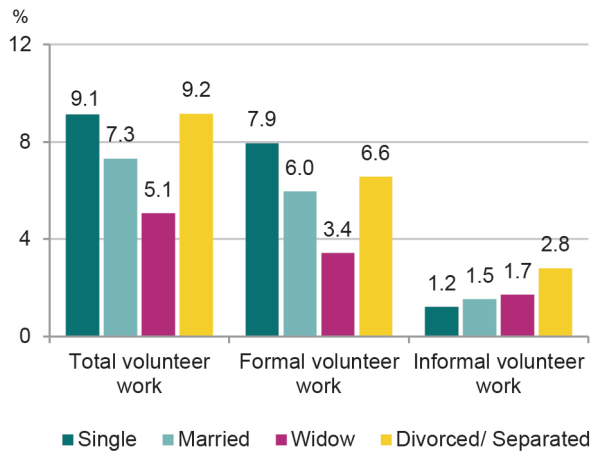
Volunteer rate decreased with age: 11.3% in the 15-24 years group, 8.6% in the 25-44 years, 8.3% in the 45-64 years, and 4.6% in the 65 and more years. This trend reflects the distribution observed in formal volunteer work, since in informal volunteer work the rate was higher in the 45-64 years group.

Picture 3
Volunteer rate (%), by age group and type of volunteer work



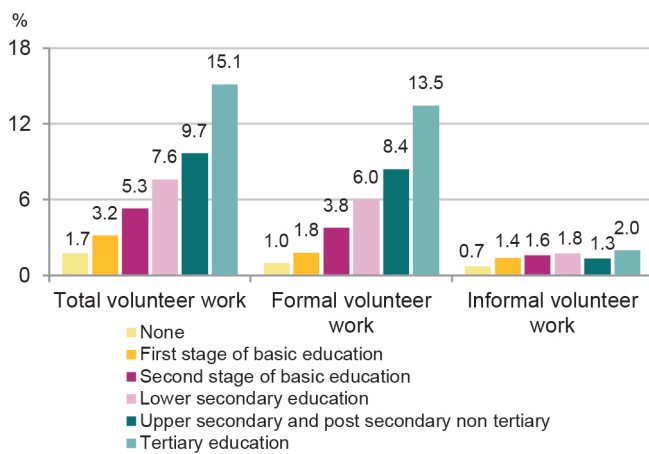
The volunteer rate by marital status was higher in divorced or separated individuals (9.2%), followed by single (9.1%), married (7.3%) and widowed (5.1%).

Picture 4
Volunteer rate (%), by marital status and type of volunteer work



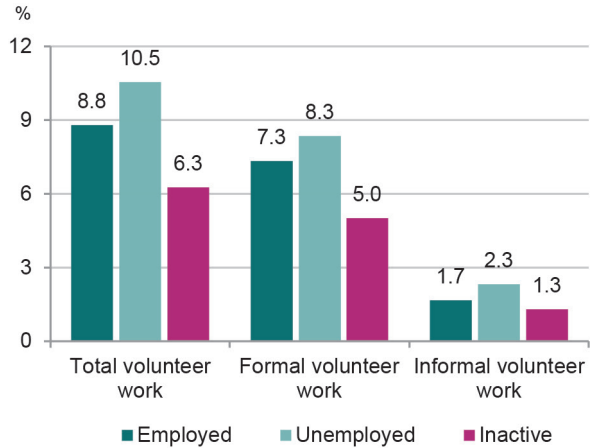
In general, volunteer rate increased with the level of education, particularly with regard to formal volunteer work. The lowest rate was observed in volunteers with no level of education (1.7%). In the opposite side, the highest rate was observed in individuals with tertiary education (15.1%).

Picture 5
Volunteer rate (%), by level of education and type of volunteer work



Volunteer rate was higher in the unemployed population (10.5%), followed by the employed population (8.8%) and the inactive population (6.3%).

Picture 6
Volunteer rate (%), by Labour Force Status and type of volunteer work



3. ACTIVITY DOMAINS AND ORGANIZATIONAL CONTEXT

Considering the Portuguese classification of occupations (2010) as a reference it is possible to group the activities performed by the volunteers according to the different tasks performed.

The volunteers' main tasks focused on activities equivalent to those of the following professions:

- Technicians and associate professionals (28.9%), which includes tasks equivalent to those of conference and event planners, commercial sales representatives and members of religious orders and religious support technicians, among other examples;
- Not skilled workers (27.2%), which includes tasks equivalent to those of manufacturing hand packers (ex: volunteering in food (re)collection campaigns), messengers, luggage porters and deliverers and domestic cleaners and helpers, among other examples;
- Personal service, protection and safety workers and salespersons (26,1%), which includes tasks equivalent to those of companions and valets, child care workers, home-based personal care workers, pet groomers and animal care workers and fire-fighters, among other examples.

Pictures 7, 8 and 9
Distribution (%) of volunteering tasks according
to the Portuguese classification of occupations

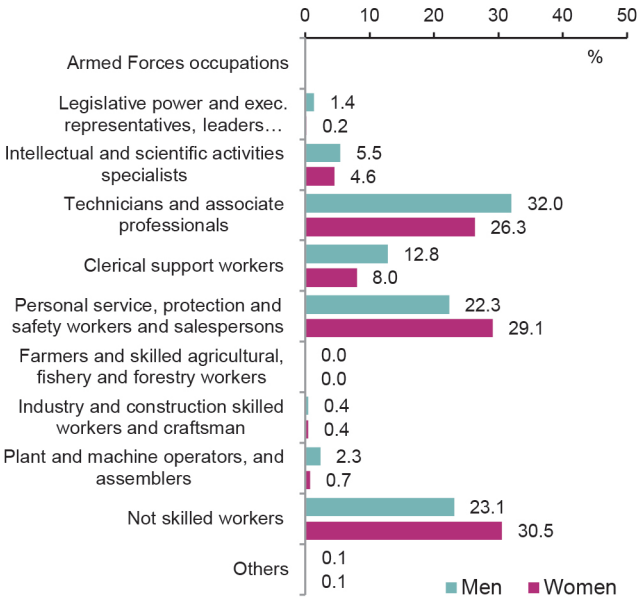


Considering only formal volunteer work, there was a significant relevance of tasks equivalent of technicians and associate professionals (34.5%). Only in this type of volunteering work were registered activities equivalent to those of legislative power and executive bodies representatives, leaders, directors and executive managers (0.9%).

In informal volunteer work, almost half of all reported tasks were equivalent to those of personal service, protection and safety workers and salespersons (49.3%).

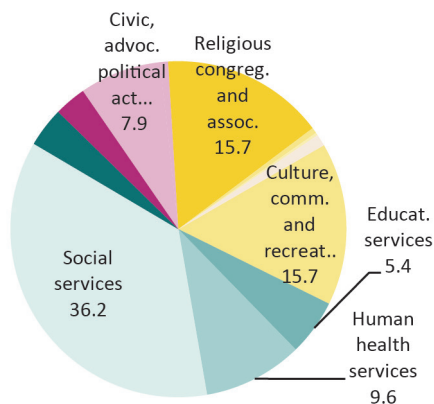
Analyzing the type of task by sex, it was observed that the majority of tasks performed by women were concentrated in activities equivalent to those of non-skilled workers (30.5%), while in men prevailed the tasks equivalent to those of technicians and associate professionals (32.0%).

Picture 10
Distribution (%) of volunteer tasks, by sex
and according to the Portuguese classification of occupations



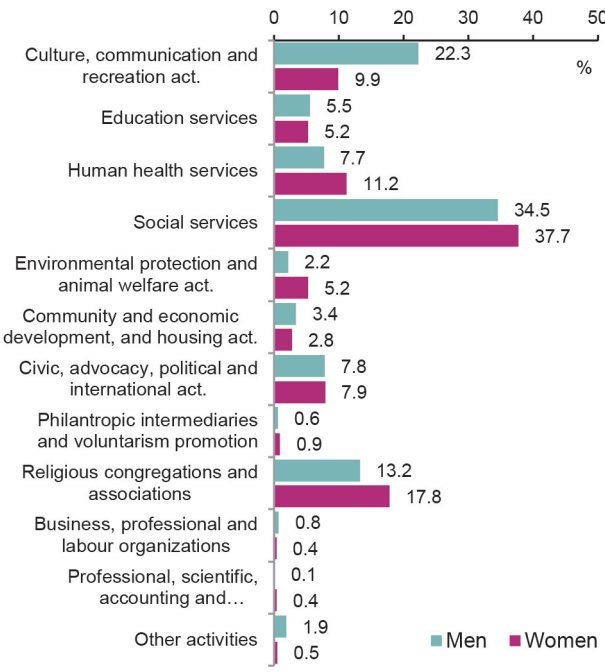
In terms of organizational context, formal volunteer focused on organizations working in the area of social services (36.2% of all formal volunteers), culture, communication and recreational activities and religion (each of these categories congregating about 15.7% of all formal volunteers).

Picture 11
Distribution (%) of formal volunteers, according to the International classification
on non-profit and third sector organizations (ICNP/TSO)



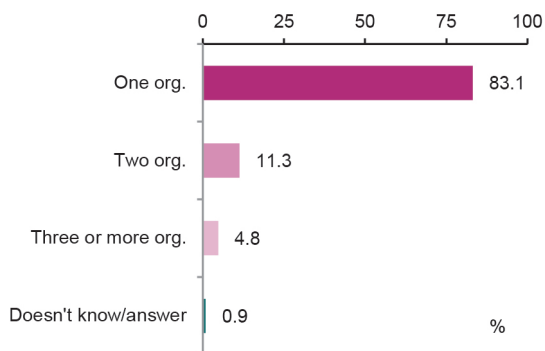
Analyzing the distribution of volunteers by type of organization and by sex, formal volunteer work of men and women took place in different organizational contexts and areas: in the female case, the focus was mainly on social services (37.7%), religion (17.8%) and health services (11.2%). Whereas, men were also directed to social services (34.5% of all formal volunteers), followed by culture, communication and recreational activities organizations (22.3%) and religious congregations and associations (13.2%).

Picture 12
Distribution (%) of formal volunteers, according to the International classification
on non-profit and third sector organizations (ICNP/TSO) and by sex



The vast majority of volunteers who performed formal volunteer work only worked in one organization (83.1%).

Picture 13
Distribution (%) of formal volunteers, according to the number of organizations
for which they volunteered

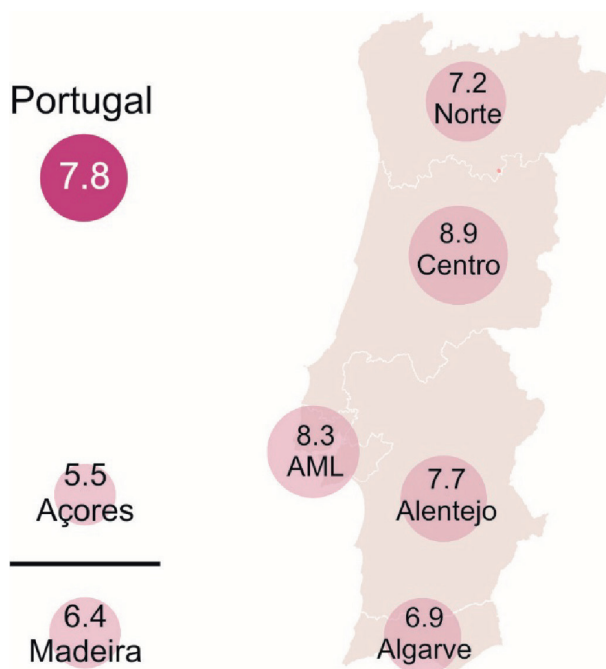


4. REGIONAL ANALYSIS

Reflecting to a large extent the regional distribution of the population, the Norte region concentrated almost one-third of the total number of volunteers (32.4%), followed by Área Metropolitana de Lisboa (28.3%), Centro (25.1%), Alentejo (6.8%), Algarve (3.7%), Região Autónoma da Madeira (2.0%) and, with the lowest concentration, Região Autónoma dos Açores (1.6%).

In the NUTS 2 region, it was observed that two regions presented volunteer rates above the national average (7.8%): the Centro region (8.9%) and the Área Metropolitana de Lisboa (8.3 %). The lowest volunteer rates were observed in the Regiões Autónomas dos Açores (5.5%) and Madeira (6.4%).

Picture 14
Volunteer rate (%), by NUT 2



5. INTERNATIONAL COMPARISONS

The international comparability of data on volunteer work is complicated by the lack of harmonized methodologies and updated information for the same reference year.

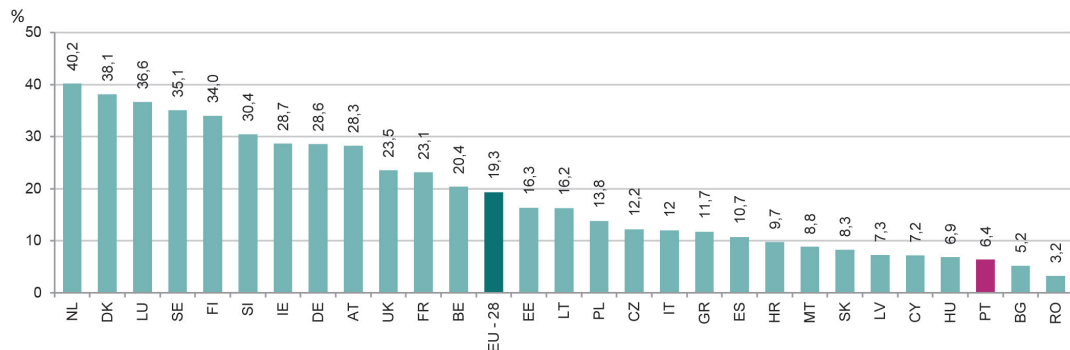
In 2015, the Survey on income and living conditions (SILC) included a module on social and cultural participation, which questioned participation in volunteering activities and active citizenship.

This data source was considered as a possible reference for the international comparison of the formal volunteer rate, due to its comprehensiveness and timeliness.

The highest formal volunteer rates were observed in northern Europe, in the Netherlands (40.2%) and Denmark (38.1%). In the opposite side were Romania (3.2%) and Bulgaria (5.2%).

Portugal, considering SVW 2018¹ data, preceded Bulgaria, with a formal volunteer rate of 6.4%, distant from the EU 28 average (19.3%).

Picture 15
Volunteer rate (%) in European Union countries (UE-28)



Sources: Statistics Portugal (PT) and Eurostat (other countries)

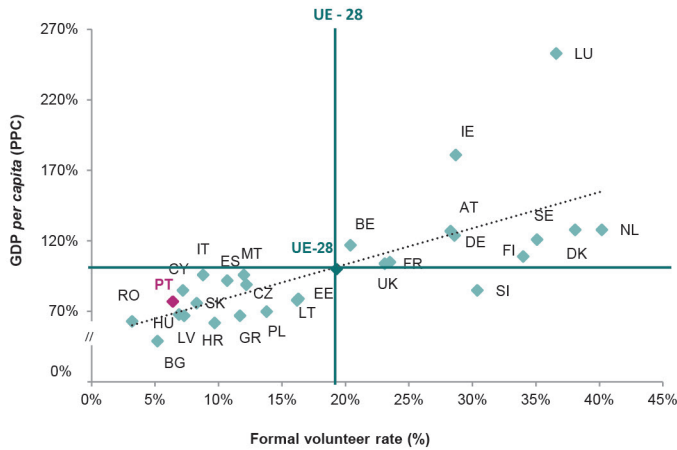
This relative position of the country may be explained, in part, by the culture of participation in volunteer work activities collectively organized and by the socio-economic conditions. It should be noted that, as previously stated, volunteer work does not include helping/ supporting activities for neither family members nor domestic services performed for one's household.

Picture 16 shows the positive correlation between the degree of economic development of the country and its formal volunteer rate.

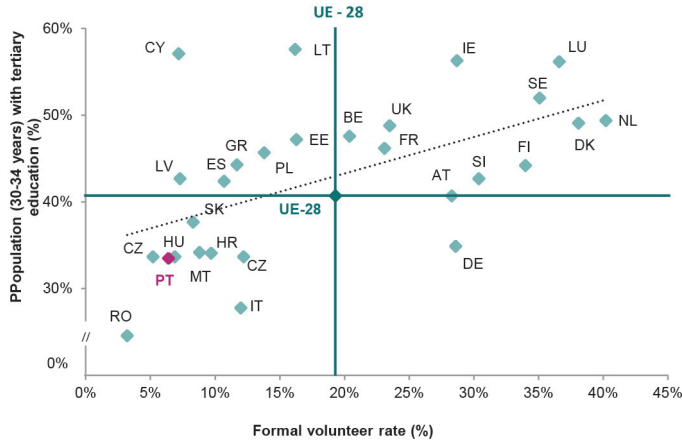
On the other hand, the relationship between the level of education and the formal volunteer rate is not so evident. Indeed, in countries such as Cyprus (7.2%) or Lithuania (16.2%), completion of tertiary education does not necessarily appear to be associated with higher formal volunteering rates.

(1) In SILC 2015, the formal volunteering rate was 9.0%.

Picture 16
Formal volunteer rate (%) and GDP per capita PPC (% facing EU 28) in EU 28



Picture 17
Formal volunteer rate (%) and percentage of the population (30-34 years) with attained tertiary education (%) in EU 28



Data sources: *Statistics Portugal (PT) and Eurostat (other countries); Eurostat (PPC and Tertiary Education)*

6. HOURS WORKED AND ECONOMIC VALUE

It is estimated that, in 2018, 263.7 million hours were dedicated to volunteer work. Using National Accounts as reference, volunteer work hours amounted to 2.9% of total hours worked in Portuguese economy.

On average, the total resident population, aged 15 or more, spent approximately 32 hours per month on volunteer work, with the monthly average of formal volunteering (34 hours) being higher than that observed in informal volunteering (21 hours).

In order to obtain an economic valuation of total hours of volunteer work, different scenarios were estimated based on internationally recommended methodologies. These scenarios were based on the following hypothesis: national minimum wage; “occupation wage”; and “social support wage” (see methodological notes).

The valuation of the total hours of volunteer work presented the following results:

- Minimum wage: 870.2 million euro, representing 0.4% of national GDP in 2018;
- “Occupation wage”: 1,366.8 million euro, corresponding to 0.7% of national GDP in 2018;
- “Social support wage”: 1,555.8 million euro, or the equivalent to 0.8% of national GDP in 2018.

Picture 18
Economic value of volunteer work (% of GDP)



7. VOLUNTEER WORK IN SOCIAL ECONOMY

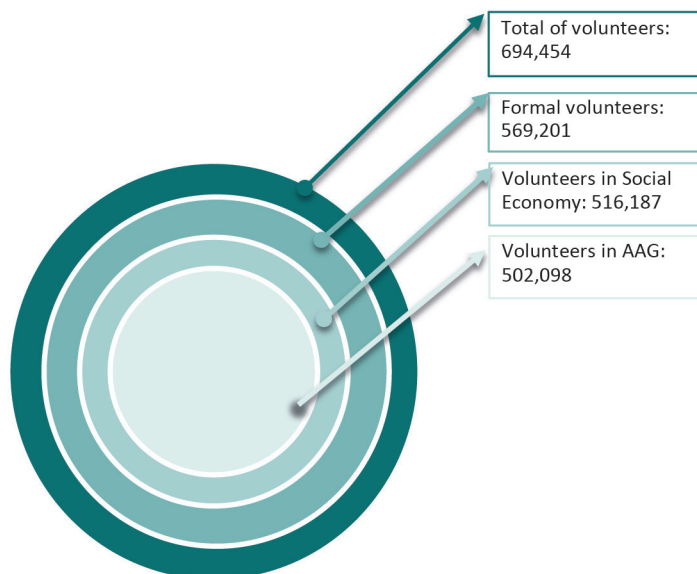
Volunteer work is a key resource for Social Economy (SE) entities.

Considering that the reference periods of the SVW and the 3rd edition of the Social Economy Satellite Account are different (2018 and 2016, respectively), the analysis of volunteer work within the SE is based on the hypothesis that the structure of SE has not changed significantly.

Under this hypothesis, it is estimated that, in 2018, approximately 516 thousand individuals have performed volunteering activities in SE entities, which corresponds to approximately 90.7% of the total formal volunteers and 74.3% of the total volunteers. The 2012 SVW estimated around 483 thousand individuals (about 90% of formal volunteer work).

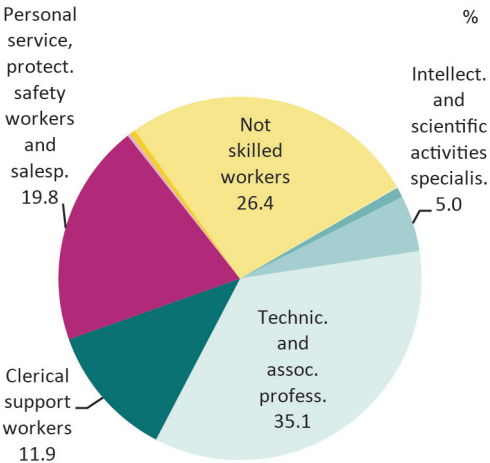
Of these 516 thousand individuals, about 502 thousand may have engaged in volunteering activities in Associations with altruistic goals (AAG).

Picture 19
Number of volunteers: total, formal, in Social Economy entities
and in Associations with altruistic goals (AAG)



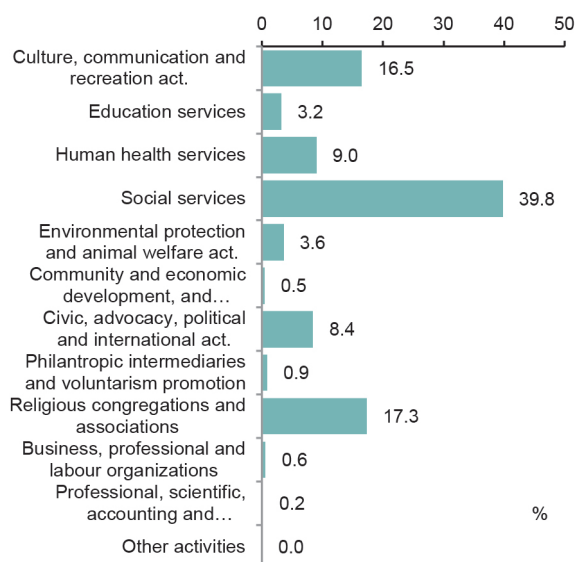
Given the weight of SE in formal volunteer work, the distribution of the performed tasks in SE is similar: the main tasks reported by volunteers in SE entities concentrated on jobs equivalent to those of technicians and associate professionals (35.1%), followed by those equivalent to the not skilled workers (26.4%), and also to those of personal service, protection and safety workers and salespersons (19.8%).

Picture 20
Distribution (%) of volunteering tasks in Social Economy entities,
according to the Portuguese classification of occupations



The largest number of volunteers in SE entities concentrated mainly on social services (39.8%), followed by religion (17.3%) and culture, communication and recreational activities (16.5% %), registering an increase in the weight of these organizations, compared to the values observed in the total of formal volunteering.

Picture 21
Distribution (%) of volunteering in Social Economy entities, according to the ICNP/TSO



In 2018, it is estimated that 214.5 million hours were dedicated to volunteer work in SE entities, which accounted for approximately 2.3% of total hours worked nationwide.

Considering as a reference the total number of hours worked in the National Accounts and the associated full-time equivalents (FTE), it was possible to estimate that volunteer work, expressed in FTE, represents 45.9% of SE FTE, illustrating, thus, the relevance of this resource to the SE organizations.

Using a different variable to estimate the economic value of volunteer work in SE entities (comparing with the SE GVA and not with the national GDP) the following results were obtained:

- Minimum wage: 707.8 million euro, representing 14.7% of SE GVA estimated by the Social Economy Satellite Account (SESA) 2016;
- "Occupation wage": 1,152.5 million euro, corresponding to 23.9% of SE GVA estimated by the SESA 2016;
- "Social support wage": 1,265.4 million euro, or the equivalent to 26.3% of SE GVA estimated by the SESA 2016.

Picture 22
Economic value of volunteer work (% of GVA) in Social Economy entities



METHODOLOGICAL NOTES

1. METHODOLOGICAL FRAMEWORK

The SVW 2018 main methodological framework was the “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*” (2018), of the United Nations, which includes the “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” of the “2013 International Conference of Labour Statisticians” (2013 ICLS Resolution I), and the *International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO). This manual was the basis for the elaboration of a simplified version of the recommended questionnaire, for the formulation of the specific definitions, as well as for the questions of the module for collecting information, a process carried out in articulation with the 3rd quarter of 2018 Labour Force Survey.

It should be noted that SVW 2012 used as its main methodological reference the International Labor Organization’s (ILO) “*Manual on the Measurement of Volunteer Work*”, which aimed for the creation of an homogeneous system for collecting information on volunteer work among different countries.

Both surveys were implemented in articulation with the Labour Force Survey, abiding by its rules and methodological principles.

2. CONCEPTS

According to previous ILO definition, volunteer work should correspond to “unpaid non-compulsory work; that is, time individuals give without pay to activities performed either through an organization or directly for others outside their own household.” Therefore, volunteering is regarded as: (i) A form of work; which produces value for a specific period of time (at least one hour) in a given reference period (in this specific survey, one year); (ii) Performed non-compulsively; (iii) Unpaid, although some forms of reimbursement of expenses (ex: food or travel), gifts or other expressions of gratitude may be allowed - provided they do not exceed the market value of the task in question; (iv) Directed from organizations (non-profit institutions or others) or from individual initiative to other individuals, as long as they do not belong to the volunteer’s household.

According to the “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” from the “2013 International Conference of Labour Statisticians” (2013 ICLS Resolution I), “persons in volunteer work

are defined as all those of working age who, during a short reference period, performed any unpaid, non-compulsory activity to produce goods or provide services for others, where:

- (a) “any activity” refers to work for at least one hour;
- (b) “unpaid” is interpreted as the absence of remuneration in cash or in kind for work done or hours worked; nevertheless, volunteer workers may receive some small form of support or stipend in cash, when below one third of local market wages (e.g. for out-of-pocket expenses or to cover living expenses incurred for the activity), or in kind (e.g. meals, transportation, symbolic gifts);
- (c) “non-compulsory” is interpreted as work carried out without civil, legal or administrative requirement, that are different from the fulfilment of social responsibilities of a communal, cultural or religious nature;
- (d) production “for others” refers to work performed:
 - (i) through, or for organizations comprising market and non-market units (i.e. organization-based volunteering) including through or for self-help, mutual aid or community-based groups of which the volunteer is a member;
 - (ii) for households other than the household of the volunteer worker or of related family members (i.e. direct volunteering).”

This last criteria has contributed to the decrease of the volunteer rate observed in SVW 2018, in comparison to the results of the SVW 2012.

Two different types of volunteer work were considered:

- Formal or organizational volunteer work, which is understood as all unpaid and non-compulsory work that has been performed through an organization (ex: volunteering as a teacher or tutor in an organization, participation in campaigns of a Food Bank, volunteering in culture, sports and recreation associations);
- Informal or direct volunteer work, which is considered to be all volunteer work done directly by an individual to other individuals not residing in the accommodation, not belonging to the household and with whom he/she does not maintain a family relationship (ex: unpaid extra lessons for the child of a neighbor, friend, etc., take care of elderly neighbors, take care of the domestic animals of a friend, neighbor, colleague, etc. while the latter is absent for holidays).

Given the characteristics described above, all volunteer activities resulting from judicial decisions, compulsory as part of a prison sentence, unremunerated internships that integrate an academic curriculum, and other forms of “forced” volunteering are excluded. The work of mutual aid, that is, the work done in a business, farm or professional office, by a relative (who does not live in the accommodation) or a friend, in return for other work rendered, should not be understood either as a volunteer work.

Similarly, all entrepreneurial volunteer activities when carried out during working hours or, in general, all activities carried out simultaneously with a ‘paid job’ are excluded. However, if these activities are based on workers’ initiatives, generally occurring outside of working hours and where there is no financial consideration for the participants, they should be considered as volunteer work. Finally, any kind of monetary or non-monetary aid in the form of loans, gifts or donations to institutions or individuals should not be considered as volunteer work activity, although this does not apply to participation in fund raising actions that may be translated into donations.

It should also be noted that, although less detailed and more focused on formal volunteer activities, the definition of volunteering embodied in the legal framework of volunteering (Law No. 71/98, of 3 November) is coherent with the one used in the SVW 2018: *“a set of actions of social and community interest carried out in a disinterested way by people, in the context of projects, programs and other forms of intervention at the service of individuals, families, community, developed non-profit by public or private entities.”*

3. VOLUNTEER WORK ESTIMATED ECONOMIC VALUE

In order to value economically the hours of volunteer work carried out, the “Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work” (2018), of the United Nations, suggests the approach described on the “Manual on the Measurement of Volunteer Work”, thus, a “cost replacement” methodology was used, which resulted in an attempt to assign an equivalent market value to the volunteering hours.

This method implicitly assumes that there are “equivalent market substitutes” and that the quality and productivity of substitutes is identical to that of professionals, which is a very strong assumption. Thus, the application of this methodology and, in particular, the choice of salary / wage to be applied

may be questionable, and it is therefore important to analyze the results obtained with some caution.

In order to minimize some of the problems discussed above, three variants were used in the application of the “substitution cost”:

- National minimum wage: an equitable valuation was assumed independently of the activity provided by applying the guaranteed minimum monthly remuneration (average per hour);
- “Occupation wage”: the number of hours dedicated to a particular activity was multiplied by the average hourly wage associated with the equivalent professional occupation. The report “*Quadros de Pessoal. Coleção Estatísticas. 2016*”, from Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Gabinete de Estratégia e Planeamento) was used as a data source;
- “Social support wage”: an average hourly wage resulting from the average of the hourly wages of the most frequent occupations in the scope of volunteer work was attributed to the hours of volunteer work. The report “*Quadros de Pessoal. Coleção Estatísticas. 2016*”, from Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Gabinete de Estratégia e Planeamento) was used as a data source.

The use of a more generalist (minimum wage) method resulted in the lowest estimate for the value of volunteer work, while the use of a more specific method resulted in higher estimates.

4. COMPARING RESULTS WITH THE SVW 2012

The results of the 2018 SVW are not directly comparable with those of the 2012 SVW, given that:

- The concept of volunteer work has been revised, which, according to the “*Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization*” from the “*2013 International Conference of Labour Statisticians*” (2013 ICLS Resolution I) is now defined as “unpaid and non-compulsory work, that is, time spent by individuals in unpaid activities carried out through an organization or directly to non-household members with whom they do not share a family relationship”. Thus, the concept of volunteer work (informal) no longer includes all activities for individuals with a family relationship, which was considered

more appropriate to the Portuguese reality than the definition previously used, by the main national entities with attributions related to volunteer work which were consulted by Statistics Portugal.

- It was used the *International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO), which corresponds to the first revision of the *International Classification of Nonprofit Organizations* (used in the SVW 2012) which was established by the “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, (2018), from the United Nations;
- The methodological changes introduced in the Labour Force Survey, since the SVW 2012, were incorporated.

With regard to ICNP / TSO, the main changes compared to the previous classification used in SVW 2012, were the following:

- Transfer of social clubs (examples: numismatics, philately, automobile fan clubs, dogs fan clubs, etc.) from the scope of culture, communication and recreation activities to civic, advocacy, political and international activities;
- Transfer of scientific research from the field of education to professional, scientific, accounting and administrative services;
- Transfer of activities classified under ISIC Rev. 4 code 87 (corresponding to NACE Rev.2 division 87 and section 87 of CAE Rev.3) from the scope of social services to human health services.

The main methodological changes introduced in the Labour Force Survey, since the completion of SVW 2012, were as follows:

- New sample selected from the national accommodation file (based on the 2011 Census);
- Changes in the “Education and Training” module of the questionnaire resulting from the introduction of new questions for the fulfillment of European Union criteria and the operationalization of the ISCED 2011;
- Alteration in the national educational system with the introduction of higher technical professional degrees.

ANEXO
APPENDIX



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Princípios
orientadores
da Economia
Social



O primado das pessoas



Liberdade de adesão



Controlo democrático



Conciliação de interesses



Solidariedade



Autonomia



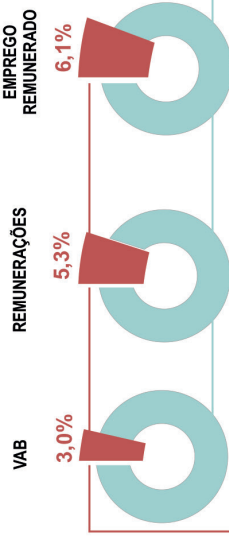
Atribuição dos excedentes
à Economia Social

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016

Projeto desenvolvido em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

PRINCIPAIS INDICADORES

PESO DA ECONOMIA SOCIAL NA ECONOMIA NACIONAL



4 819 M € 4 321 M € 234 886 ETC

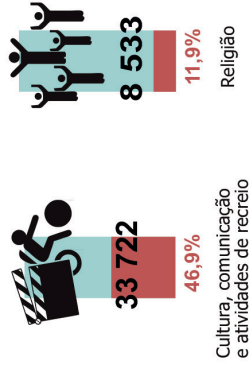
Economia Social

Economia Nacional

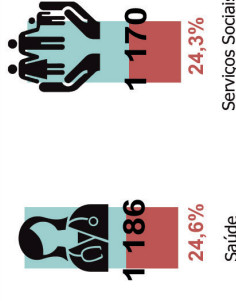
GRUPOS DE ENTIDADES

	N.º	VAB (M €)	Emprego remunerado (ETC)
Cooperativas	2 343	604	24 402
Associações mutualistas	97	388	4 842
Misericórdias	387	597	39 445
Fundações	619	332	14 113
Associações com fins altruísticos	66 761	2 897	151 779
Subsetores comunitário e autogestionário	1 678	1	305
Total da ES	71 885	4 819	234 886

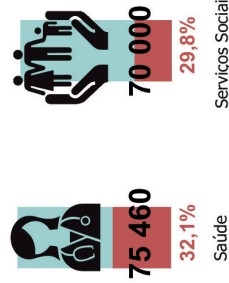
PRINCIPAIS ATIVIDADES



VAB (M €)

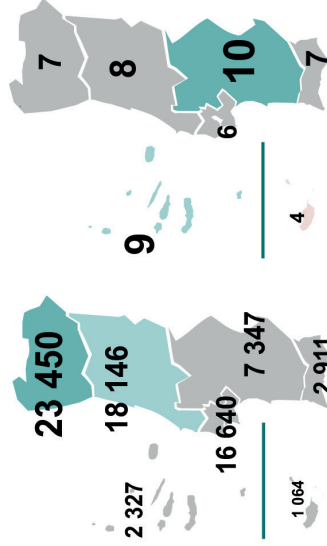


EMPREGO REMUNERADO (ETC)

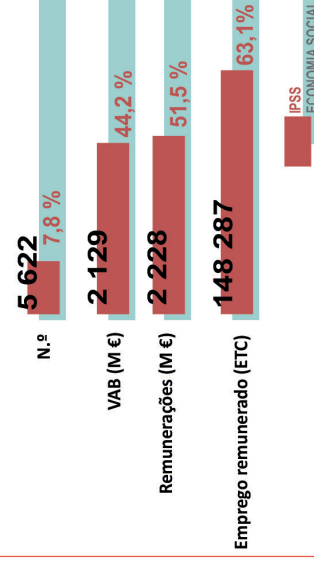


ANÁLISE TERRITORIAL

N.º N.º / 1 000 hab.



IPSS NA ECONOMIA SOCIAL



IPSS
ECONOMIA SOCIAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Guiding
principles of
Social Economy



People first



Free membership



Democratic control



Conciliation of interests



Solidarity



Autonomous management



Surplus linked to SE

SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2016

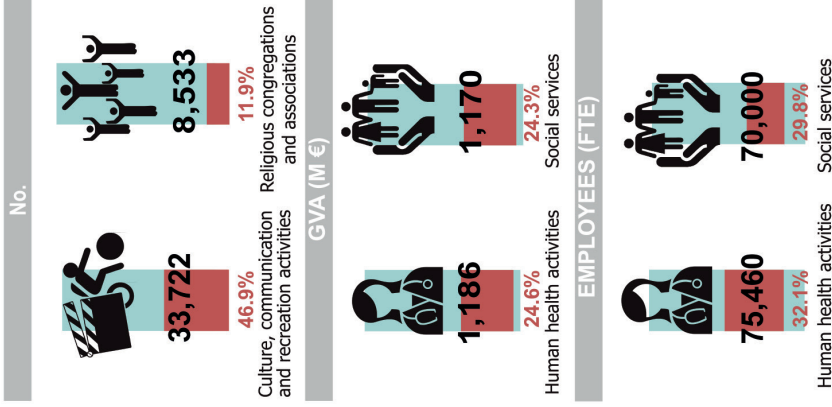
Project developed by Statistics Portugal in partnership with CASES - António Sérgio Cooperative for the Social Economy

MAIN INDICATORS

WEIGHT OF SOCIAL ECONOMY IN NATIONAL ECONOMY



MAIN ACTIVITIES



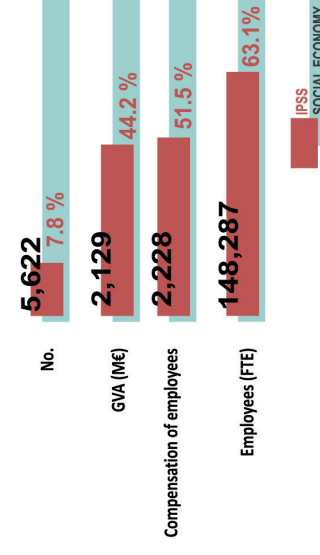
TERRITORIAL ANALYSIS



GROUPS OF ENTITIES

	No.	GVA (M€)	Employees (FTE)
Cooperatives	2,343	604	24,402
Mutual Associations	97	388	4,842
Holy Houses of Mercy	387	597	39,445
Foundations	619	332	14,113
Associations with Altruistic Goals	66,761	2,897	151,779
Community and Self Management Subsectors	1,678	1	305
Total of SE	71,885	4,819	234,886

IPSS IN SOCIAL ECONOMY



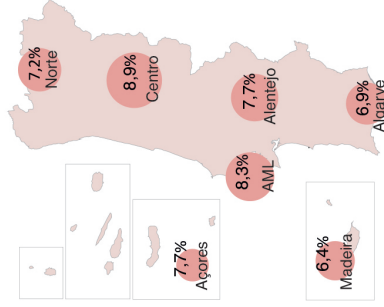


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTIE PORTUGAL

INQUÉRITO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO 2018

Projeto desenvolvido em parceria com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

VOLUNTARIADO POR REGIÕES

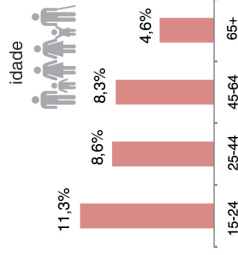


695 MIL PESSOAS

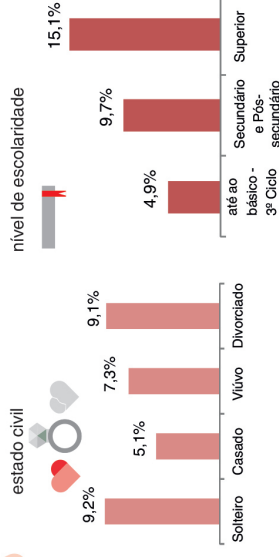


PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

(expresso em taxas de voluntariado)



estado civil

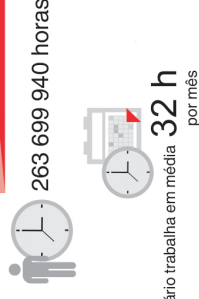
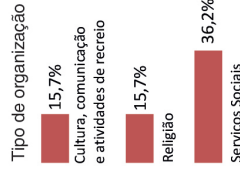


VOLUNTARIADO FORMAL

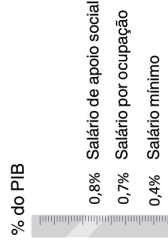
569 201 Voluntários



Voluntários em entidades da Economia Social



HORAS TRABALHADAS E VALORIZAÇÃO



Taxa de voluntariado: % da população residente com 15 ou mais anos que participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário | Metodologia de valorização: atribui às horas de trabalho voluntário um valor de mercado equivalente (calculado com base no salário mínimo ou salário por ocupação profissional ou salário de apoio social).



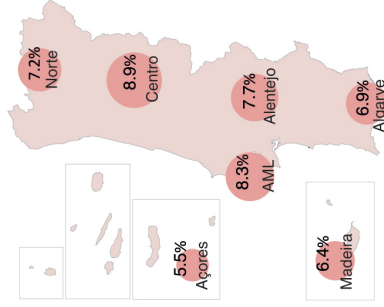
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTISC PORTUGAL

SURVEY ON VOLUNTEER WORK 2018

Project developed by Statistics Portugal in partnership with CASES - António Sérgio Cooperative for the Social Economy

VOLUNTEER WORK BY REGIONS

(volunteer rates - %)

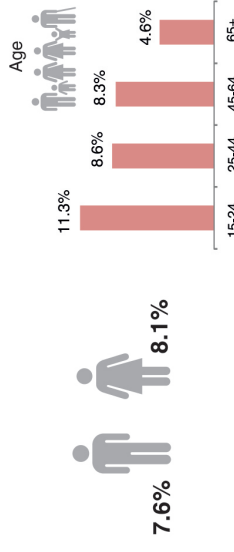


695.000 PEOPLE

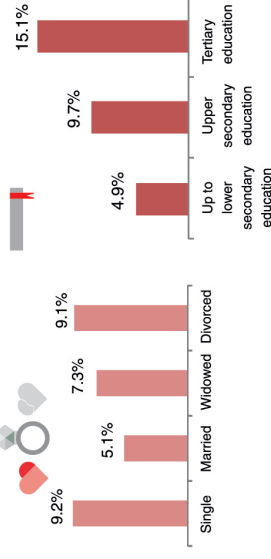


SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE

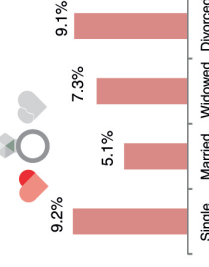
(volunteer rates - %)



Level of education



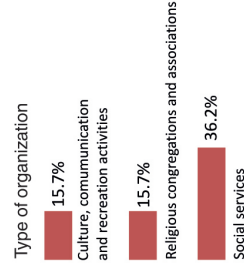
Marital status



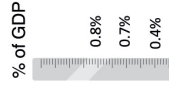
FORMAL VOLUNTEERING

(Organization-based volunteer work)

569.201 Formal Volunteers



HOURS WORKED AND ECONOMIC VALUE



Volunteers in Social Economy entities

Conta Satélite da Economia Social
Social Economy Satellite Account
2016

Inquérito ao Trabalho Voluntário
Survey on Volunteer Work
2018

